

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

WANDER LUIZ CARDIOLI RODRIGUES DOS SANTOS

A Teoria Política da Ação Nãoviolenta

Maringá

2018

WANDER LUIZ CARDIOLI RODRIGUES DOS SANTOS

A Teoria Política da *Ação Nãoviolenta*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Cecília Rodrigues Almeida.

Maringá

2018

WANDER LUIZ CARDIOLI RODRIGUES DOS SANTOS

A Teoria Política da Ação Nãoviolenta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Cecília Rodrigues Almeida

Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Ricardo Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues Elias

Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. José Antonio Martins

Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 23 de Março de 2018.

Local da Defesa: bloco H12, sala 14, *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

Dedicatória

*À minha mãe e ao meu pai, Mercedes e Davi,
que com todo amor e carinho sempre me
apoiaram, expresso aqui minha infinita
gratidão.*

*À minha madrinha e ao meu padrinho, Amélia
e Antonio, pelos bons exemplos e pela
constante afetividade, mesmo à distância.*

*À professora e doutora Carla Cecília
Rodrigues Almeida, minha orientadora, a
quem agradeço profundamente pelos muitos
ensinamentos e pela grande confiança em mim
depositada.*

*À professora e doutora Maria Lígia Ganacim
Granado Rodrigues Elias pelas palavras de
incentivo e por todas as apropriadas sugestões
durante os últimos dois anos.*

*Ao professor e doutor José Antonio Martins
pelas pertinentes observações, responsáveis
por significativo enriquecimento teórico de
meu trabalho.*

*Ao professor e doutor Ricardo Silva pela
leitura atenta e minuciosa de meus escritos, a
qual em muito contribuiu para novas reflexões
sobre pontuais aspectos de minha pesquisa.*

*A todas as professoras e a todos os
professores que de alguma forma
contribuíram para a minha formação, pois a
presente dissertação somente se concretizou
devido a tudo que com eles aprendi.*

AGRADECIMENTOS

Ao fim de mais um ciclo de trabalho duro e muitos estudos no seio da Academia, sinto ser um momento oportuno para agradecer algumas pessoas importantes em minha vida. Tais pessoas, com suas queridas presenças, suas boas emoções, suas palavras apropriadas, seus relevantes saberes ou seus significantes ensinamentos, tornaram possível a presente dissertação. Antecipo minhas desculpas àquelas e àqueles que (deveriam ter sido e) não foram nominados aqui, pois a memória às vezes deixa alguns débitos em haver, porém garanto que o serão em outras oportunidades.

Novamente à minha mãe e ao meu pai, Mercedes e Davi, aos quais agradecimentos nunca serão em exagero, por todo o imensurável auxílio material e imaterial que me prestam desde meus primeiros momentos de existência.

Ao corpo docente do Departamento de Ciências Sociais e também ao corpo docente do Departamento de História, ambos da Universidade Estadual de Maringá, pela excelente formação que recebi no decorrer dos dois cursos de graduação. Igualmente, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, pela competência e pelo profissionalismo. Também aos membros do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL) pelos debates e contribuições. Em especial e com muita admiração, cito professoras e professores que diretamente colaboraram para a minha formação enquanto pesquisador: Carla Cecília Rodrigues Almeida; Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues Elias; Eide Sandra Azevêdo Abrêu; Antonio Ozaí da Silva; Christian Fausto Moraes dos Santos.

Às diretoras, professoras, funcionárias e aos diretores, professores, funcionários, além de todos os demais membros que compuseram o Colégio Objetivo de Tupã entre 1997 e 2006, meu muito obrigado pela educação escolar recebida.

Às minhas grandes amigas e aos meus grandes amigos, que mantiveram os melhores sentimentos por mim, apesar da distância entre nós e de minhas recorrentes ausências: Camila Sassá da Luz; Carolina de Andrade Guarniéri; Laís Macorin Pantolfi; Hevandro Sanches Mutti; Hugo Hissashi Hayashi Hisamatsu; Matheus Alcântara Rodrigues de Azevedo.

A todos os companheiros de turma, tanto de ambas as graduações quanto da pós-graduação, pelo proveitoso compartilhamento de informações e experiências que tivemos em companhia uns dos outros.

“Olho por olho e o mundo acabará cego”

Mohandas Gandhi

A Teoria Política da Ação Nãoviolenta

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a investigação as prerrogativas teóricas que compõem e sustentam o atual debate sobre a *nãoviolência*. De cunho bibliográfico, o trabalho intenta lançar luz sobre autores das mais diversas nacionalidades que procuram fundamentar a legitimidade e a eficácia de formas de participação e resistência política avessas ao uso da violência. Inseridas na discussão mais ampla a respeito do direito de resistência e, em tempos modernos, acerca da desobediência civil, as reflexões particulares à nãoviolência, entendida como meio específico de ação política direta, ganharam maior espaço com o sucesso do processo de independência da Índia em 1947. Posteriormente, no decorrer da década de 1960, as pesquisas do estadunidense Gene Sharp foram responsáveis por despir a nãoviolência de suas características religiosas, adquiridas em maior medida a partir das ponderações de pacifistas do século XIX e XX, sem desconsiderar a importância que tais pacifistas atribuíram ao potencial das ações nãoviolentas como meios singulares de intervenção política. Por um lado, Sharp retomou argumentos da teoria política, muitos já presentes no direito de resistência e na desobediência civil, para fundamentar normativamente a prática da nãoviolência, sistematizando uma teoria de poder com características peculiares. Por outro lado, organizou e exemplificou 198 métodos de ação nãoviolenta, a partir dos quais ponderou detalhadamente sobre as vias pelas quais poderiam se desenvolver resistências populares capazes de atingir objetivos políticos dos mais variados: desde grupos pequenos e locais, com metas modestas e pontuais; até movimentos de amplitude nacional, estruturados para a destituição de governos centrais. Enfim, a intenção aqui é apresentar os fundamentos que autores levantam para justificar a ação nãoviolenta como legítima e eficaz. Para tanto, a mesma é interpretada aqui como uma derivação contemporânea do direito de resistência e, mais recentemente, da desobediência civil; tal compreensão da nãoviolência, no entanto, não contradiz com a existência de um campo próprio para o estudo de suas singularidades.

Palavras-Chave: Desobediência Civil. Ação Nãoviolenta. Nãoviolência Pragmática. Gene Sharp. Teoria Política.

The Political Theory of Nonviolent Action

ABSTRACT

This dissertation has the theoretical investigation about nonviolence as its research objective. The research is focused on the nonviolence and its bibliography, that includes authors from many nationalities. Their books and articles intend to ground the bases of nonviolent means for political participation and resistance. This discussion refers to the Middle Ages philosophical subject of the right of resistance and, in Modern times, the civil disobedience. Mostly after the role of Mohandas Gandhi during the Indian Independence Movement, nonviolence started to gain the attention of XX century scholars and activists. In the decade of 1960, Gene Sharp's research excluded nonviolence from religious attributes of pacifists authors, but also reforced the pacifist view of nonviolent action as a unique mean of civil resistance. On the one hand, Sharp restored some Political Theory arguments from the Middle Ages right of resistance to the XX century nonviolent action theorization, structuring then a theory of power with peculiar characteristics. On the other hand, the same american author organized and exemplified 198 methods of nonviolent action, means of intervention that could be used by civilians to politically resist in many ways: from small and local groups, with punctual and modest objectives; to national nonviolent movements, established to overpower central governments. Finally, the intention here is to introduce the nonviolence bibliography arguments to justify nonviolent action as legitimate and effective. For all that, nonviolence is interpreted here as a contemporary derivation of the Middle Ages right of resistance and the Modern subject of civil disobedience; interpretation that doesn't contradict the existence of a particular field to develop Academic studies about nonviolence.

Keywords: Nonviolent Action. Civil Resistance. Pragmatic Nonviolence. Political Theory. Theory of Power.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	DEFINIÇÕES E ORIGENS TEÓRICAS DA NÃOVIOLÊNCIA	22
2.1	DISTINÇÕES TERMINOLÓGICAS	22
2.2	PENSADORES BASILARES	35
3	AS FORMULAÇÕES EM TORNO DA NÃOVIOLÊNCIA: DUAS VERTENTES .	44
3.1	UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A NÃOVIOLÊNCIA.....	50
3.2	FUNDAMENTOS DA AÇÃO NÃOVIOLENTA	58
3.3	CRÍTICAS AOS FUNDAMENTOS DA AÇÃO NÃOVIOLENTA.....	79
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	92
	ANEXO 1 – 198 Métodos de Ação Nãoviolenta	97

1. INTRODUÇÃO

Mesmo o governo mais politicamente autoritário e militarmente repressivo pode vir a ser destituído sem que haja nenhum uso de violência física por parte do grupo popular opositor ao regime vigente. Embora possa parecer absurda à primeira vista, a partir dos anos 1970 tal afirmação é defendida por um número considerável de autores, os quais passam a dialogar sobre uma teoria de poder capaz de embasar um tipo singular de utilização estratégica e metódica da desobediência civil. Na perspectiva da bibliografia em questão, para que sua proposta se concretize, os opositores ao governo se responsabilizarão pela organização de um movimento popular que aglutine participantes de variados grupos sociais com as mais distintas ocupações societais, a fim de tornar o movimento capaz de planejar e executar um encadeamento de ações sociopolíticas que afetem os governantes em seus pontos nevrálgicos de sustentação política, econômica e social. É o que a literatura que tem como agenda de pesquisa a *nãoviolência*¹ e seus desdobramentos não apenas teoriza, mas também alega já haver efetivamente ocorrido segundo seus parâmetros normativos.

No intervalo de tempo entre novembro de 1996 e fevereiro de 1997 se espalhou uma onda de manifestações populares por toda Sérvia, então parte da antiga Iugoslávia e que contava com Slobodan Milosevic como chefe de Estado. Organizadas por uma coalizão de partidos políticos opositoristas denominada *Zajedno*² e com o apoio de movimentos estudantis, as ditas manifestações reuniram milhares de sérvios em numerosas cidades e denunciaram tentativas de fraude eleitoral nas eleições municipais da época. Os manifestantes exigiram o reconhecimento da validade do pleito, a transparência na divulgação dos votos e a posse dos vitoriosos políticos da oposição em seus respectivos cargos. Com a pressão de organizações transnacionais europeias, os protestos lograram êxito e o resultado da eleição de dezessete de novembro de 1996 foi integral e oficialmente reconhecido por Milosevic em quatro de fevereiro de 1997 (POPOVIC; MILIVOJEVIC; DJINOVIC, 2006, p. 173-174).

Contudo, no transcorrer de 1997, o governo sérvio endureceu o controle burocrático sobre as universidades e a mídia, elevando o nível de repressão policial a quaisquer

¹ Tradução livre da palavra inglesa *nonviolence*. De minha responsabilidade, a singularidade da grafia do vocábulo traduzido, bem como de suas derivações, pretende salientar a distinção que a maioria dos autores aqui tratados fazem entre *nonviolence* e o mesmo termo quando escrito com hífen. Tal distinção encontra respaldo também nas definições do Dicionário Cambridge (2016): enquanto o verbete *non-violence* diz respeito a uma situação na qual evita-se o uso da força física, especialmente em tentativas de se obter mudança política; por sua vez, o verbete *nonviolence* se refere ao uso de métodos que não são violentos para causar uma mudança política ou social. O assunto será retomado e aprofundado na próxima seção da presente dissertação.

² Literalmente traduzido: “Juntos”.

demonstrações políticas contrárias ao seu mandato. Ainda no mesmo ano, a resposta dos opositores ao governo se deu por meio da fundação do *Centro para as Eleições Livres e a Democracia* (CeSID)³. Em 1998, algumas dezenas de estudantes que participaram ativamente das manifestações em prol do pleito de 1996 criaram o movimento social *Otpor!*⁴, com a finalidade de contestar as restrições estatais às instituições de educação e aos meios de comunicação independentes. Nos dois anos seguintes, o *Otpor!* se expandiu e aglutinou praticamente todos os setores da sociedade sérvia que se encontravam descontentes com o autoritarismo de Milosevic, configurando-se no principal baluarte contra o regime político vigente (RODRÍGUEZ; ANABITARTE, 2014, p. 96-97).

No poder desde 1990, Slobodan Milosevic enfrentou crescente resistência ao seu governo nacionalista-militarista por parte de significativos grupos sociais da capital Belgrado. Além dos partidos políticos de oposição e do movimento estudantil, há anos descontentes com as imposições governamentais restritivas às liberdades civis da população, militares da reserva e outras organizações não governamentais (ONGs)⁵ também se posicionavam contrariamente às intermitentes guerras étnicas da década de 1990 na região europeia dos Balcãs. Em 1998, na tentativa de frear a desintegração da antiga Iugoslávia e manter unida a etnia sérvia no território iugoslavo restante, Milosevic ordenou a ocupação militar da província de Kosovo, a qual possuía maioria étnica albanesa e buscava sua independência política – como já havia acontecido em 1991 com Croácia, Eslovênia e Macedônia (POPOVIC; MILIVOJEVIC; DJINOVIC, 2006, p. 170-178; RODRÍGUEZ; ANABITARTE, 2014, p. 95-96).

Entre os anos de 1998 e 1999, a situação política do governo de Slobodan Milosevic complicou-se. No panorama interno, o progressivo descontentamento de boa parte da população sérvia e o crescimento das fileiras do *Otpor!* somaram-se, no panorama externo, com a interferência da Organização das Nações Unidas (ONU) no conflito de Kosovo. Em março de 1999, após esforços diplomáticos infrutíferos e negociações fracassadas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) apelou para bombardeios aéreos contra alvos militares e industriais de Belgrado. A ação militar da OTAN continuou até junho, quando Milosevic decidiu pela retirada das suas tropas de Kosovo. Ainda em junho de 1999,

³ Composto por cientistas políticos e especialistas em reforma eleitoral, compromissados em promover eleições livres e justas.

⁴ Numa tradução literal: “Resistência!”.

⁵ O *Centro de Ação contra a Guerra* e o coletivo *Mulheres de Preto* são dois exemplos.

os protestos populares organizados pelo *Otpor!* contra o autoritarismo do governo foram reiniciados. A partir de setembro, as manifestações se espalharam por ao menos vinte cidades sérvias, chegando ao número de sessenta e sete cidades já em março de 2000 (POPOVIC; MILIVOJEVIC; DJINOVIC, 2006, p. 174-175).

Entre o segundo semestre de 1999 e o primeiro semestre de 2000, as tentativas veladas do governo de liquidar lideranças dos partidos políticos contrários ao regime fizeram com que a oposição, fracionada desde 1997, retomasse um diálogo interno. No mesmo intervalo de tempo, o tratamento do *Otpor!* como organização criminosa por parte das forças de segurança sérvias, combinado com o posicionamento suprapartidário assumido pelo movimento social, favoreceram para que cem mil pessoas comparecessem a um ato contra Slobodan Milosevic em abril de 2000. No ato organizado pelo *Otpor!*, tendo em vista as eleições nacionais que se avizinhavam, discursaram juntas as duas maiores figuras políticas da oposição, o que não ocorria desde a coalizão *Zajedno*. No mês seguinte, o assassinato de um aliado político de Milosevic e a união de dezoito partidos políticos na denominada *Democratic Oposition of Serbia* (DOS)⁶ elevaram as tensões. Entre maio e junho, o fechamento de jornais e canais de televisão independentes ocasionou passeatas e ocupações de locais públicos por mais de vinte mil pessoas durante vários dias. A situação política do país se manteve crítica até vinte e quatro de setembro de 2000, quando o pleito para presidente da Sérvia apontou vitória esmagadora do candidato da DOS contra o próprio Milosevic (POPOVIC; MILIVOJEVIC; DJINOVIC, 2006, p. 175-176).

Alegando que nenhum dos candidatos havia atingido o mínimo de votos necessários, o governo sérvio declarou canceladas as eleições. Em resposta, o *Otpor!* e os partidos da oposição convocaram uma greve geral para os primeiros dias de outubro. Começando pelo setor de mineração, a paralisação atingiu o ápice no dia cinco do mês, quando centenas de milhares de pessoas marcharam pelas ruas de Belgrado. No mesmo dia, Slobodan Milosevic não teve suas ordens cumpridas pelas forças de segurança e os manifestantes tomaram edifícios públicos de instituições estatais, incluindo a sede do Executivo. Logo no dia seguinte, seis de outubro de 2000, pressionado por outros Estados europeus, Milosevic reconheceu a derrota e o candidato da DOS foi confirmado como próximo presidente da Sérvia (POPOVIC; MILIVOJEVIC; DJINOVIC, 2006, p. 176-177). Todo o processo

⁶ Traduzindo literalmente: “Oposição Democrática da Sérvia”.

histórico-político até aqui narrado ficou conhecido como *Protestos de Cinco de Outubro* ou *Revolução Bulldozer*.

Além de açambarcar representantes de todas as etnias do país, o movimento social *Otpor!* foi a primeira organização da sociedade civil sérvia que alcançou presença em todo território. Fundado em 1998, tinha jovens democratas, ativistas de organizações não governamentais e estudantes universitários como composição inicial. Com cerca de uma centena de representações e contando com sessenta mil pessoas em seu auge, foi descrito pelas lideranças como um movimento democrático e popular, composto por participantes de viés político nacional e igualitário. Sua estruturação era formada por ativistas, voluntários e filiados. Os primeiros se dedicavam cotidianamente ao movimento; os segundos recebiam e aceitavam tarefas singulares e esporádicas; os terceiros participavam de reuniões e eventos, mas não faziam parte da organização dos mesmos. Para as lideranças, a preferência pelo suprapartidarismo do movimento se deve à dificuldade demonstrada pelos partidos políticos sérvios em tirar a população da inércia política, isenção partidária que igualmente facilitou ao *Otpor!* assumir certo protagonismo para mediar os acordos políticos que constituíram a DOS. (RODRÍGUEZ; ANABITARTE, 2014, p. 96-98).

Em comparação com outros movimentos sociais ao redor do globo, o grande diferencial do *Otpor!* estava na natureza de suas ações diretas, eficazmente aplicadas de maneira a tornar desnecessário o uso da violência para alterações de força política entre os agentes envolvidos. Resumidamente, o praticante da nãoviolência busca vencer seu oponente por meio de um repertório de intervenções sociopolíticas, as quais não atentam contra a vida de seres humanos e, em sua maioria, estão previamente proibidas pelas legislações dos Estados-nação. Tais intervenções sociopolíticas têm por finalidade pressionar os governantes para que atendam as reivindicações populares ou, em caso de recusa governamental, expor sua ilegitimidade e retirar o consentimento que os governantes obtêm da população para o exercício de seus mandatos. As ações nãoviolentas são engendradas a fim de que um grupo social politicamente organizado ganhe força política suficiente para não necessitar da violência na mudança do *status quo* estabelecido. Todavia, como um movimento social que se recusou a pegar em armas foi capaz de agrupar tamanha diversidade de pessoas e articular tantos partidos políticos em apenas dois anos de existência, culminando na derrocada de um governante autoritário e militarmente repressivo?

Mesmo que parcial e sucinta, qualquer resposta à pergunta acima não pode construída sem evidenciar os pormenores da nãoviolência, o que obrigatoriamente mencionará o estadunidense Gene Sharp. Seu livro mais conhecido, **Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Libertação**, foi escrito em 1993 a pedido de movimentos democráticos da atual República da União de Myanmar, também conhecida como Birmânia. Naquela época, tais movimentos sociais ainda pelejavam, por meio da guerra de guerrilha, contra uma ditadura militar há décadas instaurada⁷. De acordo com Sharp ([1993] 2010), num apêndice ao final do próprio livro, a intenção dos democratas opositoristas de Myanmar era de que o autor os ajudasse mediante a elaboração de um manual, o qual deveria reunir seus estudos sobre como uma população civil pode ser capaz de resistir politicamente a governantes autoritários. Principalmente, os opositores democratas desejavam que Gene Sharp adaptasse os preceitos teóricos de sua obra à situação que enfrentavam, fornecendo assim embasamento suficiente para o planejamento e a execução de ações políticas diretas na realidade empírica. Reconhecendo sua falta de familiaridade com as especificidades locais de Myanmar, Sharp optou por escrever um manual genérico, ressaltando muitas vezes, no decorrer de seus capítulos, a necessidade de avaliar as particularidades da situação vivenciada pelos ativistas (SHARP, 2010, p. 61-62).

Ainda segundo Gene Sharp ([1993] 2010, p. 61-62), de 1993 em diante seu manual genérico foi reimpresso e disseminado espontaneamente por vários países, devido ao interesse de pessoas estudando ou lidando na prática com situações semelhantes àquela de Myanmar. Produzido por Ruaridh Arrow e vencedor do britânico *BAFTA Film Award*⁸ em 2011, o documento fílmico **How To Start a Revolution**⁹ objetiva divulgar o impacto do pensamento de Sharp no mundo concreto. Para tanto, Arrow entrevista alguns ativistas de movimentos sociais que lutaram contra governos autoritários em princípios do século XXI, sendo as

⁷ Myanmar conquistou sua independência do Império Britânico em 1948, porém desde então enfrentou conflitos civis devido à diversidade étnica e cultural de sua população. A dificuldade de obter direitos iguais aos da maioria birmanesa levou os demais povos que compõem a demografia do país à formação de guerrilhas, deflagrando uma guerra civil que somente terminou com um golpe militar de Estado em 1962. Os militares dominaram a vida política do país até 1990, quando eleições gerais ocorreram e a Liga Nacional pela Democracia (NLD) saiu vitoriosa. Contudo, como o resultado do pleito desfavorecia os situacionistas, as eleições foram invalidadas pelo governo militar, que manteve o controle do poder político. Apenas a partir de 2008, ano marcado por um referendo constitucional, voltou-se a falar em democracia na agora República da União de Myanmar. Em 2010, com a constituição já vigente, foram possíveis novas eleições. Diante da inesperada derrota, a oposição democrática acusou o partido União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDP), apoiado pelos militares, de fraude eleitoral. Todavia, o USDP assumiu o governo e prosseguiu a transição democrática de Myanmar até o pleito geral de 2015, quando a NLD obteve maioria absoluta no parlamento e passou a governar o Estado.

⁸ Prêmio da Academia Britânica de Artes Fílmicas e Televisivas.

⁹ Em português: “Como iniciar uma revolução”.

antigas lideranças do *Otpor!* os principais deles. Entre os minutos 39 e 40 do documentário, o sérvio Srdja Popovic, uma das lideranças na época da *Revolução Bulldozer*, atesta que movimentos sociais em países como Sérvia, Geórgia, Ucrânia, Líbano, Egito e Iraque valeram-se de grande parte das propostas presentes na obra de Sharp para lidar com circunstâncias políticas adversas. Conforme as palavras de Popovic, por volta dos 25 minutos de filme, tomar ciência da existência de **Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Libertação** foi marcante para seu ativismo, pois no livro encontrava-se condensado o conhecimento que ele e seus companheiros de enfrentamento político tinham compreendido, em maior ou menor medida, por meio de tentativas e erros, no tempo em que já se encontravam à frente do então incipiente movimento.

Todo o conteúdo de **Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Libertação** gira em torno dos meios pelos quais pessoas comuns podem agir direta e politicamente para enfrentar adversários ilegítimos, socialmente situados em elevadas posições hierárquicas. Tal questionamento, problema de pesquisa central nos estudos de Gene Sharp e que o acompanha desde suas primeiras produções teóricas, pode ser inserido numa longa tradição de reflexões filosóficas acerca do *direito de resistência*¹⁰. Já no século XIII, Tomás de Aquino considerava obrigatória a resistência ao rei quando suas ordens confrontassem as leis cristãs. No mesmo sentido, ainda que indivíduos isoladamente não tivessem respaldo para depor um tirano, Tomás de Aquino afirmava que a autoridade pública poderia agir para destituí-lo de seu cargo, independentemente da maneira pela qual o tirano tivesse ascendido ao poder político (ROHLING, 2012, p. 125-126).

No século XVI, a Reforma Protestante situou o direito de resistência no centro de alguns de seus debates filosóficos, com o intuito de justificar a violência contra possíveis incursões militares de reis e imperadores católicos, os quais pretendiam conter a qualquer custo o alastramento do racha protestante pela Europa. Inicialmente, o Luteranismo teve menores dificuldades em defender a violência como meio de resistência política do que o Calvinismo. Duas teorias, sistematizadas para justificar a resistência violenta, podem ser atribuídas aos luteranos.

¹⁰ Agradeço ao professor e doutor José Antonio Martins por indicar leituras e apontar a relevância do direito de resistência à presente dissertação. Contudo, todos os possíveis equívocos na apresentação dos pensadores citados são de minha inteira responsabilidade.

Na primeira delas, o príncipe prussiano Filipe de Hesse (1504-1567) e seus colaboradores, em duas cartas de 1529, partem de uma interpretação ímpar da teoria feudal e da constituição imperial, mas mantêm o juízo de que as autoridades terrenas são estabelecidas pela vontade divina. Não obstante tal conservadorismo, declaram que reis e imperadores em nada diferem dos príncipes e de outros soberanos territoriais em suas obrigações legais mútuas, cabendo igualmente a todos defenderem os súditos e zelarem pelas leis do Evangelho. Assim, se a autoridade máxima de um dado território ultrapassar o estipulado pelas leis cristãs e pelos limites de seu cargo, atentando injustamente contra os magistrados locais ou os súditos, estará violando as obrigações impostas pelo desígnio divino para sua continuidade no poder político, sendo então legítimo às autoridades públicas hierarquicamente inferiores combatê-lo (SKINNER, 1996, p. 471-472).

A segunda teoria foi proposta pelo chanceler saxão Gregory Brück (1483-1557) e seus auxiliares numa súmula de 1530, na qual sustentam uma adaptação da permissibilidade, existente no direito civil e no direito canônico, de resistir também pela força à violência injusta, mesmo que sua fonte seja oficial. O raciocínio presente na súmula alega que um juiz, ao proferir sua decisão final desconsiderando possíveis apelações ou estando fora de sua jurisdição legal, pode sofrer resistência violenta por parte dos afetados pela mesma decisão, principalmente se a aplicação de tal decisão incorrer em prejuízos notórios e irreparáveis. Passando à esfera política e ao âmbito público uma alegação proveniente da esfera jurídica e do direito privado, a argumentação desenvolvida por Brück afirma que a autoridade política máxima de um território, ao tentar impor aos súditos sua fé, interfere num quesito que, por encontrar-se fora da política, compete ser resolvido pela Igreja em seus concílios. Menos conservadora do que o posicionamento da primeira teorização, a posição da segunda teoria lida com o rei ou o imperador como alguém que, ao deixar de cumprir com seus encargos, perde os privilégios de tratamento inerentes ao cargo, estando a partir daí sujeito às punições impostas a qualquer indivíduo privado que age com violência injustificável (SKINNER, 1996, p. 473-474).

A partir da década de 1550, com o acirramento das perseguições católicas aos protestantes, os calvinistas tiveram contato com a teoria da resistência constitucional de Filipe de Hesse e a teoria da resistência do direito privado de Gregory Brück. Enquanto na Europa continental os protestantes enfrentavam tenaz reação da Igreja Católica, fazendo com que os calvinistas preferissem o tom mais comedido da teoria constitucional; no Reino Unido o

avanço da Reforma Protestante sofria então menos revezes, favorecendo aos calvinistas da região uma aceitação maior da teoria do direito privado (SKINNER, 1996, p. 485-486).

Ainda assim, em maior ou menor medida, a circulação das duas teorias se deu por toda Europa, sendo que ambas receberam contribuições do Calvinismo. Primeiro, os calvinistas resolveram o dilema entre a ordenação divina da autoridade política e a permissibilidade de sua destituição devido a práticas tirânicas, quebrando o silêncio dos luteranos acerca da questão. A solução encontrada está em considerar que a ordenação divina de um indivíduo a um cargo de mando deve ser devidamente reconhecida e ratificada pelo povo devoto, sendo um equívoco da população a aceitação de um indivíduo desqualificado para uma posição de autoridade política. Tal erro pode ser corrigido pela destituição do tirano e pelo preciso reconhecimento do indivíduo escolhido pela divindade ao cargo político (SKINNER, 1996, p. 499-504).

Segundo e mais importante, em suas justificativas para a resistência violenta contra imperadores e reis, os calvinistas incluíram as autoridades políticas popularmente empossadas como parte dos magistrados aptos a resistir violentamente aos tiranos nobres e divinamente ordenados. Diferentemente dos luteranos, que sempre trataram o problema com muita cautela para impedir interpretações que incluíssem o grosso dos súditos, alguns calvinistas defendiam que qualquer devoto firmemente comprometido em cumprir os mandamentos divinos seria responsável por zelar pela retidão e justiça do governo ao qual encontra-se submetido. Como consequência, Christopher Goodman (1520-1603) e John Knox (1514-1572), calvinistas mais radicais, chegaram até a ponderar favoravelmente às revoluções populares que tivessem por fim extirpar do mando político autoridades pecadoras (SKINNER, 1996, p. 505-512).

Passando ao século imediatamente posterior, John Locke (1632-1704) publica anonimamente seu **Segundo Tratado sobre o Governo Civil: Ensaio Relativo à Verdadeira Origem, Extensão e Objetivo do Governo Civil** no ano de 1681. Nas suas páginas, Locke afirma tanto que o contrato social funda a sociedade para suprir as imperfeições da vivência humana isolada, quanto que o governo civil, capaz de restringir a parcialidade e a violência dos seres humanos em seu estado de natureza, aparece como o melhor juiz para a recém-fundada coletividade. Todavia, mesmo com os inconvenientes do estado de natureza, no qual todos coexistiam antes do pacto social que origina o corpo político, tal estado natural se colocaria como preferível a uma monarquia absolutista, pois a

liderança de um único homem acarretaria um Estado de decisões unilaterais em favor do soberano (LOCKE, 1978, p. 37-38).

Seguindo a lógica proposta por John Locke, se um governante passar a defender somente seus próprios interesses no exercício do cargo político, estará atentando contra a vida, a liberdade ou os bens dos demais indivíduos da comunidade, fazendo com que os governados se vejam obrigados a recorrer à força por não haver a quem apelar contra a postura do governante. Destarte, porque à população pertence o poder político decorrente do contrato social, caberá ao povo exercer seu direito de resistência contra o governante que, ao se colocar como juiz de suas próprias causas e desvirtuar o governo civil, tornar-se um fora da lei (ROHLING, 2012, p. 129-130). Vale ressaltar que o encadeamento argumentativo de Locke, ao considerar que a sociedade política tem origem no pacto social e que o governo surge para arbitrar os desentendimentos individuais no seio da coletividade, reafirma tanto a noção de que a autoridade política deriva do povo, quanto a percepção de que qualquer governante ocupa um cargo do qual pode ser destituído pela população em circunstâncias excepcionais (ROHLING, 2012, p. 121).

Historicamente, com o advento dos Estados-nação e as posteriores mudanças político-jurídicas, que dos súditos fizeram cidadãos, a preocupação dos autores da Teoria Política se desloca da justificação de instituições políticas incipientes para o exame dos limites de instituições políticas já consolidadas. Tal deslocamento torna-se visível pela mudança terminológica do direito de resistência, que a partir do século XIX passa a ser mormente referido como *desobediência civil*. Entretanto, substancialmente o conceito segue quase o mesmo, porquanto ambos pretendem que a população civil resista a um governo que, por motivo qualquer, torne-se ilegítimo. A diferença mais substantiva reside no abandono da violência como meio para sua exteriorização na realidade histórica. Em razão de que o Estado de Direito não foi suficiente para garantir a legitimidade do poder, posto que as pessoas com leis constitucionalmente estabelecidas ainda hoje se manifestam contra os insistentes excessos de suas lideranças políticas, teóricos continuam se interrogando acerca de como a configuração política dos Estados pode lidar com o pluralismo e o multiculturalismo das complexas sociedades atuais (FERES JR; POGREBINSCHI, 2010, p. 181-182).

As formulações de Ronald Dworkin e Mangabeira Unger exemplificam tentativas de incorporar a desobediência civil ao código legal e às instituições do Estado. Dworkin busca justificar juridicamente a desobediência civil como direito individual ao declarar que existem

leis essencialmente incertas e duvidosas. Para o autor, se um número razoavelmente grande de pessoas se sentir moralmente tentado a desobedecer uma lei específica, muito provavelmente tal lei é inconstitucional; e mais, caso não haja violência ou prejuízo a outros cidadãos, não há como punir um indivíduo que conscientemente viola uma lei precisamente por acreditar na inadequação jurídica e social da mesma. Ao contrário, Ronald Dworkin pensa ser necessário que as autoridades estatais estejam atentas às demonstrações de desobediência civil, valorizando-as no sentido de que podem tanto expressar o descontentamento da população sobre determinada matéria de cunho sociopolítico, quanto indicar aos magistrados melhores caminhos para resolver certos problemas jurídicos (FERES JR; POGREBINSCHI, 2010, p. 187-189).

Num sentido mais amplo, o pensamento de Mangabeira Unger também se encaminha para iluminar os prováveis ganhos sociais oriundos de se incorporar a desobediência civil às instituições do Estado. Partindo de estudos críticos ao direito, sua teoria social construtivista propõe reformas políticas, econômicas e legais. Juridicamente, a *doutrina desviacionista* – para usar o vocábulo de Unger – propõe quatro categorias de leis: os direitos de mercado; os direitos de imunidade; os direitos de solidariedade; os direitos de desestabilização. O último dos direitos sugeridos pelo autor prevê a possibilidade de que os cidadãos contestem grandes organizações ou práticas sociais de segregação e opressão, as quais tendem a permanecer estáveis por frequentemente serem impedidas de entrar na pauta da política institucional. Em seus usos positivos, os direitos de desestabilização visam impedir que facções sociais monopolizem os meios de criação do futuro social; em suas utilizações negativas, os direitos de desestabilização objetivam negar proteção a instituições e arranjos institucionais que praticamente adquirem dinâmica própria e não prestam contas ao povo. Para tanto, Mangabeira Unger advoga por um quarto poder estatal, pelo qual pessoas comuns poderiam criticar ou revisar hierarquias sociais que reproduzem internamente poder e vantagens aos seus participantes, protegendo assim a população de organizações não democráticas e práticas de dominação (FERES JR; POGREBINSCHI, 2010, p. 190-193).

Com construções teóricas mais próximas daquelas elaboradas por Gene Sharp, Michael Walzer discorre a respeito da desobediência civil enquanto meio de ação política direta, praticada por grupos sociais em desacordo com posicionamentos sociopolíticos e jurídicos do Estado no qual habitam. Devido a sua adesão ao comunitarismo, o enfoque de Walzer converge para pequenos grupos cujas regras particulares de convivência se opõem às normas estabelecidas legalmente para a sociedade, o que leva tais grupos a questionarem

certas exigências governamentais e demandarem isenção de algumas obrigações impostas pela legislação. No entanto, Michael Walzer defende o uso da violência para revidar a opressão sofrida por grupos governamental e socialmente marginalizados, muito embora Walzer pretenda que os questionamentos à autoridade estatal, por parte dos mesmos grupos, sejam pontuais e não aspirem nem por quedas de governo, nem pelo fim do Estado (FERES JR; POGREBINSCHI, 2010, p. 183-187).

João Feres Júnior e Thamy Pogrebinschi afirmam que a desobediência civil de Michael Walzer “[...] afasta-se da ideia de revolução e é civil na precisa medida em que não desafia a existência do Estado e não deseja substituir o poder soberano. [...]” (FERES JR; POGREBINSCHI, 2010, p. 184). É possível tomar por base o conteúdo da passagem transcrita para situar a abordagem de Gene Sharp no seio da desobediência civil, enquanto perspectiva contemporânea do direito de resistência. A especificidade da obra de Sharp está em sistematizar a teoria da *nãoviolência pragmática* e os fundamentos da *ação nãoviolenta* com o intuito de tensionar a desobediência dos cidadãos ao extremo de seus limites cívicos, visto que a mudança de regime político por parte de movimentos sociais nãoviolentos está no horizonte de suas teorizações. De um lado, se a nãoviolência proposta por Gene Sharp aproxima-se do conceito de desobediência civil por advogar a favor do uso de métodos avessos à violência para suas ações políticas; de outro lado, a mesma nãoviolência resgata da noção do direito de resistência a defesa de que a população civil pode – ou mesmo deve – não somente resistir, mas também destituir um regime político ilegítimo¹¹. A grande motivação de Sharp para escrever seu principal livro acerca da ação nãoviolenta, intitulado **The Politics of Nonviolent Action** (1973), está na busca por caminhos capazes de permitir que pessoas comuns tenham condições de intervir direta e politicamente, almejando a abertura política de governos que restrinjam a participação popular.

Partindo do trabalho de Gene Sharp e de autores subsequentes, que também se debruçam sobre o tema, a dissertação aqui desenvolvida tem como propósito delimitar os principais embasamentos e as recentes problemáticas comuns ao âmbito de discussão da *nãoviolência* e da *ação nãoviolenta*. As interrogações que movem a presente pesquisa envolvem buscar as bases teóricas que legitimam a nãoviolência em suas duas vertentes; captar qual acepção de poder ampara normativamente as ações nãoviolentas dos

¹¹ Agradeço ao professor e doutor Ricardo Silva por tornar nítida e explícita a tríplice relação conceitual entre o direito de resistência, a desobediência civil e a nãoviolência. Contudo, todos os possíveis enganos nas inter-relações estabelecidas são de minha exclusiva responsabilidade.

comprometidos com a nãoviolência pragmática; e explicitar como a nãoviolência pode ser operacionalizada e empregada como meio de ação política direta. Não se pretende que as respostas aqui apresentadas sejam definitivas. Ao contrário, a fim de gerar novas interlocuções acerca do tema em questão, o trabalho tem como maior propósito contribuir para a inserção de estudiosos brasileiros no campo tratado, incitando reflexões latino-americanas a respeito das problemáticas colocadas pela literatura anglofônica especialista no assunto.

No seio da Academia, entre as décadas de 1960 e 1970, observa-se uma retomada da importância dos estudos normativos, de cunho teórico e filosófico, sobre a política. As premissas positivistas do comportamentalismo, que haviam norteado os círculos acadêmicos após a Segunda Guerra Mundial, auxiliando na institucionalização e profissionalização da Ciência Política, encontravam-se em xeque. Num cenário de efervescência social e demandas por direitos em diversos países, a filosofia analítica trazia consigo elementos da linguística para realçar não só a relevância dos aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem, como também para afirmar a inadequação do positivismo lógico para pesquisas voltadas à ética e aos juízos morais. Como desdobramento, a concepção anteriormente preponderante de que a filosofia política se caracterizava pelas reflexão e descrição, com vistas à compreensão, cedeu espaço a novos métodos e diferentes objetos. Assim, a partir de John Rawls e seu livro *Uma teoria da Justiça* (1971), a Teoria Política normativa deixa de lado os enfoques apolíticos e as análises puramente descritivas, demonstrando fôlego para lidar com os problemas sociais contemporâneos (AMADEO, 2011).

Ainda tendo em mente as preocupações de Javier Amadeo (2011, p. 32), reconhece-se aqui que a Teoria Política deve forjar os instrumentos para interpretação da esfera política e, na medida do possível, elaborar meios para um envolvimento prático compromissado com as necessidades de setores socialmente subalternos. Adotando tal ponto de vista, o presente trabalho intelectual identifica-se como uma forma de prática política. Trata-se aqui de uma temática que, apesar de possuir um campo próprio de pesquisas e dialogar com outras áreas da Academia, extrapola em muito o circuito acadêmico por ser abordado constantemente pela mais diversa gama de pessoas. Recuperar o debate em questão e compreender suas teorizações contemporâneas ganha particular importância no contexto atual, em que a legitimidade dos repertórios tradicionais de participação vem sendo questionados e a Ciência Política se vê desafiada a decifrar as crises pelas quais a democracia vem passando.

No item dois serão primeiramente estabelecidas distinções terminológicas e, na sequência, retomados alguns autores cujos pensamentos tenham resultado em importantes contribuições aos debates contemporâneos sobre a nãoviolência. No item três, o enfoque estará nas atuais perspectivas a respeito das possibilidades normativas e práticas da nãoviolência, salientando o papel da obra do estadunidense Gene Sharp nas formulações sobre o assunto a partir da década de 1970; o terceiro item prezará ainda por uma reflexão acerca das críticas mais relevantes à teoria política da nãoviolência pragmática, oriundas principalmente de elementos das abordagens estruturais de análise sociopolítica. Por fim, o encerramento compactará todo o exposto, visando estipular os ganhos dos estudiosos ao direcionar seu olhar para a nãoviolência.

2. DEFINIÇÕES E ORIGENS TEÓRICAS DA NÃOVIOLÊNCIA

Como já foi mencionado, no que se refere à Teoria Política, é possível dizer que as discussões teóricas basilares aos recentes estudos sobre ação nãoviolenta remontam ao clássico debate sobre o direito de resistência, no qual se inserem autores desde que vão desde Tomás de Aquino, passando por pensadores protestantes e chegando até John Locke. Contemporaneamente, em que pese a preferência pelo conceito de desobediência civil, as teorizações a respeito da resistência popular contra seus líderes políticos se seguiram com Ronald Dworkin, Mangabeira Unger e Michael Walzer, apenas para citar alguns nomes. A partir de fins da década de 1960, com as pesquisas do estadunidense Gene Sharp, a desobediência civil passa a ser sistematizada normativamente como um meio singular para se intervir direta e politicamente, visando mudanças sociais concretas.

Antes de prosseguir nas peculiaridades que, conforme as referências bibliográficas especializadas, caracterizam a nãoviolência contemporânea, faz-se necessário diferenciar com maior precisão alguns significantes e seus respectivos significados, os quais são determinantes para precisar as fronteiras normativas da nãoviolência. Por conseguinte, o item dois tem como propósito facilitar a compreensão acerca do que se está discorrendo ao se referir à palavra *nãoviolência*.

2.1. DISTINÇÕES TERMINOLÓGICAS

Tomando como ponto de partida o campo teórico da Ciência Política para uma problematização filosófica, a qual pondera que tanto as coletividades quanto os indivíduos que delas fazem parte são imperfeitos, compreende-se então que será na dinamicidade das interações humanas que haverá a possibilidade de se melhorar ambos, indivíduos e coletividades. Em decorrência, nota-se que há uma necessidade de que mudanças sociais ocorram, na tentativa de resolver ou, ao menos, minimizar os muitos problemas enfrentados no convívio comum. Mesmo que nem sempre as ditas tentativas sejam exitosas, pouquíssimos serão fatalistas ao ponto de defender a insolubilidade e o abandono de questões que impactam globalmente, tais quais: a fome, os desabrigados, o desrespeito aos direitos humanos, a destruição ambiental, os preconceitos de gênero, etnia e renda, etc.

Eis que a dinâmica das relações interpessoais na convivência humana em uma dada sociedade é fato tão inegável quanto a imprescindibilidade de tal dinâmica. Se alterações

ocasionais nos comportamentos que constituem a vida em comunidade são indispensáveis, o próximo passo será pensar em possíveis formas de se alcançar as mudanças sociais desejadas. Brian Martin (2006, p. 02)¹² elenca quatro interessantes possibilidades, as quais podem ser ouvidas com relativa frequência no cotidiano da vivência societal:

- Não fazer nada em relação aos problemas. Eles vão se resolver sozinhos, por meio de um processo de evolução social.
- Rezar a um poder maior. O poder maior resolverá os problemas (ou providenciará a salvação pessoal).
- Detentores de poder resolverão os problemas devido a um senso de responsabilidade.
- Purifique-se. Se cada indivíduo se tornar puro, os problemas deixarão de existir, ou serão transcendidos (MARTIN, 2006, p. 02).

Segundo o autor, em que pese a facilidade de se encontrar apoiadores às possibilidades citadas, as mesmas carecem de evidências empíricas que as apoiem e compartilham da rejeição à política para lidar com os dissabores mundanos. Num sentido abrangente, a política pode ser conceituada como “[...] o exercício coletivo do poder [...]” (MARTIN, 2006, p. 02) e, ao contrário das opções acima, será a abordagem escolhida na presente pesquisa. Em termos gerais, existem três maneiras de visar à mudança social por meio da política: a *política convencional*; a *violência*; a *nãoviolência*. Todas serão brevemente exemplificadas a seguir, tendo como parâmetro as alegações de Brian Martin (2006, p. 02-04) e Doug Bond (1994, p. 59-65).

Por *política convencional* entende-se as normas oficial e legalmente definidas para se exercer coletivamente o poder, buscando alterar a realidade sociopolítica. Atualmente o planeta encontra-se dividido em Estados-nação com governos próprios, em cada qual vigora uma legislação específica que delimita e institucionaliza as condutas políticas permitidas. As tomadas de decisões de um governo comumente ocorrem por meio de três vieses: autoritário, representativo ou participativo. Geralmente a gradação de tais vieses obedece a seguinte lógica: quanto mais autoritário um Estado, menor o repertório de ações políticas permitidas a indivíduos e grupos; quanto mais participatório um Estado, maior o rol de ações políticas permitidas à população. Porém, quase todos os países costumam tolerar um mínimo de

¹² Todas as citações em línguas estrangeiras são traduções livres de minha responsabilidade.

manifestações políticas oriundas diretamente dos cidadãos. Em resumo, as políticas convencionais são aquelas institucionalizadas pela legislação de seus respectivos governos e que, a princípio, têm amparo legal do Estado de Direito para ocorrer.

Sucintamente, compreende-se por *violência* o uso da força física contra a vida de seres humanos para atingir mudanças sociopolíticas. No plano dos Estados-nação, a violência se manifesta por meio de guerras entre forças armadas que almejam incapacitar e sobrepujar os inimigos. Frações das forças armadas de um único país também podem batalhar internamente pelo controle político do aparelho estatal, ou então simplesmente destituir, pela ameaça do uso da força militar, um governo civil. No plano da população ordinal, opositores de um dado governo, a partir do apoio de setores sociais, podem desencadear um conflito armado. Em geral, opta-se inicialmente pela guerra de guerrilha, devido à elevada discrepância de poder político, econômico e bélico entre as partes; o que posteriormente pode vir a ser uma guerra civil entre dois exércitos regulares, caso os guerrilheiros conquistem apoio político e recursos materiais para tanto. Ataques contra a vida de civis também são procedimentos colocados em prática ao se buscar a mudança social por meio da violência, como no caso do genericamente chamado terrorismo. Contudo, a violência contra civis pode partir dos próprios Estados, quando cidades são indiscriminadamente bombardeadas com armas químicas ou, num outro exemplo, em caso de genocídio contra determinado grupo da sociedade por causa de certas características peculiares ao mesmo.

Em sua prática, a *nãoviolência* pode ser resumidamente conceituada como um meio para que indivíduos e grupos possam agir politicamente sem recorrer à violência. Passeatas, bloqueios, vigílias, palestras, greves, boicotes, ocupações, jejuns e a formação de governos paralelos são todos métodos de intervenção política que exemplificam possíveis ações nãoviolentas, desde que tais métodos sejam previamente planejados e estejam ausentes da legislação vigente. Contemporaneamente, a principal preocupação política concreta que motivou teorizações acerca das ações nãoviolentas se refere aos caminhos viáveis para se intervir direta e politicamente, almejando a abertura política de governos que restringem a participação popular. Apesar de terem a mesma validade para manifestações individuais ou coletivas, certamente que o efeito sociopolítico da ação nãoviolenta aumenta conforme o crescimento do número de manifestantes. Diferentemente do que se pode pensar, dependendo da noção de nãoviolência adotada pelo movimento social, os participantes da ação nãoviolenta não precisam aceitar filosofias de vida ou abraçarem o altruísmo. Em suma, a prática da nãoviolência trata de certos atos não convencionais para intervir direta e politicamente que,

estrategicamente combinados num plano de ação, fazem com que seus agentes exerçam o poder político que detêm enquanto integrantes de uma sociedade.

Após concisa normatização, ainda tomando por base o discernimento de Brian Martin (2006, p. 04-05), torna-se relevante apontar as tênues linhas que demarcam os limites teóricos entre as três opções de transformação social por intermédio da política. Ao se aproximar a *política convencional* da *violência*, percebe-se que o uso da violência por parte das forças armadas dos Estados, para fins de defesa, costuma ser considerado legítimo e estar legalmente assegurado. Não obstante, quando grupamentos não governamentais se utilizam da mesma violência, seja para atacar ou defender-se, o comum é que sejam apontados como agindo fora da política convencional e identificados como infratores da legislação estatal. A propensão dos Estados em resguardarem o monopólio legal dos meios violentos de interferência empírica na realidade social é mais nítida quando se olha para a relação interna entre Estado e cidadão. Resistir a ordens de agentes oficiais, ainda que por simples negativa verbal ou inatividade, corresponde a uma transgressão passível de ser respondida com violência pelas forças de segurança.

No que diz respeito a *política convencional* e *nãoviolência*, a distinção ocorrerá de acordo com o estabelecido para a prática política formal no interior dos países. Em uns, a greve é um direito garantido pela legislação e inserido no conjunto de atos políticos tidos por legítimos perante o Estado. Em outros, uma paralisação de trabalhadores com o mesmo perfil será prontamente combatida como crime, porquanto será reconhecida pelas instituições estatais como atitude que ultrapassa as balizas da política convencional. No primeiro caso, mesmo sendo um dos muitos métodos de ação nãoviolenta possíveis, a greve não será classificada como ação nãoviolenta, exceto se a mesma for mantida após ser declarada ilegal pelo Judiciário. No segundo caso, dada sua ilegalidade, a paralisação dos trabalhadores será uma ação nãoviolenta desde seu primeiro momento. No mesmo sentido, uma simples panfletagem política contrária ao governo, em sistemas autoritários, pode ser rotulada de subversiva e colocar os envolvidos na ilegalidade; ao passo que sistemas representativos costumam incluir maior quantidade de intervenções políticas que não fazem uso da violência como parte constituinte da política convencional. Enfim, quando uma intervenção política que não se valha de métodos violentos desencadear quaisquer retaliações por parte das autoridades estatais, tal intervenção pode ser classificada como uma ação nãoviolenta.

Já no que se refere ao limiar entre *violência* e *nãoviolência*, pode-se dizer que o marco está no fato da violência permitir o dano físico a outrem. Em oposição direta ao posicionamento dos adeptos da nãoviolência, os praticantes da violência aceitam, usualmente como um mal necessário, que seres humanos atentem contra a vida uns dos outros. Na fronteira entre ambos os pontos de vista encontra-se a sabotagem. Referida também como violência contra propriedade, a sabotagem envolve explosão de prédios desabitados, destruição de maquinários ou de documentos, alteração de websites, etc. Via de regra, ativistas nãoviolentos evitam situações que causem dano material ou ambiental excessivo, tanto por causa dos prejuízos coletivos, quanto porque tais situações estão mais propensas a sair do controle e terminar com pessoas feridas.

Se a preocupação até agora encontra-se na análise das alternativas para se concretizar alterações sociais por meio da política, a capacidade de mobilização da sociedade civil, visando alterações efetivas e estruturais tanto no governo quanto na própria sociedade, aparece como um dilema perante o patamar científico e tecnológico atingido pelas grandes corporações e pelos Estados-nação nos dias de hoje. À derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e à decorrente retomada expansionista das ideias liberais nos anos seguintes, resultando na gradativa globalização do mercado econômico e suas consequências para o mundo do trabalho, somam-se dilemas oriundos do elevado desenvolvimento científico e tecnológico assistido no século XXI, como a quase instantânea circulação de informações entre empresas e países ou o crescente controle das máquinas públicas sobre as pessoas. Tais processos, cada qual altamente complexo em suas minúcias, exemplificam vicissitudes da história recente que fazem parecer distantes da realidade atual aquelas revoluções, como a Revolução Francesa iniciada em 1789 e a Revolução Russa deflagrada em 1917, capazes de aglutinar grandes multidões movidas por pensamentos críticos ao socialmente estabelecido.

Em contrapartida, manifestações populares de grande porte, como as iniciadas na França em maio de 1968 e disseminadas rapidamente por vários outros países, as deflagradas na Praça da Paz Celestial chinesa em 1989 ou, para citar um caso mais atual, as ocorridas no Brasil entre junho e julho de 2013, continuam se sucedendo casualmente. A despeito de suas peculiaridades, os exemplos demonstram que grupos sociais continuam a se organizar politicamente e a expor demandas ao sistema político convencional, constituindo-se em agentes políticos ativos e relevantes. Governos autoritários, mesmo aqueles vigentes por décadas, ocasionalmente enfrentam protestos em prol da liberdade de expressão e da

reconstrução de um espaço público para diálogos políticos (SHARP, [1973] 2012; SHARP, [1993] 2010). Em sistemas representativos, a busca por novos canais para maior participação cívica nos meandros da política convencional e também as demandas pelo alargamento do tipo de democracia praticada pelos sistemas políticos dos Estados, com a inclusão de novos interlocutores políticos e suas demandas particulares, vem sendo atestadas pela bibliografia da Ciência Política especializada no assunto (GURZA LAVALLE; ISUNZA, 2011; LÜCHMANN, 2011; PHILLIPS, 2011; YOUNG, 2006).

O descontentamento de setores societais em relação aos rumos políticos e econômicos tomados por seus governantes, ao atingir um patamar demasiadamente elevado no decorrer do tempo, pode gerar uma oposição aberta e direta ao modo pelo qual o governo ocupa-se das demandas sociais por meio dos canais políticos convencionais. Tem-se então um impasse, cujo resultado dependerá tanto da organização e das metas assumidas pelo movimento social insurgente, quanto do posicionamento político adotado pela cúpula governamental diante da situação. Numa atitude conciliatória, o governo pode acatar todas ou, ao menos, uma parte das reivindicações de seus opositores, solucionando o impasse de maneira a conservar o *status quo* societal anterior ao início dos protestos. Obviamente que, em caso de problemas internos ao movimento contestatório, é possível desarticulá-lo apenas ludibriando os manifestantes com mudanças sociopolíticas de fachada ou com reforço das forças estatais de segurança. Porém, ao lidar com um movimento social de sólida organização interna para resistir às investidas governamentais, composto de integrantes conscientes e lideranças preparadas, caso os detentores dos cargos de mando político não tenham a intenção de atender às reivindicações populares, o uso ostensivo da violência por parte do Estado passa a ser quase certo.

No hipotético quadro acima, estando fora dos padrões estipulados pela legislação estatal para a atuação na política convencional, os iniciadores do movimento social insurgente deparam-se com a difícil decisão de adotar a violência ou a nãoviolência como forma de resistência para o embate que se avizinha. Brian Martin e Kurt Schock, dois nomes de peso nos estudos sobre ação nãoviolenta, elencaram as principais razões da preferência de manifestantes pela violência: (a) o saber histórico por séculos acumulado sobre a violência, em oposição à incipiente atenção voltada para a nãoviolência – especialmente após o processo de independência da Índia; (b) a manifestação regular e legitimada da violência, por meio das forças estatais de segurança, nas relações internas e externas dos Estados-nação; (c) a errônea percepção de que a prática da nãoviolência imprescindivelmente requer prévio

comprometimento religioso, moral ou ideológico; (d) o desconhecimento do caráter ativo da nãoviolência pela falta de difusão das diferenças entre a mesma e outras maneiras de posicionamento pessoal que prezam ideias como a inatividade, a passividade ou a abstenção da interferência direta na realidade social (MARTIN, 2006, p. 18-20; SCHOCK, 2003, p. 705-706). Por conseguinte, enquanto meio para que os cidadãos exerçam efetivamente seu poder sociopolítico objetivando mudanças sociais, a nãoviolência terá aqui espaço privilegiado, com a finalidade de ponderar sobre suas teorias e práticas.

Em consonância com o **Dicionário Cambridge** (2016), cabe deixar claro que o termo *nãoviolência*, assim escrito, expressa não apenas a mera ausência ou abstinência de violência visando fins políticos (*non-violence* em inglês, que será exposta aqui com a grafia ordinal: *não violência*); mas compreende também o uso planejado de estratégias, métodos e mecanismos específicos para causar mudanças políticas, motivo pelo qual se optou pela manutenção de uma tradução mais aproximada e literal do correspondente termo anglo-saxão *nonviolence*. Mais ainda, é possível reforçar e aprofundar a distinção fornecida pelo dicionário adicionando-se a percepção de que a nãoviolência se reporta sempre a um ideário normativo, seja utópico ou pragmático, responsável por nortear os agentes políticos no emprego da ação nãoviolenta na realidade histórica. Por um lado, Kurt Schock (2003, p. 705-706) enfatiza que a *não violência* engloba atos isolados ou esporádicos e sem planejamento, realizados por indivíduos ou grupos desestruturados que resolvem atuar politicamente sem causar dano físico a outrem; por outro lado, os estudiosos Ronald McCarthy e Christopher Kruegler (1993, p. 02-04) deixam claro que a *nãoviolência* requer considerável organização coletiva, ampla consciência das estratégias e dos objetivos por parte de seus integrantes, além de minucioso planejamento das intervenções políticas.

Observa-se ainda que a nãoviolência desdobra-se em duas vertentes: a *nãoviolência como princípio* (*principled nonviolence*)¹³, cuja assimilação pelos ativistas se pauta principalmente em juízos éticos ou religiosos; e a *nãoviolência pragmática* (*pragmatic nonviolence*)¹⁴, cuja apropriação pelos ativistas se reporta majoritariamente a questões imediatas de cunho sociopolítico. As duas dimensões da nãoviolência serão diferenciadas em seus pormenores nos parágrafos seguintes, porém ressalta-se que a diferenciação se respalda

¹³ Novamente agradeço ao professor e doutor José Antonio Martins pela sugestão de uma melhor tradução, que refinou o significado da expressão. Entretanto, todos os possíveis equívocos relacionados ao conteúdo do vocábulo são de minha inteira responsabilidade.

¹⁴ As duas designações originais foram cunhadas por Judith Stiehm em seu artigo de 1968, no qual a autora assinala uma incipiente dualidade interna à nãoviolência.

em aspectos que antecedem à ação política direta e dizem respeito a maneira pela qual os ativistas absorvem e interpretam a nãoviolência. Portanto, as dimensões diferem por motivos abstratos, mas podem compartilhar do mesmo arcabouço prático quando de sua execução, motivo pelo qual a expressão *ação nãoviolenta* (*nonviolent action*) corresponderá aos métodos de ação que os adeptos das duas dimensões da nãoviolência tem à disposição para suas intervenções. De agora em diante, o simples uso do vocábulo *nãoviolência* referir-se-á as duas vertentes conjuntamente, ao passo que a *nãoviolência como princípio* e a *nãoviolência pragmática* serão assim nomeadas quando houver necessidade de diferenciá-las por questões teóricas. Já outras expressões, como *resistência civil* ou *desafio político*, serão aqui utilizadas quando os próprios autores mencionados ou transcritos definirem e conceituarem as nomenclaturas de sua preferência para a nãoviolência.

Outra distinção que precisa ser estabelecida de antemão envolve o reconhecimento das especificidades que caracterizam a nãoviolência em comparação com o pacifismo. Na concepção de Dustin Howes (2013, p. 428), o *pacifismo* (*pacifism*) “[...] se refere a uma posição ideológica distinta na história do pensamento religioso, ético e político. [...]”, que faz da participação em cenários violentos algo moralmente inaceitável ao pacifista. Tal asserção ideológica, que condena *a priori* a violência, pode ser traduzida empiricamente em comportamentos sociais ativos ou passivos. Posto que a noção central do pacifismo “[...] é o princípio da rejeição do uso da violência física na vida pessoal e política. [...]” (HOWES, 2013, p. 428), tal noção não implica forçosamente em intercessões políticas diretas. Logo, depende do discernimento de cada pacifista a via pela qual será exteriorizada sua convicção contrária à violência, que varia desde a abstenção da política até o ativismo frequente. Apesar de sua ligação íntima com muitas religiões, cabe esclarecer também que os preceitos religiosos não são imprescindíveis para que alguém recuse a violência em sua vida, pois um ateu pode muito bem rejeitar toda e qualquer violência por considerá-la irracional (HOWES, 2013, p. 429).

Diferentemente do pacifismo, Kurt Schock (2003, p. 705) pondera que a prática da *nãoviolência* pode ser retratada como um meio para desempenhar pressões políticas, econômicas, sociais, emocionais ou morais contra oponentes que, via de regra, ocupam posições de mando na hierarquia social e recebem consentimento da sociedade para decidir acerca de questões do interesse coletivo. Sua execução abrange estratégias, mecanismos e métodos especificamente voltados para a intervenção concreta na realidade sociopolítica, visando sua transformação. Enquanto meio singular, consciente e estratégico de ação direta,

iniciou-se como desdobramento do posicionamento ativo de pacifistas que “[...] avançaram e desenvolveram uma forma distinta de prática política, diversamente chamada de não-resistência, nãoviolência, *ahimsa*¹⁵, força espiritual (*soul force*) e *satyagraha*¹⁶. [...]” (HOWES, 2013, p. 429), mas com o passar do tempo tornou-se objeto de reflexões exclusivas¹⁷. Exemplificando a multiplicidade de possíveis usos, os apreciadores da nãoviolência podem ser religiosos fervorosos almejando a conversão de infiéis, pacifistas convictos buscando melhorar eticamente as relações sociais ou ateus inconformados ambicionando mudanças políticas.

Em poucas palavras, a nãoviolência é um meio para agir estrategicamente na realidade sociopolítica, com a intenção deliberada de transformá-la. Portanto, nãoviolência obrigatoriamente envolve ação política direta e planejada. Se uma pessoa optar pela abstenção da violência diante de um furto, tal indivíduo estará sendo *não violento* devido a sua inatividade. Da mesma forma, se um grupo de pessoas subitamente se recusar a deixar um hospital enquanto não obtiver atendimento, o grupo estará sendo *não violento* devido à falta de planejamento do comportamento transgressor. Para os autores que tratam do tema da nãoviolência, mesmo que o grupo seja arrastado à força para fora do hospital por policiais e o caso alcance repercussão midiática nacional, ainda assim terá sido um caso de *não violência* que se valeu de um método de ação do repertório da nãoviolência. Com os exemplos, fica mais claro que ambas as dimensões da nãoviolência se preocupam com o agir político sem violência de indivíduos e grupos, compartilhando a possibilidade de uso dos métodos nãoviolentos para a ação direta. Entretanto, seguindo a proposição de Dustin Howes (2013, p. 428) ao expressar que as novidades trazidas pelos pacifistas do século XIX são as primeiras reflexões no sentido de aglutinar os métodos de ação nãoviolenta e torná-los um meio distinto de atuação política, vale destacar a asserção de Kurt Schock (2013, p. 278) quando constata

¹⁵ Noção proveniente do Hinduísmo, que propõe a não violência universal como conclusão da crença de que todos os seres vivos compõem uma mesma criação divina. Será detalhada mais abaixo, ainda na presente parte do trabalho.

¹⁶ Denominação do tipo de nãoviolência transcendental e moralista desenvolvida por Mohandas Gandhi, que também terá suas particularidades apresentadas no presente item da dissertação.

¹⁷ Atribui-se ao estadunidense Adin Ballou (1803-1890), ainda que imbuída de uma perspectiva eminentemente religiosa, a primeira tentativa de sistematização e teorização a respeito do que atualmente as referências bibliográficas denominam como *métodos de ação nãoviolenta*. Ballou era membro da *New England Non-Resistance Society* (numa tradução livre: Sociedade de Não-Resistência da Nova Inglaterra), fundada pelo pacifista e abolicionista William Lloyd Garrison em 1838. Henry David Thoreau, contemporâneo de ambos, não foi membro da dita sociedade, mas esteve presente em alguns encontros e teve contato direto com Ballou, o que muito provavelmente influenciou de maneira considerável seu **Resistência ao Governo Civil** (HOWES, 2013, p. 429-430).

que tais métodos não são exclusividade da nãoviolência e que alguns deles são usados para manifestações políticas pelo menos desde 449 a. C.

Em conformidade com a interpretação de Kevin Clements (2015) e Michael Nagler (2004), a *nãoviolência como princípio* expressa o entendimento de ativistas que tem a negação da violência como um imperativo para suas vidas particulares e públicas. Decorrentemente, não há uma avaliação prévia da situação que enfrentarão para a escolha entre a violência ou a nãoviolência como meio de intervenção política, pois a utilização dos métodos de ação da nãoviolência para a manifestação de suas preferências políticas é antes uma predeterminação de seus juízos de valor, de sua ideologia ou de suas crenças religiosas, que subjetivamente os impedem de atentar contra a vida de outrem. Embora estejam lutando em tempo e espaço dados, por causas inseridas num contexto histórico e numa conjuntura política, as justificativas para suas lutas políticas imediatas quase sempre extrapolam o presente e remetem a um comprometimento com objetivos utópicos para as coletividades. Ao manifestarem oposição a uma lei ou a uma política governamental, os ativistas que tem a nãoviolência como princípio em suas ações no mundo empírico geralmente visam fins como o término da violência entre os seres humanos ou a difusão do amor incondicional entre todas as pessoas. Tais fins utópicos são a motivação maior para seu ativismo, o qual provavelmente será recorrente e persistente exatamente pela longínqua distância entre a realidade histórica e o horizonte de suas metas para as comunidades. Afinal, a nãoviolência como princípio tende a ser o meio para intervenção sociopolítica defendido por pacifistas que, rejeitando a inatividade e a abstenção da política, valem-se dos fundamentos da ação nãoviolenta sem, no entanto, abrir mão do ideal de extirpar a violência da convivência em sociedade.

Já a *nãoviolência pragmática* expõe a compreensão de ativistas que, independentemente da ideologia ou da religião que possuam, avaliam antecipadamente o contexto histórico e a conjuntura política para escolher o meio de ação que julgam mais viável à luta que irão empreender. Sua escolha pode ser pela violência sem que tal preferência lhes cause um conflito interior. Caso decidam-se racionalmente pela nãoviolência, sua escolha será sustentada pelo discernimento de que a luta a ser empreendida terá maiores probabilidades de sucesso pela via do planejamento estratégico e também pela execução dos métodos de ação nãoviolenta. Na visão das autoras Erica Chenoweth e Maria Stephan, bem como na opinião de Dustin Howes, a tomada de tal decisão provavelmente ocorrerá devido a pelo menos uma das seguintes razões: (a) a disputa violenta requer aptidões e habilidades que restringem física e tecnicamente os aptos a participar do conflito; (b) as ações nãoviolentas permitem a

participação cooperativa de numerosos grupos sociais distintos na retirada de poder dos dominantes; (c) a multiplicidade de métodos disponíveis permite que cada membro dos grupos sociais envolvidos no confronto nãoviolento atuem de acordo com suas possibilidades e conhecimentos; (d) ações coletivas de grande porte tendem a diminuir o discernimento psicológico dos riscos inerentes às intervenções políticas diretas; (e) a visibilidade midiática das ações nãoviolentas favorece o apoio de instituições supranacionais, de ONGs e da opinião pública ao movimento social nãoviolento, imputando aos adversários políticos o peso das condenações morais corriqueiramente atribuídas ao uso da violência contra opositores que não revidam violentamente (CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p. 82; HOWES, 2013, p. 434). Enfim, os praticantes da nãoviolência pragmática não rejeitaram nem abdicaram da violência em sua vivência privada ou social, tão somente não consideraram a violência o melhor meio de ação para uma dada ocasião de disputa sociopolítica.

Por último, sublinha-se que *não resistência passiva* (*passive non-resistance*) e *resistência passiva* (*passive resistance*)¹⁸ não equivalem a *resistência nãoviolenta* (*nonviolent resistance*) ou *ação nãoviolenta* (*nonviolent action*) por questões de cunho prático. Na definição de Kurt Schock (2013, p. 277), *não resistência passiva* (*passive non-resistance*) implica tão somente a “[...] não cooperação com e não participação em instituições baseadas na violência [...]”; ao passo que *resistência passiva* (*passive resistance*) se refere a comportamentos cotidianos informais ou velados e sem coordenação, geralmente engendrados por indivíduos oprimidos que intentam resistir sem causar danos físicos aos adversários (SCHOCK, 2003, p. 707). Assim sendo, cabe distinguir que *resistência nãoviolenta* (*nonviolent resistance*) ou *ação nãoviolenta* (*nonviolent action*) reporta-se a um conjunto de estratégias e métodos de ação individual ou coletiva que é operado de maneira consciente, planejada e direta na realidade empírica, visando alterar efetivamente o *status quo* sociopolítico vigente. “[...] Não há nada passivo ou evasivo na resistência nãoviolenta, pois ela é um ativo e explícito meio de processar conflitos com oponentes [...]” (SCHOCK, 2003, p. 707), motivo pelo qual Mohandas Gandhi refutou o uso do adjetivo *passiva* para se referir à *satyagraha*¹⁹.

¹⁸ Assentadas na *não violência* (ênfase na grafia em separado).

¹⁹ Segundo Stuart Gray e Thomas Hughes, a expressão *satyagraha* origina-se da combinação entre *sat* (verdade ou verdadeira essência) e *agraha* (firmeza). “[...] O termo foi o resultado de uma competição que Gandhi organizou por meio da *Opinião Indiana* a fim de providenciar uma palavra indiana mais apropriada para resistência passiva. [...]” (GRAY; HUGHES, 2015, p. 379-380).

Lembrando que a complexidade do mundo empírico complica em demasia a fixação de diferenciações teóricas estanques e, além disso, que os posicionamentos políticos discernidos aqui podem se suceder num mesmo acontecimento sociopolítico, o quadro²⁰ abaixo esquematiza as distinções estipuladas pelos parágrafos anteriores:

Quadro 01 – Posicionamentos políticos isentos de violência.

POSICIONAMENTO POLÍTICO	POSTURA POLÍTICA DO AGENTE	SÍNTESE	EXEMPLOS
Nãoviolência (<i>Nonviolence</i>)	Ativa	Aceitação dos fundamentos para operacionalização dos métodos de ação nãoviolenta e anuência de que tais métodos são os melhores meios para agir politicamente numa dada realidade sociopolítica, visando sua transformação.	Movimentos nãoviolentos estruturados que busquem suporte em variados e descontentes grupos sociais para impulsionar profundas mudanças políticas.
Nãoviolência como Princípio (<i>Principled Nonviolence</i>)	Ativa	A aceitação dos fundamentos para operacionalização dos métodos de ação nãoviolenta é precedida pela adesão ao pacifismo.	As campanhas lideradas por Mohandas Gandhi pela independência da Índia (1947) são os mais famosos exemplos.
Nãoviolência Pragmática (<i>Pragmatic Nonviolence</i>)	Ativa	A aceitação dos fundamentos para operacionalização dos métodos de ação nãoviolenta é precedida pela concordância com a teoria política da nãoviolência pragmática: a <i>teoria consentimental do poder</i> ²¹ .	O principal exemplo ocorreu na Sérvia e foi protagonizado pelo movimento nãoviolento <i>Otpor! (Resistência!)</i> . Sua atuação encerrou com o governo autoritário de Slobodan Milosevic em 2000, influenciando ao menos outras três quedas de regimes por movimentos sociais semelhantes: na Geórgia em 2003, na Ucrânia em 2004 e no Quirguistão em 2005.

²⁰ Além de outras apropriadas recomendações, agradeço a professora e doutora Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues Elias pela sugestão de elaborar quadros para refinar os significados das expressões, facilitando comparações entre as mesmas. Entretanto, todos os possíveis equívocos relacionados ao conteúdo dos quadros são de minha total responsabilidade.

²¹ Ou ainda *teoria do poder pelo consentimento*. A teoria em questão terá seus pormenores examinados no item três da presente dissertação.

<p>Ação nãoviolenta (<i>Nonviolent action</i>)</p>	<p>Ativa</p>	<p>Repertório de atitudes peculiares e combináveis num encadeamento de intervenções políticas diretas, as quais são conscientemente coordenadas e executadas para atingir fins políticos pré-determinados num plano de ação estratégico.</p>	<p>Passeatas, bloqueios, vigílias, palestras, greves, boicotes, ocupações, jejuns, formação de governos paralelos, etc. OBS.: O Anexo 1 traz a lista dos 198 métodos elencados por Gene Sharp.</p>
<p>Não violência (<i>Non-violence</i>)</p>	<p>Ativa ou Passiva</p>	<p>Qualquer atividade ou comportamento que tenha implicações políticas ou sociais e deliberadamente não envolva violência.</p>	<p>Uma passeata pacífica e circunstancial, sem planejamento, pode exemplificar a não violência ativa. OBS.: Trata-se de um método de intervenção direta que faz parte do rol de ações nãoviolentas. Todavia, pelo prisma teórico aqui adotado, não se trata de uma ação nãoviolenta propriamente dita, por sua execução não ser respaldada pelos fundamentos da ação nãoviolenta. X Frequentar locais públicos, por razões corriqueiras, vestindo roupas com estampas de significado político, pode ilustrar a não violência passiva.</p>
<p>Pacifismo (<i>Pacifism</i>)</p>	<p>Ativa ou Passiva</p>	<p>Ideologia cujos adeptos recusam <i>a priori</i> qualquer situação violenta. Pode se expressar desde a abstenção da política ao ativismo frequente.</p>	<p>Um monge vivendo isolado do meio social num templo religioso pode exemplificar o extremo do abandono da política por parte de um pacifista. X Novamente, Mohandas Gandhi é o mais famoso exemplo da combinação entre pacifismo e ativismo político, devido ao seu papel na campanha de independência da Índia.</p>
<p>Resistência passiva (<i>Passive resistance</i>)</p>	<p>Passiva</p>	<p>Comportamentos cotidianos que manifestem aprovação ou desaprovação a certas questões políticas.</p>	<p>Frequentar locais públicos por razões corriqueiras vestindo roupas com determinadas estampas de explícito significado político. OBS.: Toda forma de resistência passiva é <i>não violenta</i> (ênfase na grafia em separado).</p>

Não resistência passiva (<i>Passive non-resistance</i>)	Passiva	Recusar participação ou colaboração com instituições que aceitem a violência como parte integrante de seus regulamentos ou atividades.	Não fazer parte nem apoiar de qualquer maneira as forças armadas dos Estados-nação.
--	---------	--	---

Fonte: elaboração própria, embasada em autores constantes nas referências bibliográficas.

Tendo por base as distinções teóricas acima estabelecidas e sabendo-se que muitas das preocupações que circundam pesquisas acerca da nãoviolência perpassam variados âmbitos do conhecimento: estudos sobre paz, movimentos sociais, ação coletiva, revoluções, negociações, apenas para citar alguns; pretende-se agora apresentar as origens teóricas creditadas pela bibliografia especializada para o entendimento recente das ações nãoviolentas. No subitem seguinte, serão enfatizados autores cujas peculiares interpretações do direito de resistência ou da desobediência civil são responsáveis, em maior ou menor medida, por situar os atuais debates sobre as teorias e as práticas da nãoviolência.

2.2. PENSADORES BASILARES

Kurt Schock (2013), numa acepção mais ampla, define o termo *resistência civil* tanto para tratar do “[...] uso continuado de métodos de ação nãoviolenta por civis engajados em conflitos assimétricos com oponentes não avessos ao uso da violência para defender seus interesses [...]” (SCHOCK, 2013, p. 277), quanto para nomear o campo de discussão especificamente responsável por seus estudos. Segundo Schock (2013, p. 277), as raízes teóricas recentes e de maior impacto para as atuais perspectivas da nãoviolência podem ser atribuídas, no geral, a dois ramos distintos: (a) diversas tradições que se estabeleceram enquanto instituições religiosas ou crenças que não se institucionalizaram mas permaneceram como teorias espiritualistas, as quais defendem e difundem a abstenção da violência no cotidiano social; (b) autores que atualmente são mais conhecidos pelas contribuições que suas ideias trouxeram ao desenvolvimento do anarquismo.

Para o autor, o pensamento de Mohandas Gandhi pode exemplificar a influência do primeiro ramo citado para a nãoviolência, ao mesmo tempo que Henry David Thoreau serve como exemplo para o segundo ramo mencionado. Convém esclarecer ainda que tais ramos ocasionalmente convergem nos escritos de um mesmo autor, como no caso da obra de Lev Tolstoy. Nesse sentido, antes de tratar dos questionamentos contemporâneos existentes no

âmbito de debate em pauta, torna-se imprescindível discorrer mais detidamente sobre ambas as origens apontadas por Schock (2013, p. 277-279), a fim de melhor captar o *background* da esfera de discussão da nãoviolência.

Voltando-se primeiramente aos autores que influenciaram as correntes anarquistas, Kurt Schock (2013, p. 277-279) inicia seu resgate das origens conceituais da nãoviolência reportando-se ao clássico texto **Resistência ao Governo Civil**²², de Henry David Thoreau ([1849] 2016). Contudo, é possível retornar até o século XVI, quando Étienne de La Boétie ([1574] 2017) deixou sua marca nos posteriores desdobramentos das correntes teóricas anarquistas com um texto basilar denominado **Discurso da Servidão Voluntária** (KING, 2008, p. 31). Juiz, diplomata, poeta, tradutor de filósofos como Plutarco e Xenofonte, além de amigo íntimo de Michel de Montaigne, Étienne de La Boétie forneceu sua maior contribuição ao conhecimento humano ainda jovem, durante sua graduação em direito pela Universidade de Orléans (ROTHBARD, 2012, p. 01).

Elaborado provavelmente em 1552, seu escrito tem como *insight* fundamental a premissa de que todo empoderado depende do apoio dos submetidos ao respectivo poder para se manter em tal posição hierarquicamente privilegiada, daí a importância do consentimento para legitimar a autoridade. “[...] Boétie descreve o governante como a copa de uma árvore que morre quando as raízes (apoio popular) são rompidas. [...]” (KING, 2008, p. 31); em outras palavras, apesar de sua autoridade e sua posição de poder, o governante depende do consentimento dos governados para manter a legitimidade e a sustentabilidade do seu governo. Nos dias atuais, tal visão acerca do poder e de suas implicações sociopolíticas está no núcleo da *teoria consentimental do poder* ou *teoria do poder pelo consentimento* (ATAACK, 2006, p. 87-89; MARTIN, 1989, p. 213-214), imbuída de uma perspectiva relacional e interativa, de cunho individualista e voluntarista (KING, 2008, p. 27-28; MARTIN, 1989, p. 216)²³. Tal teoria, ordenada por Gene Sharp ([1973] 2012), será pausadamente analisada na terceira parte da presente dissertação.

A despeito da proximidade que as ideias de Étienne de La Boétie ([1574] 2017) possuem com os pontos de vista do anarquismo, Murray Rothbard (2012, p. 05) alerta que as

²² Posteriormente publicado com o nome de **Desobediência Civil** em 1866.

²³ Vale recordar que as relações de poder entre dominantes e dominados, bem como as problemáticas da autoridade, da legitimidade e do consentimento dos subordinados aos detentores do poder político, já eram temáticas caras a Nicolau Maquiavel (1469-1527). Tais temáticas manterão o protagonismo no pensamento político europeu dos séculos subsequentes com autores como Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

análises presentes no **Discurso da Servidão Voluntária** se restringem a governos tirânicos, sendo construído intelectual de responsabilidade dos teóricos anarquistas a transposição do pensamento de La Boétie para o governo *per se*. Ainda assim, mesmo diante da impossibilidade de se classificar o autor francês do século XVI como anarquista,

[...] não é nenhuma surpresa o fato de que entre os defensores mais entusiasmados da desobediência civil em massa estavam os pensadores anarquistas, que simplesmente estenderam as análises e as conclusões de La Boétie do poder de governos tirânicos para o poder de qualquer governo. Entre os mais proeminentes anarquistas defensores da resistência nãoviolenta estavam Thoreau, Tolstoy e Benjamin R. Tucker, todos do século XIX, e todos, como era de se esperar, pertencentes à ala anarquista pacifista. Na verdade, Tolstoy, ao elaborar sua doutrina de anarquismo não violento, utilizou um grande trecho do Discurso como ponto primordial do desenvolvimento de seu argumento. [...] (ROTHBARD, 2012, p. 04-05).

Tendo-se em mente a significância dos pressupostos contidos no **Discurso da Servidão Voluntária** para Lev Tolstoy e sabendo-se que ele e Mohandas Gandhi foram próximos, ao ponto de trocarem epístolas a respeito de suas concepções teóricas (KING, 2008, p. 31; GRAY; HUGHES, 2015, p. 378), percebe-se a concretude e a relevância da conexão existente entre as duas raízes da nãoviolência apontadas por Kurt Schock (2013, p. 280).

Entretanto, antes de se abordar o pensamento gandhiano, não se pode deixar de tecer alguns comentários sobre dois autores cronologicamente anteriores ao *Mahatma (a grande alma)* indiano. Em 1894, de acordo com Schock (2013, p. 277), o escritor e pacifista russo Lev Tolstoy, em seu **O Reino de Deus está em Vós**, afirmava que seguir os mandamentos cristãos seria mais eficiente para se chegar a uma melhor inter-relação entre os seres humanos do que guiar-se pelos dogmas religiosos ou pelas legislações estatais. Suas asserções tinham um caráter subjetivo e criticavam tanto a hipocrisia quanto a beligerância de instituições como a Igreja Católica e o Estado, propondo em contrapartida tanto a nãoviolência pautada em princípios transcendentais e religiosos, quanto a não resistência passiva como forma de enfraquecer tais instituições.

Por seu turno, o naturalista e escritor estadunidense Henry Thoreau ([1849] 2016), no anteriormente citado **Resistência ao Governo Civil**, visualizava uma resistência ativa ao aparelho estatal, respaldada por pressupostos estritamente éticos e civis. Embora seja possível

classificá-lo como um anarquista individualista, será mais preciso afirmar que sua proposta ambiciona melhorias na gestão pública; tais melhorias, por sua vez, se paulatinamente desenvolvidas e ampliadas, poderiam tornar o governo desnecessário e permitiriam extingui-lo. Ainda que não tenha utilizado o termo *desobediência civil* em nenhum momento de seu texto, Thoreau advogava expressamente a desobediência dos cidadãos a leis ou decisões políticas injustas, de modo avesso à violência e de acordo com o plano da consciência pessoal. Em decorrência, para o autor: “[...] Aqueles que desaprovam o caráter e as medidas de um governo, mas cedem a ele sua lealdade e apoio são, sem dúvida, seus partidários mais conscientes e, frequentemente, os mais sérios obstáculos à reforma. [...]” (THOREAU, 2016, p. 57).

Segundo Schock (2013, p. 278), o principal ponto comum entre as perspectivas que Lev Tolstoy e Henry Thoreau possuem a respeito da nãoviolência envolve a percepção de que comportamentos individuais poderão desembocar numa transformação social. Em outros termos: da comparação entre Tolstoy e sua adesão ao pacifismo e à abstenção de participação em organizações beligerantes; e Thoreau, com sua preferência pela desobediência civil às instituições que obriguem os cidadãos a agir injustamente; resulta que a maior proximidade entre as formulações de ambos está no fato de considerarem a subjetividade dos indivíduos como ponto de partida.

Não obstante, na opinião de Mary King (2008, p. 31), foram Lev Tolstoy e Mohandas Gandhi os responsáveis por transformar a resistência civil de viés pessoal, observado nos ensaios de Henry David Thoreau, num instrumento de luta política coletiva capaz de alterar a realidade empírica por meio da ação direta. Para ela, “[...] Tolstoy e Gandhi transformaram uma abstração defendendo a retirada individual do consentimento em uma coerente ação política de massa com consequências globais para o mundo de hoje. [...]” (KING, 2008, p. 31). Não há dúvidas de que é possível creditar parte de tal feito a Tolstoy, dada sua proximidade e a forte influência de seus conceitos em Gandhi, conforme será visto adiante, porém não se pode negar que o indiano merece porcentagem maior do crédito pela difusão e pelo sucesso da ação política nãoviolenta ao redor do planeta. Inserido no ambiente social da Índia entre os séculos XIX e XX, no qual há muito estavam presentes valores culturais e religiosos que prezavam pela não violência (*ahimsa*), “[...] Gandhi moveu-se além da desobediência civil individual e percebeu que a resistência nãoviolenta poderia ser levada a cabo em campanhas coletivas para confrontar injustiças sociais, do nível local ao nacional. [...]” (SCHOCK, 2013, p. 278).

Figura mais proeminente no rol da resistência civil em tempos modernos (SCHOCK, 2013, p. 278), Mohandas Gandhi nasceu na Índia colonial e educou-se no Reino Unido, então metrópole de sua nação de origem. A bibliografia especializada no pensador e ativista indiano divide-se em três ramos, os quais se subdividem internamente: o primeiro deles considera Gandhi um pensador proeminentemente ocidental, devido principalmente à sua educação britânica, estando as religiões orientais restritas a complementar uma categorização central proveniente de seu extenso contato com a literatura europeia; o segundo ramo entende o Mahatma indiano como filósofo eminentemente hinduísta e brâmane, cuja influência ocidental aparece somente em poucos aspectos de sua obra; já o terceiro deles considera Mohandas Gandhi como um teórico completamente híbrido, combinando tradições hindus e brâmanes com diversos conceitos provenientes da leitura de fontes ocidentais (GRAY; HUGHES, 2015, p. 375-376).

Todavia, há de se recordar que autores do mesmo ramo híbrido, como Bhikhu Parekh (1989), Anthony Parel (2006) e Faraj Godrej (2006), possuem pontos de divergência sobre a maior ou menor influência de algumas fontes em certos conceitos e em determinadas teorizações construídas pelo pacifista e ativista indiano. Por um lado, reconhece-se aqui a multiplicidade de pontos de vista para tratar das principais ideias que influenciaram e nortearam o pensar de Mohandas Gandhi; por outro lado, foge ao escopo do presente trabalho tomar parte nas divergências mencionadas, porquanto a intenção aqui encontra-se menos em investigar as origens do pensamento de Gandhi e mais em compreendê-lo quando já estabelecido. Enfim, buscar-se-á expor em poucas linhas um ideário extenso e complexo, motivo pelo qual vale lembrar também que o pensamento de Gandhi não se esgota com o apresentado na sequência. Antes, porém, alguns pontos precisam ser esclarecidos para uma melhor visualização da relação entre o autor, sua obra e contexto no qual encontrava-se inserido.

Em primeiro lugar, Gandhi não somente vivenciou a experiência de uma socialização diversa da existente na Índia durante o período em que residiu e cursou Direito na Inglaterra (1888-1891) – principal centro de teorizações sobre o direito de resistência – mas também tomou ciência de pensadores ocidentais e das premissas do Cristianismo, especialmente por meio da obra de Lev Tolstoy (GRAY; HUGHES, 2015, p. 377; KING, 2008, p. 31). Em segundo lugar, nota-se a influência do anarquista cristão no pensamento gandhiano pela troca de epístolas entre ambos, nas quais Gandhi pede a permissão de Tolstoy para publicar novamente a **Carta Para Um Hindu**, de autoria do russo, sem deixar de sugerir-lhe algumas

alterações (GRAY; HUGHES, 2015, p. 378; KING, 2008, p. 31). Em terceiro lugar, apesar do prévio e breve contato de Mohandas Gandhi com os ensinamentos hinduístas durante a juventude, pode-se constatar que as ideias cristãs contidas nos livros de Lev Tolstoy despertaram maior entusiasmo no jovem estudante de Direito do que os ideais hindus que se encontram no **Bhagavad Gitã**, porquanto seus próprios escritos transmitem certo desinteresse por um aprofundamento no Hinduísmo pelo menos até o ano de 1918 (GRAY; HUGHES, 2015, p. 377-378).

Seguindo as preocupações de Stuart Gray e Thomas Hughes (2015, p. 377-380), percebe-se então a necessidade de se avaliar primeiramente o grande impacto de Lev Tolstoy sobre as teorizações do Mahatma indiano. De acordo com os autores, os primeiros contatos de Gandhi com a obra do escritor e pacifista russo ocorreram por volta de 1888 e 1889, sendo que a mais influente ideia de Tolstoy em sua obra diz respeito ao conceito de verdade:

[...] A verdade não é entendida como sendo descoberta ou revelada pela razão ou pelo texto divino adequado, mas ao invés disso, Tolstoy afirma, a verdade é vivenciada (*experienced*). Vivenciando uma redução no sofrimento particular, Tolstoy acredita que um indivíduo vivenciará a verdade da doutrina. Colocado de outra forma, se seguir uma doutrina reduz o sofrimento, então a doutrina deve ser verdadeira. O único modo para saber a verdade de uma doutrina é através da experimentação e da experiência, não através de abstratas provas racionais. (GRAY; HUGHES, 2015, p. 378).

O próprio Tolstoy não limita tal compreensão ao cristianismo, afirmando que o hinduísmo também detém elementos verdadeiros. Decorrentemente, Mohandas Gandhi acaba por transpor e aplicar o conceito de verdade acima transcrito para a lógica do hinduísmo e do bramanismo (GRAY; HUGHES, 2015, p. 378). As conexões mais significativas que Gandhi realiza entre a verdade para Tolstoy e aspectos hindus ou brâmanes envolvem a noção de não violência (*ahimsa*) e certas características atribuídas por ele à transcendência absoluta (*brahman*). De uma parte, o pensador e ativista indiano caracteriza a não violência universal como oriunda do entendimento individual de que todo o conjunto de seres vivos constitui uma única criação, entendimento tal que resulta na interligação metafísica do indivíduo com os demais seres vivos; ambos os elementos citados, entendimento e interligação, apenas podem ser alcançados quando o indivíduo identifica e passa a seguir o caminho da verdade, compreendida enquanto experiência e vivência. De outra parte, a acepção gandhiana de

transcendência absoluta absorve as noções de benevolência, verdade e amor universal, típicas do Cristianismo (GRAY; HUGHES, 2015, p. 379).

Os mesmos autores que afirmam um tardio interesse efetivo de Mohandas Gandhi pelas premissas hindus e brâmanes também aceitam que grande parcela de seu edifício conceitual deve muito aos seus elementos. Para Gandhi, todo indivíduo possui e precisa aprender a controlar sua mente espiritual ou intelecto (*buddhi*), sua mente racional (*manas*) e suas faculdades sensoriais corpóreas (*indryias*), a fim de tirar sua entidade metafísica individual do estado latente (*jiva*) e acordá-la, torná-la ativa. Eterna e indestrutível, a entidade espiritual ativa (*atman*) faz com que os indivíduos se sintam parte do criador (*brahman*) e das demais criaturas por ele criadas, difundindo a não violência (*ahimsa*) e levando-os a reconhecer seu dever espiritual (*svadharma*) de enveredar pelo caminho da devoção (*bhakti-yoga*) (GRAY; HUGHES, 2015, p. 380-381).

Para tanto, sendo manifestação parcial de aspectos criativos da transcendência absoluta (*brahman*), a entidade metafísica individual ativa (*atman*) possui capacidades transcendentais. Seus poderes devem ser melhorados por meio do cultivo da mente espiritual ou intelecto (*buddhi*), objetivando a purificação dos atos falhos de encarnações passadas (*karma*) para poder encerrar o ciclo de renascimentos (*samsara*) e retornar ao seu criador (*brahman*). Assim, cada pessoa que obteve a superação do estado latente (*jiva*) e passou a se perceber como parte do todo, entendendo e aceitando a não violência para com os demais seres vivos (*ahimsa*), deve unir conhecimento (*jnanayoga*), ação (*karmayoga*) e devoção (*bhakti*) à transcendência absoluta (*brahman*) como caminho emancipatório final para libertação (*moksa*) do *self* transcendental ativo (*atman*) (GRAY; HUGHES, 2015, p. 380-383).

Definindo um mundo exterior fundado na lógica e na razão em complementaridade a um mundo interior baseado na fé e na retidão de conduta, Gandhi considera que os indivíduos são ao mesmo tempo iguais por serem provenientes do mesmo criador (*brahman*) e diferentes por possuírem atos passados (*karma*) próprios e trajetórias de vidas (*samsara*) distintas. Ainda assim, todos os indivíduos precisam aceitar seu passado e seu presente, agir de maneira moralmente correta em suas vidas e também compreender sua relação tanto com a transcendência absoluta (*brahman*), quanto com o mundo que os cerca.

O Mahatma indiano estabelece então a sua luta nãoviolenta (*satyagraha*) a partir da combinação entre o entendimento de Tolstoy sobre (a) o pacifismo; (b) a concepção de

verdade enquanto experiência e vivência, via de acesso à divindade; e (c) a caracterização da divindade pelo tripé benevolência, verdade e amor universal. Tais elementos complementam as noções orientais da (d) interconectividade dos seres vivos pertencentes à criação; interconectividade que permite a (e) possibilidade de igualdade pacífica entre os indivíduos (*ahimsa*); possibilidade oriunda, por sua vez, do (f) *self* transcendental ativo (*atman*) enquanto manifestação simultaneamente parcial, individual e comum do criador (*brahman*) (GRAY; HUGHES, 2015, p. 384-386).

As implicações de tal arcabouço metafísico para a ação política de Mohandas Gandhi são imensas. Na prática, uma vez que todos são partes da divindade e igualmente capazes de devoção ao criador (*brahman*), a luta nãoviolenta (*satyagraha*) de Gandhi se refere à aplicação das forças do *self* transcendental ativo (*atman*) na realidade empírica, buscando transportar a igualdade espiritual interna dos indivíduos para o meio externo. Segundo o pensador e ativista indiano, na medida em que a entidade metafísica individual absorvida pelo plano mundano (*jiva*) encontra os verdadeiros preceitos religiosos que o guiam, permitindo o despertar de sua conexão pacífica com o todo (*ahimsa*), tal encontro faz com que o indivíduo gradativamente tome ciência da existência do ciclo de outras vidas (*samsara*) e passe a conhecer seu dever espiritual (*svadharma*) de enveredar pelo caminho da devoção (*bhakti-yoga*). A junção de conhecimento (*jnanayoga*), ação (*karmayoga*) e devoção (*bhakti*) à transcendência absoluta (*brahman*) permite, paulatinamente, a autonomia (*swaraj*) da entidade espiritual ativa (*atman*) (GRAY; HUGHES, 2015, p. 386-388).

A partir de então, como desdobramento, cada *self* transcendental ativo (*atman*) possuiria internamente a noção moralmente correta de como se portar e agir no meio social. No enfoque coletivo, as entidades espirituais ativas (*atmans*) seriam capazes de se organizar em pequenas comunidades governadas no nível local, por meio de grupos popularmente eleitos (*panchayats*) e detentores das capacidades executiva, legislativa e judiciária. Por fim, como ideal societário do Mahatma indiano, ter-se-ia a disseminação de tais pequenas comunidades ao redor do globo conforme as entidades espirituais ativas (*atmans*) se tornassem autônomas (*swaraj*) e se aglomerassem, levando ao que se poderia chamar de *governo de deus na terra* (*ramarajya*) (GRAY; HUGHES, 2015, p. 386-388).

Diferenciais de primeira grandeza podem ser extraídos de todo o exposto até agora, os quais tornam Mohandas Gandhi excepcional tanto para o escopo teórico quanto para a difusão prática da nãoviolência. No plano teórico, Gandhi combina e sistematiza com originalidade

pressupostos transcendentais e religiosos, tanto ocidentais e derivados principalmente da obra de Lev Tolstoy, quanto orientais e oriundos em sua maioria do Hinduísmo. No plano prático, o pacifista e ativista indiano transpõe tais valores espiritualistas de autoiluminação para um objetivo político de âmbito nacional, liderando ações nãoviolentas coletivas e de grande porte.

[...] Mais ainda, Gandhi claramente moveu-se para além do uso pragmático da resistência nãoviolenta como praticado em lutas nacionalistas e trabalhistas, fez uma relação consciente entre ação política de massa e o ideal da nãoviolência, e enfatizou a disciplina nãoviolenta. (SCHOCK, 2013, p. 278).

Devido ao fenômeno deflagrado por Mohandas Gandhi na Índia, ao mesmo tempo que surgiram análises restritas às ideias supra-humanas de Gandhi e suas consequências empíricas, enfocando as regras éticas partilhadas pelos grupos sociais para o exercício da resistência política popular e avessa à violência; Kurt Schock (2013, p. 279) afirma que houve também uma preocupação em se identificar historicamente a capacidade para a transformação social de um rol de ações políticas pouco visadas até então, as quais não envolviam violência física ou, às vezes, nem mesmo a ameaça da mesma.

Após 1947, com o fim bem-sucedido do processo indiano de independência, a nãoviolência atrai a atenção de ativistas, advogados, jornalistas, religiosos, religiosos e demais interessados no potencial transformador da ação nãoviolenta. Aos poucos, toma forma um campo acadêmico ímpar, que olha para a desobediência civil mormente como um meio de ação política direta e que se concentra gradativamente nos seguintes países: Estados Unidos da América, Reino Unido, Índia, Austrália, Espanha, Noruega e Suécia. No terceiro item, conforme as referências bibliográficas especialistas na temática, será exposto o conteúdo substantivo que qualifica as atuais noções da nãoviolência em sua teoria e em sua prática.

3. AS FORMULAÇÕES EM TORNO DA NÃOVIOLÊNCIA: DUAS VERTENTES

Segundo os apontamentos de Kurt Schock (2013, p. 277-282) e Mary King (2008, p. 31), a esfera de discussão da resistência civil compõe-se principalmente por acadêmicos e ativistas políticos das mais diversas profissões; ao mesmo tempo que, conforme visto no item anterior, as raízes teóricas mais marcantes se reportam a pensadores como Étienne de La Boétie, Henry David Thoreau, Lev Tolstoy e Mohandas Gandhi. No mais, o foco substantivo de estudos sobre a ação nãoviolenta envolve primordialmente estratégia, técnicas de ação e mecanismos de transição nãoviolenta. Afinal, pode-se ainda delimitar um horizonte comum de parâmetros para pesquisas na área: o agir nãoviolento representa uma posição distinta da violência e da política convencional; ação violenta e ação nãoviolenta são quase sempre incompatíveis; onde é possível mobilizar resistência violenta efetiva, é possível mobilizar resistência nãoviolenta efetiva; reconhecimento de que os meios prefiguram os fins (SCHOCK, 2013, p. 280).

Na contramão dos consensos acima, a partir da década de 1960 tornam-se cada vez mais nítidas duas visões contrastantes que perpassam os trabalhos do campo de debate, expressando motivações, hipóteses e implicações divergentes em maior ou menor medida (STIEHM, 1968, p. 23). De um lado, encontram-se aqueles que defendem a *nãoviolência como princípio (principled nonviolence)*, isto é, uma nãoviolência que seja fundamentada subjetivamente em premissas transcendentais e utópicas, responsáveis por guiar religiosa ou moralmente a utilização dos métodos nãoviolentos de ação; de outro lado, estão os que advogam uma *nãoviolência pragmática (pragmatic nonviolence)*, ou seja, uma nãoviolência embasada normativamente apenas em pressupostos da Teoria Política, tornando a ação nãoviolenta livre da obrigatoriedade de quaisquer crenças prévias (CLEMENTS, 2015, p. 02-04; SCHOCK, 2013, p. 279-280).

No prisma de visão dos praticantes da nãoviolência como princípio, a ação direta será norteada por profundos pressupostos que ultrapassam a própria disputa política deflagrada pela ação nãoviolenta. As motivações que levam seus simpatizantes à ação política são eminentemente transcendentais e importam mais do que um episódio singular de luta nãoviolenta, porque há um fim utópico para o conjunto das ações nãoviolentas executadas, como a aceitação coletiva de certos ideais transcendentais para elevação ética da humanidade ou a extinção da violência entre os seres humanos para a racional melhoria da coexistência em sociedade. Seja por temência a forças supra-humanas ou por julgarem-na irracional e

desumana, a violência será quase sempre abandonada (CLEMENTS, 2015, p. 12-14). Excepcionalmente, como derradeiro recurso para a proteção de inocentes, a violência poderá ter vez (HOWES, 2013, p. 430). Os pontos positivos de tomar a nãoviolência como princípio estão bem evidenciados na passagem a seguir:

[...] Nãoviolência como princípio é capaz de açambarcar todas as táticas e estratégias da nãoviolência estratégica, mas ela sempre manterá a cautela crítica acerca do monopólio da violência que jaz no cerne de todo estado. Como a nãoviolência estratégica, ela encoraja o desenvolvimento das capacidades, legitimidade e resiliência das bases, mas ela visa soluções de longo-prazo ao invés de curto-prazo. Ela funcionará com o estado quando for apropriado e se oporá a ele quando necessário. Ela deriva sua legitimidade e poder de valores que não podem ser comprometidos. Ela consegue isso por meio de contínua autocrítica, bem como por meio de um compromisso robusto para mudanças constantes rumo a um mundo mais justo e pacífico. Ela sabe que simplesmente sobrepujar um sistema repressivo e injusto não é garantia de paz e justiça longevas. É o foco equivocado no estado que está provando ser o calcanhar de Aquiles da nãoviolência estratégica. (CLEMENTS, 2015, p. 04).

No outro lado da mesma moeda estão os adeptos da nãoviolência como um simples instrumento para a metamorfose da realidade histórica em momentos oportunos. Não são aspirações de melhoria do caráter humano nem de fim da violência nas relações sociais que movem os apoiadores da nãoviolência pragmática às ruas, mas sim insatisfações utilitaristas e materialistas que constantemente impactam seu cotidiano. Suas ações nãoviolentas são consciente e estrategicamente planejadas para enfrentar problemas sociopolíticos imediatos e bem delimitados, como padrões intransigentes ou governos ditatoriais. Apoiam-se em alegações próprias da Teoria Política para guiar o emprego instrumental da nãoviolência. Eis uma descrição esclarecedora da nãoviolência pragmática, fornecida também por Kevin Clements:

O segundo entendimento da nãoviolência é o conhecido por pragmático, tático ou estratégico. Alguns críticos se referem a essa perspectiva como “nãoviolência *light*”. Isso é um pouco injusto desde que muitas das pessoas que se engajam na nãoviolência tática ou estratégica frequentemente exibem coragem considerável ao confrontar regimes opressivos e injustiças profundamente enraizadas. A razão pela qual ela é considerada nãoviolência *light*, todavia, é porque ela não exige um comprometimento com o pacifismo pessoal nem com um estilo de vida nãoviolento. A nãoviolência pragmática simplesmente afirma que a violência física é muito custosa ou de difícil execução; ela é fundamentada na luta política e é vista como um método ou instrumento efetivo para gerar

mudança política. Ao invés de perguntar o que é certo, ela pergunta o que funcionará. A nãoviolência pragmática é um meio para um fim ao invés de um fim em si mesmo. Ela visa metas de curto-prazo (p. ex. a derrubada de um regime repressivo, ou mudanças em leis injustas e opressivas) ao invés do fim de toda violência em todas as esferas da vida social. [...] (CLEMENTS, 2015, p. 03).

Partidário da nãoviolência como princípio e consternado em sua salvaguarda, Clements frisa bem as principais distinções existentes entre as duas dimensões da nãoviolência. Entretanto, vale lembrar que a identificação de um autor como restrito a uma das vertentes expostas acima não condiz com a fluidez do conhecimento, servindo apenas como demarcação de posicionamentos tomados pelos pesquisadores após longo envolvimento com a nãoviolência e seu campo de discussão. O melhor exemplo da mobilidade interna entre os âmbitos da nãoviolência como princípio e da nãoviolência pragmática pode ser encontrado na trajetória acadêmica do próprio Gene Sharp, cujos primeiros trabalhos publicados datam dos anos 1950 e tinham bem-quista a transcendental *satyagraha* gandhiana. Voltando à dualidade de posicionamentos acerca da nãoviolência, num ângulo de visão:

[...] Desde 1973, a tipologia e a classificação de Sharp dos métodos nãoviolentos em *The Politics of Nonviolent Action* (frequentemente referida como *Politics*, ou trilogia de Sharp) difundiu-se ao redor do mundo e foi traduzido em duas dúzias de línguas. Em um campo que sofre [*plagued*] com documentação escassa e pobre historiografia, a delimitação de Sharp de três categorias fundamentais dos métodos nãoviolentos, ou passos da ação – protesto e persuasão, não cooperação, e intervenção nãoviolenta – nunca foi seriamente desafiada ou substituída. Sua clássica conceituação de métodos psicológicos, sociais, econômicos, e políticos resistiu ao teste do tempo [...] (KING, 2008, p. 23).

Noutro ângulo de visão, mesmo após a repercussão dos escritos de Gene Sharp, a nãoviolência como princípio não só manteve adeptos como continua advogando em favor da imprescindibilidade de se abdicar da violência na vida privada e pública como cerne do sucesso das ações nãoviolentas no longo prazo. Tomando emprestada a ótica avaliativa de Kevin Clements (2015, p. 04), se a propagação da nãoviolência pragmática, tanto para outros campos acadêmicos, quanto para novos públicos fora da Academia, permitiu verificar que a realização empírica da nãoviolência tem se mostrado consistente na avaliação teórico e efetivo no plano prático, seu uso instrumental com metas de curto prazo tem contribuído de modo ínfimo para o fim da violência nas relações sociais. Nesse sentido, mesmo aceitando os

métodos de ação nãoviolenta, os adeptos da nãoviolência como princípio são, em geral, muito mais propensos a uma aceção de nãoviolência como a seguinte:

Nãoviolência como princípio é baseada na rejeição de toda violência física. Ela está assentada na boa vontade de sofrer ao invés de infringir sofrimento, numa preocupação com o fim da violência, e numa celebração do poder transformativo do amor e da compaixão. A nãoviolência é vista como uma manifestação exterior de um espírito amoroso interno a cada um de nós. [...] A nãoviolência como princípio busca amar potenciais inimigos preferencialmente a destruí-los, e promover meios não violentos, pacíficos, para fins pacíficos. Os processos de sua preferência são persuasão, cooperação, e resistência nãoviolenta para vigorosa coerção em prol de propósitos políticos. (CLEMENTS, 2015, p. 02).

Pelo olhar de Kevin Clements (2015), a nãoviolencia precisa ser tomada como um princípio imperativo para a aplicação de seus métodos de ação, não como um mero conjunto de métodos para ação direta cuja adoção pode ser deixada ao bel-prazer dos ativistas, caso contrário a humanidade manterá seus hábitos violentos por muito mais tempo. Destarte, para os estudiosos que partilham da opinião do autor, como Michael Nagler (2004), não basta constatar que a nãoviolência deve ser praticada por ser mais eficaz do que a violência em tentativas de ruptura do *status quo* sociopolítico, como faz Sharp (MARTIN, 2013, p. 202). Para eles, num primeiro plano, faz-se necessário também impedir que os novos governantes sejam tão ou mais autoritários do que seus antecessores; bem como tornar tanto o Estado e suas instituições menos dependentes da força, quanto a sociedade civil organizada e seus membros menos submissos à coerção. Num segundo plano, reside a indispensabilidade de manter a nãoviolência como baluarte capaz de alterar ética e culturalmente o meio social no sentido de repúdio geral à violência.

Citando nominalmente Gene Sharp e Kurt Schock e apontando criticamente o alto grau de utilitarismo presente nos argumentos levantados para justificar a nãoviolência pragmática, Clements afirma que metas de longo prazo, como mudanças culturais e éticas das sociedades, requerem arcabouço idealista para orientar o agir nãoviolento e seus resultados. De outra forma, a ausência do comprometimento com o fim da violência nas relações humanas torna a ação nãoviolenta próxima das estratégias, dos métodos e das ações violentas em seus objetivos e em suas consequências na realidade social (CLEMENTS, 2015, p. 07-11). Assim sendo, aqueles que preferem manter a nãoviolência como um princípio defendem-na não só como mero instrumento para transição de governos, mas também como ideia

substantiva e norteadora da ação pessoal e política, de modo a permitir profundas transformações em aspectos estruturais das sociedades. Um exemplo de tais transformações seria a redução drástica das forças de segurança e da amplitude do Estado em favor da descentralização política (CLEMENTS, 2015, p. 12).

Clements argumenta que o sucesso da luta nãoviolenta no longo prazo reside na aceitação subjetiva de um ideário, caso contrário qualquer aplicação da nãoviolência não passará de simples competição política. Assim, fica claro que a pretensão da nãoviolência como princípio para a ação nãoviolenta é a reformulação efetiva das mais diversas esferas sociais, a partir da adesão individual a preceitos que contribuam na elevação do nível ético da vida em coletividade. O corolário, alcançado por meio de ações nãoviolentas recorrentes, seria permitir que as pessoas retirassem gradualmente o apoio e a concordância em viver num ambiente respaldado pela violência e pela coerção, o que culminaria numa extensa e benéfica transformação social:

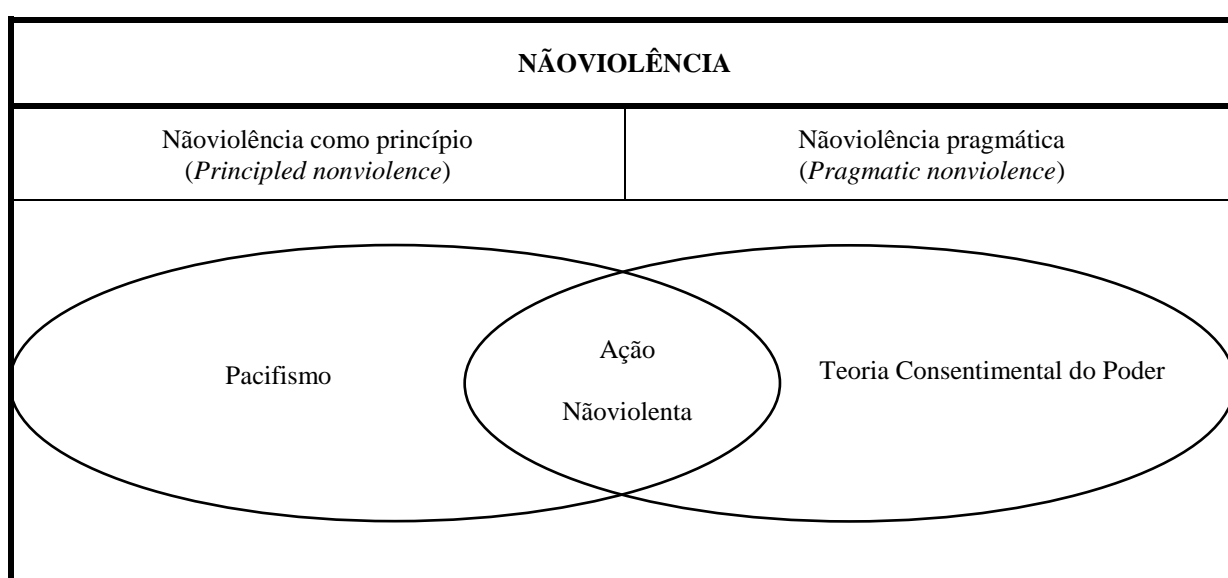
Nãoviolência como princípio tem maiores probabilidades de gerar disciplina aos movimentos, flexibilidade estratégica, e entendimento crítico das conexões entre opressão direta/violência estrutural e violência cultural. Se não houver cuidado, compaixão, consciência empática na nãoviolência estratégica, sempre haverá o perigo de que ela possa resultar em um tipo diferente de opressão, mas ainda assim opressão, como consequência. [...] Nãoviolência como princípio é um imperativo, não um extra opcional! É a cola ética que liga nãoviolência estratégica e tática ao seu coração ético. É o estímulo que é necessário para promover instituições colaborativas, abertas e participatórias, e é crucial para assegurar que todos os sistemas sociais realmente se engajem naquela tarefa hercúlea e de longo prazo de construir culturas e estruturas a partir da paz sustentável (CLEMENTS, 2015, p. 15).

Reforçando propositalmente o antagonismo, com o intuito de facilitar a apreensão das semelhanças e dos distanciamentos entre as duas dimensões da nãoviolência, pode-se resumir que: a nãoviolência como princípio defende que a ação nãoviolenta seja empregada por pacifistas, ou seja, por pessoas que tenham a ausência de violência como parte intrínseca de sua personalidade e vivam-na em seu cotidiano, com a justificativa de que somente os ativistas nãoviolentos subjetivamente comprometidos com o fim absoluto da violência saberão equilibrar embates políticos nãoviolentos historicamente circunscritos com a continuidade da busca por um planeta de seres humanos efetivamente pacíficos; enquanto a nãoviolência pragmática contesta que a ação nãoviolenta pode ser praticada por quaisquer interessados em alterar as relações de força e o poder político no interior de um Estado,

justificando que esperar das pessoas a aceitação da nãoviolência como princípio se traduz numa restrição daqueles que poderão se valer de um meio de transformação da realidade empírica, meio de potencial para ajudá-las a resolver problemas sociopolíticos mais iminentes do que o fim da violência em todas as interações sociais.

Pretendendo favorecer a assimilação das visões contrastantes evidenciadas, o quadro seguinte fornece um esboço da dualidade interna à nãoviolência:

Quadro 02 – As duas vertentes da nãoviolência.



Fonte: elaboração própria, embasada em autores constantes nas referências bibliográficas.

Em que pese a persistência dos argumentos teóricos propagados pelos defensores da nãoviolência como princípio, preocupados em mudanças sociais de grandes proporções e de profundas consequências para as inter-relações humanas, os estudos de Sharp desencadearam uma cisão na área do conhecimento que concentra pesquisas sobre a nãoviolência. É incontestável que o ângulo de visão proposto pelo ativista e acadêmico estadunidense, sobretudo com a publicação de sua *magnum opus* de 1973, trouxe novo fôlego às reflexões dos interessados na temática em foco. Portanto, as próximas páginas serão direcionadas para a exposição do encadeamento argumentativo desenvolvido por Gene Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010) para a nãoviolência, visando destacar analítica e normativamente as principais noções desenvolvidas por ele.

3.1. UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A NÃOVIOLÊNCIA

A fim de esclarecer melhor as inter-relações entre as visões de Mohandas Gandhi e Gene Sharp, Thomas Weber (2003, p. 252-259) realiza uma divisão tripartite da trajetória percorrida por Sharp para a formulação de seu pensamento, avaliando detalhadamente a influência do legado de Gandhi, nome central para a nãoviolência como princípio, em tal processo. Em sua fase inicial de atração pela nãoviolência, quando de sua graduação em 1949 e de seu mestrado em 1951, o *jovem Sharp* – nos termos de Thomas Weber (2003, p. 252) – surge como um seguidor dos ideais do Mahatma. Naquela época, Sharp acredita nos preceitos transcendentais de Gandhi, os entendendo como elementos constituintes de uma filosofia de vida capaz de renovar a coletividade por meio de transformações subjetivas, promovendo nos indivíduos a abdicação do mal e da violência (WEBER, 2003, p. 252-255).

Durante seu doutorado, em meados da década de 1960, o *maduro Sharp* – novamente de acordo com a expressão de Weber (2003, p. 255) – abandona o idealismo e passa a defender o pensador e ativista indiano mais como um estrategista político, em oposição ao favorecimento da compreensão do mesmo enquanto um pacifista ou espiritualista; tal mudança assinalava, pela interpretação de Thomas Weber, um processo no qual Gene Sharp gradativamente se afastava de uma interpretação da nãoviolência como um princípio indispensável para as ações nãoviolentas, perspectiva que ele anteriormente apoiava (WEBER, 2003, p. 255-256).

A intensificação de tal processo levou a discordâncias insustentáveis diante daqueles que prezavam a elevação espiritual própria e também do adversário mais do que a conquista dos objetivos mundanos ou materiais traçados para as ações nãoviolentas. Tais circunstâncias encaminham Sharp a um terceiro momento, consolidado durante a década de 1970, no qual as menções do pensador e ativista indiano em seus escritos, antes muito frequentes, são reduzidas drasticamente (WEBER, 2003, p. 256-259). Nas palavras do próprio Sharp, transcritas por Weber: “Eu mudei várias ideias; às vezes eu as inverti. Eu descobri que pessoas não precisam crer corretamente para se engajar numa luta nãoviolenta.” (WEBER, 2003, p. 259).

Em que pese sua indiscutível origem teórica na nãoviolência como princípio, o posicionamento assumido por Gene Sharp ([1973] 2012) a partir da sua obra magna de três

volumes, **The Politics of Nonviolent Action**, acaba por consolidar o desafio político²⁴ enquanto objeto peculiar de estudos no seio da nãoviolência (SCHOCK, 2013, p. 279-280; WEBER, 2003, p. 251-252). Não implica dizer que Sharp tenha inventado ou descoberto tal forma de pensar a nãoviolência; pelo contrário, exemplos de ação nãoviolenta despidas de fundamentação transcendental ou de disciplina ética já existiam na história de lutas nacionalistas e trabalhistas ao redor do planeta (SCHOCK, 2013, p. 278). Além do mais, Mohandas Gandhi já distinguia a nãoviolência em dois segmentos: *nãoviolência para o fraco* ou a nãoviolência como técnicas para resistência contra a opressão; em contraponto à *nãoviolência para o forte* ou nãoviolência como estilo de vida permanente, envolvendo: autodisciplina, vida simples, busca interior pela verdade e a coragem para confrontar injustiça e opressão por meios nãoviolentos (CLEMENTS, 2015, p. 03).

Enquanto pesquisador da nãoviolência, as grandes contribuições de Gene Sharp residem em sua longa pesquisa histórico-bibliográfica; em sua organização do extenso material encontrado; em sua sistematização das estratégias, dos mecanismos e dos métodos de nãoviolência que resiste ao passar do tempo; em sua estruturação da teoria consentimental do poder ou teoria do poder pelo consentimento enquanto suporte teórico da nãoviolência pragmática; e em sua manifestação pública, por meio de livros e entrevistas, de que tais ferramentas nãoviolentas de intervenção na realidade empírica podem ser eficazmente utilizadas por quaisquer pessoas devidamente instruídas para tanto (KING, 2008, p. 23-24; MARTIN, 1989, p. 213; MARTIN, 2013, p. 202-203).

Na avaliação de Sharp (2012, p. 07-11), a preocupação em lidar com o poder está no cerne das teorias e das práticas políticas que não pretendem extingui-lo. O autor, ao contrário dos anarquistas, considera o poder como inerente a praticamente todas as relações sociais e define *poder social* como a capacidade que grupos sociais possuem de controlar o comportamento de outros grupos da sociedade, por meio de atos que os afetem direta ou

²⁴ Termo preferencial de Sharp para se referir à resistência da população perante governos autoritários: “O termo usado neste contexto foi introduzido por Robert Helvey. ‘Desafio político’ é luta nãoviolenta (protesto, não-cooperação e intervenção), aplicada desafiadora e ativamente para fins políticos. O termo surgiu em resposta à confusão e distorção criados por equiparação da luta nãoviolenta ao pacifismo e ‘não-violência’ moral ou religiosa. ‘Desafio’ denota uma oposição deliberada à autoridade, por meio de desobediência, não deixando espaço para submissão. ‘Desafio político’ descreve o ambiente em que a ação é empregada (político), bem como o objetivo (poder político). O termo é usado principalmente para descrever a ação das populações para recuperar o controle de instituições governamentais através do ataque implacável às fontes de poder das ditaduras, e o uso deliberado de planejamento estratégico e operações para o fazê-lo. Neste trabalho, desafio político, resistência nãoviolenta e luta nãoviolenta serão usados como sinônimos, embora os dois últimos termos geralmente se refiram a uma gama mais ampla de objetivos (sociais, econômicos, psicológicos, etc.)” (SHARP, 2010, p. 07, nota de rodapé número um).

indiretamente. O *poder político* aparece então como “[...] um tipo de poder social que é aplicado [*wielded*] para objetivos políticos, especialmente por instituições governamentais ou por pessoas em oposição ou em apoio a tais instituições. [...]” (SHARP, 2012, p. 07), açambarcando também a autoridade, a influência, a pressão e a coerção que os empoderados podem empregar para resguardar seus interesses.

Mesmo sem apresentar uma acepção específica para a palavra *poder*, despida de adjetivos, e esclarecendo que “[...] quando usado isoladamente, o termo poder deve ser entendido como se referindo a poder político.” (SHARP, 2012, p. 08), Gene Sharp explicita duas possibilidades opostas de entendimento da natureza do poder. O autor e ativista estadunidense critica o que chama de *teoria monolítica* do poder, isto é, a ideia de que o poder do Estado é uma força independente do meio social, que tem a capacidade de manter e reforçar a si mesma por meio da atuação coordenada de seus principais controladores. Sua argumentação crítica tem por meta fortalecer a compreensão de um poder relacional e plural, ou seja, a noção de que as forças sociais que sustentam o poder político estatal originam-se em organizações e grupos da comunidade, na periferia do sistema político, forças que circulam socialmente e confluem em maior ou menor medida para a sustentação do centro das tomadas de decisões políticas de uma sociedade (SHARP, 2012, p. 09).

Segundo Gene Sharp (2012, p. 09), caso a teoria monolítica estivesse correta, não seria possível controlar o poder político institucional por outras vias que não aquelas constitucionalmente fixadas pela legislação vigente num dado Estado, o que se traduz em haver margem de manobra suficiente para que agentes políticos de fora do aparato estatal orquestrem ações políticas não institucionais visando minar o poder de mando do alto escalão de um governo. Daí os motivos pelos quais Sharp ([1973] 2012) cita nominalmente Étienne de Lá Boétie ([1574] 2017) e se vale de seu *insight* – o qual afirma que mesmo governantes tirânicos necessitam do apoio de seus súditos para manter seu poder – para fundamentar a abordagem do poder de sua preferência e sintetizar seus aspectos sociais e políticos.

Logo, para Gene Sharp ([1973] 2012), o poder político está assentado socialmente e seus detentores dependem da coletividade para manter seus cargos de mando. Eis porque o *insight* basilar de Étienne de La Boétie ([1574] 2017) constitui-se como elemento-chave da teoria consentimental do poder. Tanto para Sharp quanto para La Boétie, todo tirano depende do apoio dos submetidos ao respectivo poder para se manter em tal posição hierarquicamente privilegiada, daí a relevância do consentimento para tornar efetiva sua autoridade. Destarte, ao

entrelaçar o político e o social intimamente, a teoria do poder pelo consentimento sustenta-se por basicamente dois alicerces: (a) a relação de poder entre dominantes e dominados, sendo os dominantes constituídos pelo grupo político governante, pelo aparato estatal e pelos partidários do governo, enquanto os dominados envolvem todos os demais membros da sociedade; (b) o consentimento da dominação efetivada pelos dominantes sobre os dominados, fincada socialmente por meio do hábito, de obrigações morais, do medo de represálias, por interesse próprio, identificação psicológica com o dominante, indiferença ou mesmo falta de autoconfiança para alterar o *status quo* (SHARP, 2012, p. 19-24).

Visando evidenciar as raízes sociais do poder político, a teoria ordenada por Gene Sharp afirma então que o poder político não se configura monoliticamente nem reside em indivíduos ou posições de poder específicas, mas sim que o poder político é plural e encontra-se disseminado socialmente em vários grupos e organizações sociais de diversas localidades. Os métodos nãoviolentos de ação configuram-se então como ferramentas para que agentes políticos retirem o consentimento da relação sociopolítica estabelecida entre dominantes e dominados, passando a usar a parcela de poder que possuem contra os dominantes. Como efeito, o pesquisador estadunidense estabelece uma teoria do poder na qual o poder político é sempre contingente e essencialmente dinâmico, requerendo dos empoderados constantes cuidados para manter suas posições hierarquicamente superiores (MARTIN, 1989, p. 214).

A essência da teoria do poder de Sharp é bastante simples: pessoas na sociedade podem ser divididas entre governantes e populares; o poder dos governantes deriva do consentimento dos populares; ação nãoviolenta é um processo de retirada do consentimento e dessa forma é uma via para desafiar os modernos problemas-chave de ditadura, genocídio, guerra e sistemas de opressão (MARTIN, 1989, p. 213).

É possível dizer então que, na perspectiva de Gene Sharp (2012, p. 07-08), o poder é intrínseco às interações próprias da vivência em sociedade e a política é o conjunto de esforços para tentar controlar tais relações de poder disseminadas socialmente. Por sua vez, o poder político, que possui raízes sociais e surge como o direcionamento de forças da sociedade para determinados fins politicamente definidos, tem suas principais fontes elencadas pelo autor na seguinte sequência: *autoridade; recursos humanos; habilidades e conhecimentos; fatores intangíveis; recursos materiais; sanções* (SHARP, 2012, p. 11-12). No

subsequente item da dissertação, cada um deles será analisado detidamente. Por agora, com a finalidade de melhor captar suas particularidades, serão destacadas algumas possíveis interações entre o pensamento de Gene Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010) e certas formulações de nomes conhecidos da Teoria Política: Max Weber ([1919] 1967), Hannah Arendt ([1970] 1994) e, seguindo a narrativa de João Ferres Júnior e Thamy Pogrebinski (2010), Michel Foucault.

Primeiramente, as concepções de Gene Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010) acerca da política e do Estado, que foram aqui resumidas, não contradizem as designações de Max Weber ([1919] 1967) para tais questões, as quais são largamente aceitas no seio da Ciência Política. Na interpretação de Weber, a política significa “[...] a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.” (WEBER, 1967, p. 56). A noção da política como sendo a luta para influenciar sobre a distribuição do poder deveras se aproxima da ideia do poder político como referindo-se “[...] ao total de autoridade, influência, pressão e coerção que pode ser aplicada para conseguir ou prevenir a implementação das vontades do empoderado. [...]” (SHARP, 2012, p. 07-08), porque tanto Weber quanto Sharp compartilham a visão da política como conflito de interesses e disputa por poder político. Eis o motivo pelo qual a nãoviolência pragmática surge como um meio alternativo à violência para se agir politicamente, porém numa lógica bem semelhante: influenciar ativamente o comportamento do adversário, por meio de atos distintos, de modo a induzir que certos fatos ocorram de maneira específica à medida que outros deixem de ocorrer (SHARP, 2012, p. 03-04).

Ademais, ambos mantêm a percepção de que a violência e a dominação são características marcantes do Estado moderno, pois para Max Weber “[...] o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, *o monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. [...]” (WEBER, 1967, p. 56) e, portanto, “[...] o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). [...]” (WEBER, 1967, p. 56); enquanto que, escrevendo aos dominados que têm pretensões de se livrar do jugo de ditadores, Gene Sharp (2010, p. 09) alerta aos interessados em deflagrar uma guerra não convencional contra o aparelho estatal que ao “[...] depositar a confiança nos meios violentos, escolhe-se exatamente o tipo de luta em que os opressores quase sempre têm a superioridade. Os ditadores estão equipados para aplicar violência esmagadora. [...]”, porquanto “[...] ditadores têm quase sempre superioridade

em equipamento militar, munições, transportes e tamanho das forças militares. [...]” (SHARP, 2010, p. 09).

Todavia, em que pesem as apontadas proximidades entre os dois teóricos, há um ponto nevrálgico de divergência: a relação entre violência e poder político. Pelo enfoque de Sharp, há concordância com Weber no fato de que o Estado detém o monopólio da violência legítima, valendo-se dela frequentemente para seus propósitos. Contudo, trata-se de enxergar a violência como sendo, provavelmente, o meio (considerado) legítimo mais utilizado para a manutenção das atuais características político-institucionais dos Estados, o que não implica, como pretende Weber, na obrigatoriedade de visualizar a mesma como manifestação flagrante do poder político. Ao aceitar a violência como parte constitutiva e relevante dos aparatos estatais contemporâneos sem, no entanto, vinculá-la indissociavelmente ao poder político, Gene Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010) se aproxima das concepções de Hannah Arendt ([1970] 1994) a respeito do papel da violência na política.

Em segundo lugar, é possível dizer que Sharp provavelmente aceitaria a conceituação proposta por Arendt para a noção de poder. A autora em evidência define *poder* como a habilidade humana para agir em concerto, assinalando que sua origem pode ser encontrada somente em grupos, não em indivíduos isoladamente, visto que o poder existe pela mesma duração de tempo em que tais grupos se mantenham unidos (ARENDDT, 1994, p. 36). Diferentemente do poder, entendido como um absoluto ou, por assim dizer, um fim em si mesmo; a *violência* é compreendida pela teórica alemã como um meio que, devido ao seu caráter instrumental, necessita de orientações e justificativas de acordo com os fins almejados para seu uso (ARENDDT, 1994, p. 40-41). Da mesma forma, quando se trata das articulações entre o poder e a violência na esfera política, é praticamente certo que Gene Sharp concordaria com as posições assumidas por Hannah Arendt, posto que:

[...] Em um conflito da violência contra a violência a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; mas esta superioridade dura apenas enquanto a estrutura de poder do governo está intacta – isto é, enquanto os comandos são obedecidos e as forças do exército ou da polícia estão prontas a usar suas armas. Quando este não é mais o caso, a situação muda abruptamente. Não apenas a rebelião não é contida, mas as próprias armas mudam de mãos – algumas vezes, como na Revolução Húngara, em poucas horas. (Devíamos saber disto após todos esses anos de luta inútil no Vietnã, onde por um longo tempo, antes de receber a ajuda maciça dos russos, a Frente de Libertação Nacional combateu-nos com armas feitas nos Estados Unidos). Apenas depois que isto aconteceu, quando a desintegração do governo no poder permitiu aos rebeldes armarem-se, pode-se falar de um

“levante armado”, o qual frequentemente não acontece ou acontece apenas quando não é mais necessário. Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios da violência são inúteis; e a questão desta obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. Tudo depende do poder por trás da violência. A ruptura súbita e dramática do poder que anuncia as revoluções revela em um instante o quanto a obediência civil – às leis, aos dominantes, às instituições – nada mais é do que a manifestação externa do apoio e do consentimento. (ARENDDT, 1994, p. 39).

O trecho deixa claro que a obediência civil está assentada no consentimento e que tanto a quantidade de pessoas dispostas a romper com a obediência civil, quanto os cargos que as mesmas ocupem no aparelho estatal, impactarão nas possibilidades do decréscimo de poder dos governantes. Embora a autora alemã reconheça que poder e violência frequentemente aparecem juntos (ARENDDT, 1994, p. 41), decorre das afirmações acima transcritas que, em termos políticos, poder e violência são opostos: o crescimento de um implica na diminuição direta da outra e vice-versa (ARENDDT, 1994, p. 44). Finalmente, a teórica em questão não só dissocia poder e violência, como garante que a violência não tem a capacidade de criar poder, mas possui todas as condições para o destruir (ARENDDT, 1994, p. 44). Todo o explicitado por Arendt acerca da correlação entre poder e violência pode ser assim resumido: “[...] Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto; pois ele não é apenas pago pelo vencido como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder. [...]” (ARENDDT, 1994, p. 42); interpretação cujo conteúdo se assemelha em muito ao embasamento do chamado *jiu-jitsu político* de Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010), manobra de enfrentamento que objetiva expor ao máximo, midiática e publicamente, a violência perpetrada pelos detentores dos cargos de mando, com a finalidade de que sofram uma redução de seu poder:

[...] Neste processo, a brutalidade crua do regime contra os ativistas claramente não violentos se reflete politicamente contra a posição dos ditadores, causando discórdia em suas próprias fileiras, bem como fomentando suporte aos resistentes entre a população em geral, os defensores habituais do regime e terceiros. (SHARP, 2010, p. 25).

Em terceiro lugar, o prisma de visão que Gene Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010) emprega em sua avaliação do poder, mais facilmente apreendido por meio das comparações com o raciocínio de Hannah Arendt ([1970] 1994) acerca do assunto, pode ser

complementado com alguns dos atributos que Michel Foucault expressa em suas análises do poder. Valendo-se das explicações de João Ferres Júnior e Thamy Pogrebinschi (2010, p. 166-180), ainda que o autor francês não tenha buscado uma teoria geral nem dedicado um livro específico ao tema, consideram Ferres Júnior e Pogrebinschi que o poder é uma temática que perpassa toda a obra de Michel Foucault. Para Foucault, clarificando brevemente, o poder consiste em relações de força múltiplas, móveis, desiguais e instáveis, cuja dinamicidade reside no fato de que o poder não emana de um único ponto, mas de todos os pontos que contribuem para a continuidade das inter-relações de força que mantêm a existência de tal poder (FERES JR; POGREBINSCHI, 2010, p. 171-172). A perspectiva da *microfísica do poder* de Foucault, com traços que lhe negam uma origem unicamente legal ou estatal, disseminando-o socialmente em instâncias periféricas, em muito se identifica com a percepção plural e heterogênea de poder à qual Sharp procura se vincular ao criticar o que nomeia como teoria monolítica do poder:

Basicamente, parece haver duas visões sobre a natureza do poder. Pode-se enxergar as pessoas como dependentes da boa vontade, das decisões e do apoio de seu governo ou de qualquer outro sistema hierárquico dos quais eles façam parte. Ou, por outro lado, pode-se enxergar o governo ou o sistema como dependentes da boa vontade, decisão e apoio das pessoas. Pode-se enxergar o poder de um governo como oriundo dos poucos que se encontram no topo da cadeia de comando. Ou pode-se enxergar o poder, em todos os governos, como oriundo continuamente das muitas partes da sociedade. Pode-se também enxergar o poder como perpetuando-se autonomamente, durável, não facilmente nem rapidamente controlável ou destruível. Ou o poder político pode ser visto como frágil, sempre dependente para manter sua força e existência de um reabastecimento de suas fontes por meio da cooperação de uma multidão de instituições e pessoas – cooperação que pode ou não continuar. [...] Ação nãoviolenta é baseada na segunda dessas visões: que governos dependem das pessoas, que o poder é pluralístico, e que o poder político é frágil porque depende de muitos grupos para reforçar suas fontes de poder. [...] (SHARP, 2012, p. 08).

Porém, não se pode deixar de apontar que, enquanto as teorizações de Foucault tendem a tratar as pessoas mais como produtos do poder do que como fontes do mesmo, Sharp privilegia uma perspectiva na qual as pessoas surgem como agentes ocasionalmente capazes de intervir na constituição e na distribuição do poder. Todas as semelhanças e divergências aqui realçadas pretendem salientar algumas das mais importantes minúcias que compõem a simples, porém facilmente operacionalizável teoria política de Gene Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010). Sua teoria almeja substituir as construções mais transcendentais e

religiosas que, ao menos na história recente, geralmente respaldavam os usos dos métodos nãoviolentos – agora sistematizados, classificados e estabelecidos em seus pormenores. Seu intento é fornecer sustentação para que, independentemente das crenças pessoais, grupos e movimentos da sociedade possam se reunir e planejar a utilização dos métodos de ação da nãoviolência consoante com suas necessidades empíricas.

A simplicidade da teoria organizada por Gene Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010) está diretamente ligada ao foco pragmático de sua pesquisa. Em si mesma, a teoria consentimental do poder não expressa o *modus operandi* da nãoviolência: não demonstra como os ativistas podem se organizar, elencar os recursos disponíveis, planejar seus objetivos e executar as intervenções políticas por eles selecionadas para o embate nãoviolento. A teoria do poder pelo consentimento fornece apenas os pilares para o segmento mais volumoso do trabalho de Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010), que envolve tanto o detalhamento dos métodos nãoviolentos de ação, com exemplos históricos e explicações pontuais para cada um deles; quanto um roteiro para a estruturação do movimento, o planejamento de suas estratégias e a escolha dos métodos de ação da nãoviolência a serem colocados em prática.

Daí um dos principais motivos do reconhecimento da obra de Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010) no campo da nãoviolência: apesar do processo de rejeição dos *porquês* que fazem da nãoviolência um princípio, substituindo-os pela teoria política da nãoviolência pragmática; boa fração do conteúdo de **The Politics of Nonviolent Action** e praticamente toda substância de seu **Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Libertação** estão voltadas para o *como* agir sem violência, o que interessa a todos os comprometidos com o assunto. Destarte, a pergunta que ocupa a maioria das páginas escritas por Sharp pode ser assim enunciada: como os movimentos nãoviolentos podem se preparar eficazmente para suas ações diretas, com a finalidade de elevar suas probabilidades de êxito? Seguindo as considerações de Sharp e dos autores que prosseguiram a partir de suas reflexões, a próxima subdivisão do trabalho pretende responder minimamente a tal indagação.

3.2. FUNDAMENTOS DA AÇÃO NÃOVIOLENTA

Conforme visto anteriormente, Gene Sharp é considerado pelos envolvidos no assunto como um dos mais importantes estudiosos da nãoviolência e o principal ordenador da teoria política que escora a aplicação pragmática da ação nãoviolenta. Foi visto também que o

acadêmico e ativista estadunidense é responsável por combinar características da teoria do poder de Étienne de La Boétie ([1574] 2017) com aspectos da visão gandhiana e de certos autores que o precederam sobre as possibilidades empíricas de intervenção política existentes na nãoviolência. O presente subitem tem o intuito de estabelecer um esboço de roteiro para ativistas lusófonos interessados em estruturar movimentos sociais nãoviolentos. Para tanto, as principais características da nãoviolência pragmática serão apresentadas a seguir, de acordo tanto com a sistematização de Sharp ([1973] 2012; [1993] 2010), quanto com os conhecimentos agregados por trabalhos posteriores a respeito da temática.

Por definição, a prática da nãoviolência diz respeito a um processo de intervenções políticas peculiares, que mesmo não envolvendo violência física contra outros indivíduos, tende a extrapolar os critérios legalmente estipulados para a atividade política dos cidadãos. Eis a definição de ação nãoviolenta nas palavras de Sharp:

Ação nãoviolenta é um termo genérico que cobre dezenas de métodos específicos de protesto, não cooperação e intervenção, em todos os quais os agentes conduzem o conflito fazendo – ou se recusando a fazer – certas coisas sem usar violência física. Como uma técnica, portanto, ação nãoviolenta não é passiva. *Não* é inatividade. É uma *ação* que é nãoviolenta. [...] Qualquer que seja o caso, contudo, e qualquer que seja a escala do conflito, ação nãoviolenta é uma técnica pela qual pessoas que rejeitam passividade e submissão, e que veem a luta como essencial, podem ordenar seu conflito sem violência. Ação nãoviolenta não é uma tentativa de se esquivar ou ignorar o conflito. É *uma* resposta ao problema de como *agir* efetivamente na política, especialmente como exercer o poder efetivamente (SHARP, 2012, p. 64).

Consequentemente, o contexto interfere na qualificação de certas atitudes enquanto ação nãoviolenta, já que as variações nas legislações de diferentes localidades podem tornar a posse de determinado livro ou o uso de tal ou qual vestimenta um ato de nãoviolência. Todavia, tais intervenções políticas extraordinárias podem ocorrer de modo a complementar e potencializar comportamentos políticos, econômicos e sociais legalmente aceitos em certa região, uma vez que um dado movimento social pode se valer de petições e de ações judiciais ao mesmo tempo em que realiza ocupações de prédios e interdições de vias públicas em prol de um mesmo objetivo político (MERRIMAN, 2009, p. 17-18).

A ação nãoviolenta é um ato afirmativo e assertivo, que pode se dar somente devido a um posicionamento político individual, como no caso de um prisioneiro que recorre à greve

de fome por melhores condições de cárcere. Porém, as ações nãoviolentas se tornam mais efetivas socialmente por meio de ampla mobilização coletiva, visando à formação de um movimento social estruturado para atingir objetivos políticos de magnitude e amplitude consideráveis. Devido ao uso da nãoviolência feito por Mohandas Gandhi e seu caráter transformador, a segunda possibilidade aparece como principal objeto de estudos dos especialistas da área na Academia, pois se tem buscado melhor avaliar tanto o impacto sociopolítico quanto os resultados de manifestações grupais nela pautadas. Em tais circunstâncias de organização popular visando à transformação da realidade histórica, o movimento social e o governo desafiado disputarão o consentimento e a obediência da população, aspectos que podem ser classificados em seis pontos: *autoridade; recursos humanos; habilidades e conhecimentos; fatores intangíveis; recursos materiais; sanções* (SHARP, 2012, p. 11-12). Cada um dos pontos será detidamente caracterizado a seguir.

Autoridade. Para que os membros de uma coletividade aceitem obedecer às autoridades civis e militares de seu respectivo Estado, há a necessidade de que tais autoridades sejam reconhecidas pelos cidadãos como legitimamente capazes de aplicar os poderes a elas conferidos. “[...] Legitimidade é a qualidade que leva as pessoas a voluntariamente aceitar e consentir às ordens de um indivíduo ou de uma organização. [...]” (MERRIMAN, 2009, p. 18). Em decorrência, trata-se de um meio altamente eficaz e de baixo custo financeiro ou material para influenciar os padrões de comportamento dos grupos sociais. Existem diversas formas de aumentar a legitimidade de uma autoridade, como executar ações de modo responsivo aos interesses da população ou obter títulos, posições e responsabilidades formais perante a sociedade. Entretanto, deve-se ter em mente que a legitimidade não emana das ações ou dos cargos em si, mas sim do consentimento dos subordinados. Em última instância, são os sujeitos às autoridades que aceitam a representatividade, a legalidade e a capacidade dos encarregados de governar.

Recursos Humanos. Nada mais são do que o número de pessoas que obedecem a um indivíduo ou organização e sua importância no seio da comunidade. A quantidade e a abrangência da cooperação de indivíduos e grupos que estão auxiliando cada uma das partes em conflito interferem diretamente na capacidade de ordenação, coordenação e logística tanto do governo quanto do movimento nãoviolento. Pode parecer óbvio, mas cada indivíduo que assume uma posição favorável aos ativistas não passa somente a auxiliá-los em busca de suas metas, mas também se torna uma fonte a menos de poder para os líderes estatais. Uma pessoa

a mais nas fileiras do movimento necessariamente significa uma a menos na rede de controle social do Estado.

Habilidades e Conhecimentos. Sabendo-se que o posicionamento dos indivíduos na hierarquia da sociedade, em grande medida, varia de acordo com sua contribuição para a manutenção dos sistemas que a sustentam, certos setores da sociedade detêm conhecimentos altamente relevantes para a continuidade dos serviços primordiais de um Estado. Assim, grupos com habilidades ou conhecimentos particulares, como os profissionais de segurança e inteligência, de burocracia e leis, de construção e arquitetura, de engenharia e mecânica, de computação e comunicações, devem ser priorizados pelo movimento nãoviolento na busca por novos membros e apoio societal. Não se trata agora de uma questão numérica, porquanto o impacto concreto de um general das forças armadas ou de um burocrata com acesso a informações sigilosas aderir à resistência pode até mesmo definir os rumos do conflito.

Fatores Intangíveis. Englobam um rol extenso de valores e símbolos culturais, religiosos e ideológicos que são caros aos integrantes da comunidade na qual se desenrola o desafio político. Os valores podem incluir a diferenciação entre homens e mulheres, o respeito e veneração pelos mais velhos e a crença de que o governo ou o próprio Estado tem o apoio de forças metafísicas. Por sua vez, os símbolos podem ser a bandeira, a moeda e o brasão nacional, uma planta ou uma flor identificada com a nação ou mesmo objetos do cotidiano que assumiram conotação simbólica e são capazes de se reportar ao ideário cultural e histórico da população. Frequentemente, os governantes assumem posturas de incorporação de tais valores e proteção de tais símbolos para aumentar sua legitimidade perante os governados. Afirmarções de que pertencem a uma linhagem familiar de heróis nacionais ou de que são os guias escolhidos pela divindade da religião preponderante no país são exemplos da apropriação, por parte das lideranças, de características culturais e de aspectos religiosos para aumento da legitimidade do poder que exercem. No mesmo sentido, os ativistas nãoviolentos podem se valer de ícones religiosos ou históricos e de seus legados, de símbolos e cores nacionais ou culturalmente tradicionais, de palavras de ordem peculiares ao povo da região, entre outras muitas possibilidades.

Recursos Materiais. Acesso que os governantes e os membros da resistência detêm ao dinheiro e ao sistema financeiro, à infraestrutura e às matérias primas, além de suas capacidades para manufatura, refinamento, transporte e comunicações. Também chamados de *fatores tangíveis*, tais recursos permitem tanto o fortalecimento das posições e das estratégias

assumidas pelas partes em litígio, quanto que ambas obtenham o consentimento e a obediência de maior ou menor parcela da população. Pagamentos extras em dinheiro para alguns e fornecimento de certos bens para outros, por exemplo, podem trazer setores sociais importantes para um dos lados da contenda. Da mesma forma, grandes contingentes de indivíduos podem ser levados a apoiar o movimento nãoviolento por meio da solução de necessidades básicas, como alimentação, saúde e habitação.

Sanções. Utilizadas para forçar a obediência e reprimir potenciais dissidências, as sanções são entendidas enquanto capacidade de impor punições aos desobedientes, envolvendo tanto aspectos físicos como psicológicos. Prisões, torturas e assassinatos são exemplos dos primeiros; ao passo que os segundos podem ser exemplificados com chantagens, confisco de bens e perda de oportunidades para trabalho ou estudo. Contudo, o custo aos governos que recorrem a tais métodos para reforçar a obediência da sociedade, em termos de legitimidade e recursos materiais, costuma ser alto. Embora direta e de alto impacto sobre os indivíduos, a força social das sanções reside principalmente em seu efeito de condicionamento de um determinado comportamento coletivo e sua dispersão pela população. Quando alguém perde seus familiares por agir de modo a desafiar o regime político vigente em seu Estado, tal acontecimento muito provavelmente fará com que outros potenciais desafiantes repensem sua posição contestatória. Ainda assim, “[...] a capacidade dos governantes de impor sua vontade através de sanções seria sobrepujada se moderada porcentagem das pessoas desobedecessem consistentemente e de modo organizado. [...]” (MERRIMAN, 2009, p. 20). Destarte, cabe aos movimentos sociais nãoviolentos buscar estratégias e táticas de ação para insistentemente e eficazmente desobedecer aos estadistas no poder, como greves e boicotes para minar os recursos materiais dos oponentes ou protestos e petições públicas que podem afetar a legitimidade dos mesmos.

Tais são as *fontes de poder* das autoridades, cujo controle permite a sustentação de um determinado governo no mando político de um Estado (MERRIMAN, 2009, p. 18-20; SHARP, 2012, p. 11-12; SHARP, 2010, p. 18). Sendo que a disputa entre o movimento nãoviolento e as lideranças estatais por ele contestadas ocorre visando obter maior lealdade e consentimento da sociedade, sempre em detrimento do adversário, torna-se fundamental aos ativistas obter o apoio não apenas de indivíduos isoladamente, mas principalmente de setores e grupos sociais. Portanto, o movimento deve identificar quais organizações e instituições, governamentais ou não, da coletividade em que se insere detêm elementos que compõem as fontes de poder acima descritas. Os grupamentos significantes e influentes para a inter-relação

entre Estado e sociedade civil são denominados como *pilares de apoio* (MERRIMAN, 2009, p. 21).

Pilares de apoio concentram poder de acordo com os indivíduos que deles participam e, no caso dos governos, frequentemente executam tarefas fundamentais para a vida em sociedade, por exemplo: as forças de segurança, o judiciário, a burocracia estatal e o sistema educacional. Além da relevância de cada pilar para a continuidade do oponente em sua posição de mando, cabe aos participantes da resistência buscar avaliar “[...] quão leais são os membros de cada pilar ao oponente; por que os membros de cada pilar são obedientes ao oponente; e quais divisões, se há alguma, estão presentes em cada pilar ou entre diferentes pilares de apoio [...]” (MERRIMAN, 2009, p. 21); com a finalidade de adquirir maior conhecimento acerca das características próprias de cada organização e de suas heterogeneidades internas. De posse das devidas informações, facilita-se a definição das melhores abordagens para aproveitar os recorrentes desacordos existentes entre os integrantes de grandes instituições e assim conquistar ao menos alguns membros de habilidades ou cargos estratégicos à causa do movimento.

Já no caso de movimentos opositores não violentos, ainda que inicialmente possa não haver grandes instituições apoiando-os, com o tempo certas organizações tendem a prestar-lhe auxílio, tais como: sindicatos, grupos de defesa dos direitos humanos e organizações não governamentais voltadas para a defesa dos direitos de minorias. Lembrando que a teoria do poder pelo consentimento afirma que o poder se encontra distribuído pela sociedade, os ativistas podem valer-se também dos *centros de poder democrático* (SHARP, 2010, p. 19-20). Tais centros são organizações e grupos estabelecidos pela comunidade e mantidos sem a supervisão direta do Estado, sendo capazes de permitir melhor coordenação, comunicação e logística para os opositores ao regime. Os exemplos citados por Sharp incluem partidos políticos, organizações religiosas, associações culturais, instituições econômicas, associações esportivas, clubes desportivos, associações de bairros, grupos musicais e mesmo famílias. Sua autonomia e liberdade devem ser defendidas ou, caso tenham sido solapadas pelo autoritarismo do regime, gradativamente reconquistadas pelos participantes do desafio político, pois são os centros de poder democrático que fornecem as “[...] bases institucionais e de grupo através das quais as pessoas podem exercer influência sobre os rumos da sua sociedade, e resistir a outros grupos ou ao governo quando eles são vistos como interferindo injustamente sobre os seus interesses, atividades ou finalidades. [...]” (SHARP, 2010, p. 20).

Muito bem, os integrantes do movimento nãoviolento precisam compreender as fontes do poder de seus governantes e os motivos pelos quais sua autoridade é considerada legítima. Como meta de suas ações políticas, deverão retirar o consentimento da população à legitimidade do poder dos estadistas por meio da alteração do comportamento de setores da sociedade, em especial aqueles que executam tarefas relevantes para a manutenção das autoridades públicas em seus cargos. Porém, como os ativistas podem intervir diretamente na realidade histórica, sem utilizar a violência e de modo bem-sucedido, ao ponto de fazer com que seu movimento social passe a obter maior apoio de parcela das organizações populares e das instituições estatais do que o governo?

Em 1973, no segundo volume de **The Politics of Nonviolent Action**, Gene Sharp (2012, p. 117-448) sistematizou e exemplificou uma lista de 198 possíveis métodos para tanto, a qual foi resumida posteriormente pelo próprio autor em seu **Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Libertação**:

Cerca de duas centenas de métodos específicos de ação nãoviolenta foram identificadas, e há certamente dúzias de outros. Esses métodos são classificados em três grandes categorias: protesto e persuasão, não cooperação e intervenção. Métodos de protesto nãoviolento e persuasão são demonstrações largamente simbólicas, incluindo paradas, marchas e vigílias (54 métodos). A não cooperação é dividida em três subcategorias: (a) não cooperação social (16 métodos), (b) não cooperação econômica, incluindo boicotes (26 métodos) e greves (23 métodos), e (c) não cooperação política (38 métodos). A intervenção nãoviolenta, por meio psicológicos, físicos, sociais, econômicos ou políticos, tais como jejum, ocupação nãoviolenta, e governo paralelo (41 métodos), é o grupo final. [...] O uso de um número considerável desses métodos – cuidadosamente escolhidos, aplicados persistente e em grande escala, exercitados no contexto de uma estratégia sensata e táticas adequadas por civis treinados – pode, provavelmente, causar problemas graves a qualquer regime ilegítimo. Isso se aplica a todas as ditaduras. (SHARP, 2010, p. 24).

Da mesma forma que Gene Sharp ([1993] 2010) reconhece a existência de outros métodos nãoviolentos por ele não identificados, também se faz necessário observar que a classificação do autor é uma de muitas possíveis. Kurt Schock (2005, p. 51-52), por exemplo, adota uma perspectiva espacial e divide os métodos em dois grupos: *táticas de concentração*, como obstrução de vias públicas e ocupações de prédios públicos, nas quais as pessoas participam interagindo numa relativa proximidade física; *táticas de dispersão*, como boicotes de determinados produtos e faltas deliberadas ao trabalho, nas quais pessoas em diferentes

localidades participam da mesma ação nãoviolenta. Logo abaixo, as três categorias propostas por Sharp aparecem definidas em seus pormenores.

Protesto e Persuasão. Consistem em atos de protesto contra o *status quo* sociopolítico, os quais podem ser verbais, escritos ou simbólicos. Servem primordialmente para estabelecer as posições políticas do movimento nãoviolento e demonstrar quão disseminados socialmente estão seus posicionamentos. Eis alguns exemplos: petições, assembleias, vigílias, envio de correspondências, distribuição de panfletos, exposição de símbolos que se reportam ao movimento, *web sites*, mensagens de texto ou vídeo pela internet, teatros e outras intervenções artísticas em ambientes públicos. Por um lado, tais métodos não costumam gerar mudanças significativas no conflito, nem obter grandes conquistas contra adversários fortes e poderosos, principalmente por serem simples e não necessitarem de alterações substanciais no comportamento cotidiano de seus executores. Por outro lado, os mesmos métodos costumam ter relevância para mobilizar os ativistas nãoviolentos, reduzir o apoio de determinados setores ao governo em xeque e mesmo trazer novos apoiadores ao desafio político (MERRIMAN, 2009, p. 24).

Não cooperação. Ações políticas que alterem deliberadamente o comportamento das pessoas em seu dia a dia, de modo que passem a negar obediência e cooperação aos estadistas ou às instituições caracterizadas como pilares de apoio ao governo. As três subcategorias dos métodos de não cooperação aparecem exemplificadas a seguir:

Não cooperação social: ostracismo, não comparecimento em eventos, desobediência social, abstenção, suspensão de atividades sociais (por exemplo, esportes, festivais, entre outras.).

Não cooperação econômica: boicotes de consumo, boicotes de venda, boicotes secundários, greves (limitadas, de redução da produção, gerais), abandono de cargo, relatar falsa doença, ficar em casa, recusar-se a pagar aluguel, saque de depósitos bancários, recusar-se a pagar impostos.

Não cooperação política: demissão, retirar-se ou recusar-se a participar de instituições ou programas governamentais, ocultar informações do governo (MERRIMAN, 2009, p. 24).

Vários dos métodos evidenciados permitem que indivíduos de localidades distantes contribuam na oposição ao regime, difundindo a causa e as ações do movimento nãoviolento. Porém, sua eficácia depende, em grande medida, do número de pessoas que abandonem os

padrões de comportamento socialmente esperados pelas repartições governamentais. Ademais ao caráter quantitativo, quanto maior a diversidade de setores societários e grupos sociais envolvidos, mais amplos e disseminados serão os prejuízos aos governantes, em termos da perda de autoridade e legitimidade.

Intervenção. As intervenções nãoviolentas afetam diretamente atividades e funções do Estado, impactando diretamente na dinâmica sociopolítica da sociedade. Os exemplos vão desde o bloqueio de vias públicas e a ocupação de edifícios governamentais, até a criação de instituições paralelas e de uma segunda cúpula governamental. Embora normalmente envolvam alto risco de morte aos participantes, tais métodos podem ser aplicados por uma quantidade relativamente pequena de indivíduos e costumam trazer grandes avanços para a luta nãoviolenta dos opositores ao regime político vigente. “[...] Por exemplo, um *sit-in*²⁵ bem divulgado de poucas pessoas respeitadas pode ter um impacto determinante numa luta.” (MERRIMAN, 2009, p. 25).

O emprego de cada um dos 198 métodos está diretamente relacionado com a conjuntura na qual transcorre o desafio político, a estratégia pré-estabelecida pelo movimento e o objetivo imediato planejado para a intervenção política em curso. Num contexto em que o regime politicamente desafiado intensifica a repressão das forças de segurança aos ativistas, a utilização de passeatas e manifestações públicas provavelmente será custosa ao movimento nãoviolento e talvez seja preferível optar por métodos mais sigilosos, como procrastinação do trabalho em repartições públicas ou produção e divulgação de contrainformação. Se a estratégia envolve ataque às bases econômicas do governo, greves e boicotes aos produtos ou serviços estatais podem ser úteis; ao passo que uma imprensa clandestina será de grande valia para minar as bases políticas dos estadistas.

Caso a ação almeje afetar o cotidiano de determinada região, bloqueios rodoviários podem atrasar ou mesmo impedir a chegada de suprimentos para as cidades leais aos governantes, enquanto uma greve seletiva no setor de transportes pode dificultar a circulação interna de pessoas e mercadorias nas ditas cidades. Se a intervenção visa um impacto logístico na cadeia de comando do Estado, a desativação de uma central responsável pelo fornecimento elétrico pode suspender a circulação de informações entre certos setores da burocracia estatal,

²⁵ Expressão sem correspondente na língua portuguesa. Tendo por base a definição do Dicionário Cambridge (2016), trata-se de ir coletivamente a uma edificação pública e sentar-se no chão do ambiente, recusando-se a sair ou a permitir que as atividades do local voltem à normalidade até que esteja solucionada a situação responsável pelo protesto.

bem como o ataque virtual de *hackers* pode acessar o conteúdo e depois derrubar o servidor dos computadores de repartições públicas. A possibilidade de colocar em prática tais exemplos depende, em última instância, do conhecimento que os ativistas possuem acerca de suas próprias capacidades e das características do adversário, o que explicita a importância de planejamento estratégico prévio.

Diante de tamanha complexidade das possibilidades de atuação na realidade sociopolítica, os interessados em aplicar a nãoviolência não devem optar pela simples reação às iniciativas da ditadura contra a resistência, mas sim tomar a ofensiva do enfrentamento de modo precisamente calculado. Devem aplicar as ações nãoviolentas passo a passo, combinando estratégias prévias e ideias oportunas às alterações da conjuntura, sendo que as últimas devem ser ao menos superficialmente planejadas antes de sua execução. Nas palavras de Sharp:

“Planejar uma estratégia” aqui significa calcular um curso de ação que tornará mais provável ir da presente situação até a futura situação desejada. Em termos dessa discussão, significa de uma ditadura para um sistema democrático futuro. Um plano para atingir esse objetivo, normalmente consiste em uma série progressiva de campanhas e outras atividades organizadas, destinadas a fortalecer a população e a sociedade oprimida e enfraquecer a ditadura. [...] (SHARP, 2010, p. 29).

Partindo da noção acima, o autor apresenta quatro níveis, apresentados aqui do mais abrangente ao mais pontual, para a realização de um planejamento estratégico consistente: *grande estratégia*, que engloba avaliar e preparar todos os recursos adequados e disponíveis para o movimento nãoviolento chegar à vitória, da criação do movimento à formação de um novo governo; *estratégia* ou *plano estratégico*, referente ao planejamento de como deverá se desenvolver a campanha, a partir do estabelecido no ponto anterior e visando definir etapas ao processo de desafio político, cada qual com seus próprios objetivos particulares; *tática*, diz respeito a um curso de ação limitado que, por meio de atos específicos, tem por finalidade preparar e executar uma estratégia dentre as pré-determinadas no planejamento; *método*, meios de ação próprios e armas específicas para levar a cabo cada tática prevista no plano estratégico (SHARP, 2010, p. 31-33).

Dessa forma, para a eficácia das manifestações de poder do povo, Sharp alerta acerca da significância de se analisar detalhadamente e de antemão o contexto sociopolítico que será

enfrentado, criar planos táticos de ação, fixar metas tendo em mente prazos curtos, médios e longos, estabelecer os métodos a serem empregados a cada etapa do processo. Enfim, porquanto ações nãoviolentas mal planejadas podem até mesmo favorecer e fortalecer um governo autoritário, importante se faz que o planejamento estratégico seja minucioso e envolva desde as possibilidades de cooptação dos meios necessários para o início da resistência política contra o regime vigente até as circunstâncias referentes à instauração do novo governo.

Desdobrando e aprofundando a problemática da formulação de estratégias para a aplicação das ações nãoviolentas, Peter Ackerman e Christopher Kruegler (1994, p. 21-53) sugerem uma dúzia de princípios a serem seguidos por movimentos sociais nãoviolentos, tanto para facilitar seu planejamento estratégico, quanto para maximizar o aproveitamento das oportunidades de intervenção política. Fundamentando-se em estudos acerca de práticas nãoviolentas pretéritas, os autores combinam conteúdo e conceitos da literatura militar com ideias provenientes da bibliografia sobre a nãoviolência pragmática, a fim de tornar clara, direta e empiricamente aplicável sua proposta de ampliar a margem de êxito da nãoviolência pragmática, a qual Ackerman e Kruegler preferem chamar de *conflito estratégico nãoviolento*.

Preocupados em reduzir o historicamente predominante papel do improvisado e do acaso na deflagração e na condução de grande maioria das ações nãoviolentas coletivas, Ackerman e Kruegler expõem então três grupos de princípios para nortear os protagonistas do conflito estratégico nãoviolento: (I) *Princípios de Desenvolvimento*, que incluem os cinco primeiros e que leva as lideranças a se questionarem o que pode ser feito para criar o ambiente mais vantajoso ao conflito estratégico nãoviolento; (II) *Princípios de Engajamento*, que abrangem do sexto ao nono princípio, podendo ser sintetizados pela questão de como interagir com os oponentes de modo que as sanções nãoviolentas tenham o máximo efeito; e (III) *Princípios de Projeto*, que correspondem aos três últimos e permitem pensar o que já foi feito e o que ainda se pretende fazer em relação aos oponentes (ACKERMAN; KRUEGLER, 1994, p. 23).

Princípio 01 – Formular Objetivos Funcionais. Refere-se à importância dos integrantes de um movimento nãoviolento estabelecerem objetivos concretos, modestos, inteligíveis e bem definidos, de maneira que tenham eficácia em combater paulatinamente a tendência predominante da população de considerar o poder dominante como onipotente. Cinco critérios são apresentados para auxiliar na tarefa de formular objetivos funcionais:

Primeiro, objetivos devem ser concretos e específicos o suficiente para serem alcançados num lapso de tempo razoável. Segundo, eles devem prontamente sugerir o uso de sanções nãoviolentas diversas. Terceiro, os objetivos devem procurar preservar os interesses vitais (em oposição aos marginais) dos protagonistas nãoviolentos, e, de preferência, ser do maior interesse para eles mesmos em detrimento dos adversários. Quarto, as metas devem atrair o mais amplo apoio possível no seio das sociedades afetadas pelo conflito. Quinto, objetivos devem ressoar valores ou interesses de terceiros, a fim de atrair o apoio e a potencial assistência deles (ACKERMAN; KRUEGLER, 1994, p. 24).

Princípio 02 – Desenvolver Força Organizacional. Criar novos grupos para a luta nãoviolenta ou tornar preexistentes instituições capazes de sustentar o movimento sociopolítico durante o conflito nãoviolento é primordial, pois a estruturação do movimento em uma organização sólida traduzir-se-á em resiliência, responsividade e proliferação de oportunidades para as ações nãoviolentas. Em termos funcionais, tais organizações voltadas para a logística dos protagonistas durante a contenda nãoviolenta terão ao menos três estratos: *liderança*, responsável por tomar as decisões primárias que moldarão o embate nãoviolento e servir como baluarte de inspiração, coragem e clareza de propósito aos demais; *corpo operacional*, que deverá tanto instruir quanto auxiliar a população na execução das decisões tomadas pela liderança e cultivar o apoio da mesma no decorrer da contenda nãoviolenta, além de acumular as funções de serviço de inteligência e de grupo de operações especiais para os líderes; *população civil em geral*, cujo apoio da maior parcela possível precisa ser conquistado pela liderança, o que pode ocorrer por meio do (re)aproveitamento de organizações e grupos sociais preexistentes.

Princípio 03 – Assegurar Acesso a Recursos Materiais Imprescindíveis. Enquanto que recursos materiais básicos, como comida, vestuário, energia elétrica e medicamentos, são relevantes para a sobrevivência, o bem-estar e a manutenção do moral da população; recursos de comunicação e transportes podem ser determinantes para o sucesso de certas ações nãoviolentas planejadas pelo movimento de resistência organizado. Os ativistas devem ter em mente que o controle de recursos materiais afeta diretamente a tenacidade e as capacidades de ação do adversário, ao ponto de ser possível que o conflito estratégico nãoviolento passe a girar em torno da conquista e proteção de recursos materiais. Assim sendo, a liderança necessitará avaliar e hierarquizar coerentemente os riscos e benefícios que cada fonte de

recursos materiais pode trazer aos seus, visando captar e defender as fontes definidas como capitais para o processo de resistência nãoviolenta.

Princípio 04 – Cultivar Assistência Externa. Seja por motivos materiais, ideológicos ou por ambos, o fato é que conseguir algum tipo de auxílio externo ao movimento nãoviolento organizado tende a facilitar o cumprimento dos objetivos fixados. O auxílio em questão pode significar desde a não interferência de forças políticas, econômicas ou militares até então alheias ao conflito nãoviolento, até a reposição e o fornecimento dos mais diversos recursos aos insurgentes. Ainda que organizações não governamentais de direitos humanos, de preservação ambiental ou de assistência ao desenvolvimento internacional comumente preocupem-se com circunstâncias do gênero e provavelmente possam auxiliar o movimento social nãoviolento, os formuladores do planejamento estratégico devem ter em vista que não poderão alicerçar suas ações nãoviolentas na mera possibilidade da ajuda de terceiros. Se a ajuda efetivamente ocorrer, será um extra para favorecer e fortalecer os planos previamente traçados. Na hipótese do movimento nãoviolento deixar de obter qualquer assistência externa, ainda cabe ao mesmo procurar minar o apoio externo de seus oponentes, com a finalidade de diminuir o hiato de poder entre as partes.

Princípio 05 – Expandir o Repertório de Sanções. Os autores afirmam a necessidade de se combinar o máximo possível de ações nãoviolentas para infringir aos rivais o maior custo político, econômico, psicológico, cultural e social. Visando descobrir quais os mais adequados métodos – ou *sanções*, como preferem Ackerman e Kruegler (1994, p. 33-35) – a serem executados no trâmite do conflito estratégico nãoviolento, a liderança deverá listar as capacidades e os pontos fortes da população no seio da qual o processo de transformação política ocorrerá. Mesmo reconhecendo que, de acordo com as alterações de conjuntura, não há substituto à altura para a originalidade e a criatividade na escolha das sanções, os autores recomendam que os estrategistas respondam previamente cinco questões quando do preparo de seus planos para agir: (1) em qual medida a escolha de uma sanção em particular nos permitirá aproveitar e manter a iniciativa?; (2) alguma das sanções disponíveis pode ser facilmente replicável?; (3) as sanções podem ser performadas em momentos e locais diferentes sem longo treinamento nem preparações especiais por pessoas imitando o que elas viram ou ouviram?; (4) o rol de sanções disponíveis é vantajoso da perspectiva da economia de forças e dos seus riscos em relação aos retornos?; (5) há um grupo de sanções que pode ser usado de modo planejado e sequencial para impulsionar e maximizar o impacto nos oponentes ao mesmo tempo em que preserva a flexibilidade de atuação?.

Princípio 06 – Atacar a Estratégia do Oponente para Consolidação de seu Controle.

Dito de outra forma, o princípio em questão remete à imprescindibilidade de se alterar o comportamento da população e sua obediência aos detentores dos cargos de mando, ponto central do conflito estratégico nãoviolento. Às lideranças cabe atrasar, dificultar e mesmo impedir os adversários de consolidar sua logística e atingir suas metas. A ideia pode parecer estranha à primeira vista, mas trata-se exatamente de forçar que os oponentes precisem cada vez mais da coerção em sua tentativa de manter o controle da situação, porquanto a escalada do uso de meios violentos para o controle social tende a enfraquecer tanto a hierarquia de comando quanto a sustentação dos mandatários em suas posições privilegiadas.

Princípio 07 – Minimizar o Impacto das Armas Violentas do Oponente. Obviamente que a aceitação do princípio anterior de Peter Ackerman e Christopher Kruegler (1994) não implica em enfrentar diretamente policiais ou soldados equipados com armas letais. Ao contrário, o corpo operacional do movimento nãoviolento organizado tem de fazer valer seu papel equivalente ao de serviço de inteligência na tarefa de antecipar e minimizar os efeitos das retaliações violentas de um governo desafiado politicamente. Segundo os autores, “[...] sair do caminho da violência, tornar menos desagradável a situação dos agentes da violência, desabilitar suas armas, preparar as pessoas para os piores efeitos da violência e reduzir a importância estratégica do que pode ser perdido para a violência [...]” (ACKERMAN; KRUEGLER, 1994, p. 38) são meios válidos de lidar com a coerção. Entretanto, cooptar o pessoal das forças de segurança, além de extremamente recomendado, provavelmente será o método mais eficaz de dificultar a deflagração da violência contra os integrantes do movimento desafiante.

Princípio 08 – Retirar Bases de Apoio Esperadas pelos Oponentes. Como desdobramento dos dois princípios anteriores, as retaliações violentas dos mandatários às ações nãoviolentas dos participantes do movimento precisarão vir a público. Intenciona-se desacreditar a cúpula do regime politicamente desafiado frente aos seus apoiadores, sejam eles outros Estados, instituições nacionais ou supranacionais, setores da sociedade civil, etc. Tornar pública a repressão dos dirigentes favorece estratégica e politicamente a posição defendida pelos participantes das ações nãoviolentas, ao mesmo tempo que eleva, perante as sociedades nacionais e instituições internacionais, os custos de manter apoio político, econômico ou militar aos rivais do movimento social nãoviolento.

Princípio 09 – Manter a Disciplina da Nãoviolência. A razão do nono princípio é simples: reduzir gradativamente a autoridade dos mandatários e a legitimidade de suas ações por meio da exposição pública do autoritarismo e da desproporcionalidade de suas reações violentas frente aos atos não violentos dos manifestantes. Ackerman e Kruegler (1994, p. 42-45) defendem um padrão de comportamento próximo do exigido das forças militares convencionais para a manutenção da disciplina nãoviolenta, sugerindo à liderança do movimento nãoviolento organizado que: (a) impeçam armas e drogas lícitas ou ilícitas nas ações nãoviolentas; (b) estabeleçam regras contra atitudes dos civis que possam comprometer a integridade física dos agentes de segurança pública; (c) advertam os participantes da manifestação a retirarem-se do ato caso sintam esvaecer seu empenho em manter a disciplina da nãoviolência. É certo que nem sempre será possível evitar totalmente a manifestação da violência no seio de um amplo movimento que optou pela via da nãoviolência pragmática, porém a recomendação de grande parte da bibliografia especializada é que, em tais casos, os envolvidos separem ao máximo as ações violentas das não violentas. Ainda melhor seria se as duas diferentes formas de intervenções empíricas ocorressem em ocasiões ou locais distintos e por pessoas diversas. Com o uso da violência pelos mesmos indivíduos que até então tinham-na condenado, existe o risco de se perder o apoio da opinião pública e de muitos dos aliados internos ou externos, daí a preocupação em distinguir ao máximo, durante o confronto, ambas as formas de resistência política mencionadas.

Princípio 10 – Avaliar Eventos e Opções à Luz dos Níveis da Tomada Estratégica de Decisão. O décimo princípio de Peter Ackerman e Christopher Kruegler (1994, p. 45-48) equivale às etapas do planejamento estratégico de Gene Sharp (2010, p. 31-33). Aqui os autores detalham cinco níveis a serem contemplados pelas decisões estratégicas do movimento organizado e nãoviolento: (1) *político*, no qual as mais importantes decisões serão tomadas, tais como os motivos e os objetivos gerais da luta, a escolha da nãoviolência em detrimento de outras técnicas de conflito ou mesmo a capitulação; (2) *planejamento operacional*, que deverá ser alterado o mínimo possível no decorrer do conflito estratégico nãoviolento e necessitará incluir decisões a respeito do rol de sanções que será praticado, das tarefas imprescindíveis para a realização das ações nãoviolentas, dos passos básicos para atingir as metas traçadas e de quais pessoas são as mais indicadas para cada missão; (3) *estratégia*, reflexão avaliativa que, partindo de previsões acerca das atitudes seguintes dos adversários, determinará circunstancialmente o arranjo e a disposição dos recursos humanos e materiais reunidos pela resistência para o embate; (4) *táticas*, que corresponderão à lógica que

norteará os encontros ou confrontos pontuais com os oponentes, geralmente alicerçando-se na inteligência local e nas habilidades então disponíveis para alcançar os fins presentes na estratégia; (5) *logísticas*, que serão as atividades responsáveis por permitir a concretização da estratégia e das táticas, como operações de comunicação e manobras para conseguir novos recursos humanos e materiais. Por fim, os autores afirmam que seguir tais cinco níveis de decisões antes e durante as ações nãoviolentas permite uma observação cuidadosa das minúcias do confronto porvir, ajudando a reduzir erros de julgamento e decisões equivocadas.

Princípio 11 – Ajustar Operações Ofensivas e Defensivas de Acordo com a Vulnerabilidade Relativa dos Protagonistas. Em outras palavras, saber equilibrar ações ofensivas e defensivas de acordo com as recorrentes averiguações do cenário da contenda e dos rumos da luta nãoviolenta. Todavia, os estrategistas deverão ter em vista que sanções nãoviolentas não são ofensivas ou defensivas *per se*, o que significa dizer que uma ação nãoviolenta é ofensiva ou defensiva segundo a intenção e o significado a ela atribuídos. Além do mais, tal classificação não é excludente, pois a aplicação de uma mesma sanção nãoviolenta pode ter efeitos ofensivos e defensivos. Por tudo isso, a eficácia estará na escolha das ações nãoviolentas condizentes com a avaliação estratégica do particular momento em que se encontrará o processo de luta nãoviolenta.

Princípio 12 – Manter Continuidade entre Sanções, Mecanismos e Objetivos. Em seu último princípio, Ackerman e Kruegler (1994, p. 49-51) pretendem explicitar por quais processos os resultados do uso das sanções nãoviolentas interligam-se com os objetivos gerais formulados pela liderança nãoviolenta. Os processos em questão, dada a sua extrema relevância à teorização sobre as ações nãoviolentas, serão pormenorizadamente apresentados a seguir. Antes, porém, cabe sintetizar o ponto de vista da dupla de autores em seus doze princípios apresentados: “[...] O argumento desse livro, como nós temos dito, é que a qualidade das decisões estratégicas importa para o resultado do conflito nãoviolento [...]” (ACKERMAN; KRUEGLER, 1994, p. 51-52).

De acordo com todos os autores citados até o momento no presente item, os planos e os atos de um movimento nãoviolento deverão ocasionar mudanças de comportamento em indivíduos e grupos da comunidade, em especial naqueles que compõem as instituições mantenedoras dos serviços básicos da sociedade. Em tal contexto de embate, no qual estratégias, táticas, logísticas e sanções nãoviolentas estarão em prática, as pretendidas alterações comportamentais de setores sociais poderão ocorrer por meio de quatro diferentes

processos, denominados pela literatura especializada de *mecanismos de mudança* (ACKERMAN; KRUEGLER, 1994, p. 49-51; MERRIMAN, 2009, p. 22-23; SCHOCK, 2007, p. 4460; SHARP, 2012, p. 705-776; SHARP, 2010, p. 26-27):

Conversão. Conjuntura na qual os alvos do desafio político acabam convencidos, por via argumentativa, moral, emocional ou atitudinal, a adotar o ponto de vista dos ativistas. Costuma ocorrer mais facilmente quando não há grandes diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas ou de renda entre os envolvidos. No caso do uso da resistência popular para mudanças políticas profundas, ainda que raramente, a conversão pode se dar com participantes de setores-chave do governo, fortalecendo os ativistas numa proporção suficiente para torná-los politicamente mais fortes do que seus adversários. Porém, ao ponto de deliberadamente voltarem-se contra a manutenção de seu *status quo*, somente setores sociais menos ativos politicamente ou partes menos favorecidas dos quadros governamentais tendem a mudar seu ponto de vista e seu comportamento.

Acomodação. Quando as circunstâncias não levaram os adversários a uma nova forma de pensar, mas os mesmos decidem ser menos custoso ceder a algumas reivindicações do movimento social nãoviolento ao invés de manter a defesa da posição assumida anteriormente. Trata-se de uma mudança de comportamento pautada em decisões de custo-benefício material, não implicando em concordância de ideias entre as lideranças nãoviolentas e seus contrários. Portanto, negociações muitas vezes precedem o mecanismo de acomodação, principalmente se as ações nãoviolentas ocorreram visando alterar problemas que não são fundamentais numa sociedade, como no caso de greves trabalhistas ou desobediência social contra uma lei em particular. Num lado, se as demandas dos adversários forem minimamente aceitáveis e, noutro lado, se o conflito alterou a relação de forças políticas em prol do movimento, torna-se possível então negociar um acordo entre as partes em litígio.

Vale destacar aqui que Gene Sharp (2010, p. 12-16) coloca alguns contrapontos sobre a efetividade das negociações para o encerramento da contenda, porquanto negociar a paz não significa negociar a justiça ou a liberdade. Para o autor, no caso de um movimento nãoviolento de grandes pretensões, voltado para a derrocada de um regime político, suas lideranças não devem aceitar negociar com a cúpula governamental enquanto as relações de poder entre as partes permanecerem minimamente favoráveis à segunda. Os melhores momentos para as negociações encontram-se apenas diante da iminente queda ou até mesmo após a queda do regime. Caso contrário, o ditador poderia estar disposto a amplas promessas

que não seriam cumpridas posteriormente, apenas para retomar o controle da situação e sanar o conflito. Nota-se que Sharp não é contrário a negociações, apenas apresenta ressalvas para que os movimentos sociais não sejam ludibriados ou percam vantagens importantes ao aceitar entrar em negociações com os líderes políticos do governo em momentos inoportunos, o que poderia comprometer toda a resistência levada a cabo até então e inviabilizar a continuidade da luta.

Coerção Nãoviolenta. Situações nas quais as mudanças políticas buscadas pelo movimento nãoviolento são conquistadas contra a vontade de seus adversários e por meio de efetiva disputa política, econômica e social. No caso de um desafio político de grandes proporções, as intervenções dos ativistas ocasionam uma adesão massiva de pessoas e agrupamentos sociais às causas do movimento nãoviolento, levando a um crescimento do número de organizações e instituições fornecendo diversos tipos de apoio à luta nãoviolenta. De tais circunstâncias podem se desdobrar três diferentes cenários: (a) as forças de segurança perdem a capacidade de repressão aos ativistas devido à abrangência social obtida pela resistência popular; (b) as autoridades perdem a disposição de continuar com a repressão ao movimento nãoviolento; (c) as fontes de poder dos mandatários são afetadas e seus pilares de apoio passam a falhar em suas atividades de sustentação das posições de mando, comprometendo a cadeia de comando da burocracia estatal, das forças de segurança ou de outros serviços básicos da sociedade. Consequentemente, no decorrer da luta nãoviolenta, os opositores paulatinamente impõem um esvaziamento de poder e legitimidade que impede os governantes de alcançar satisfatoriamente suas metas contra o desafio político.

Desintegração. Contexto em que a coerção nãoviolenta não somente incapacita o governo de manter-se e efetivar suas ordens, mas também elimina seus pilares de apoio, fazendo com que muitas das instituições estatais deixem de existir na prática. Resultado da aplicação máxima dos métodos nãoviolentos, a desintegração pode desembocar num vazio de poder político e numa ruptura da ordem social previamente estabelecida pelo regime deposto. Tais situações costumam ser problemáticas e devem ser evitadas pelo movimento social nãoviolento, pois favorecem a tomada do poder político por parte de forças sociais antipáticas aos ativistas, como partidos políticos extremistas que tenham se mantido mobilizados durante as ações nãoviolentas ou, num outro exemplo, exércitos de outros Estados.

Realça-se que os mecanismos de mudança apresentados não são excludentes e podem acontecer simultaneamente, tanto em diferentes setores da sociedade quanto no seio de única

instituição societal. Hardy Merriman (2009, p. 23) ilustra a segunda possibilidade com um exemplo interessante. Soldados de baixa patente das forças armadas, por muitas vezes possuírem raízes socioculturais semelhantes e terem contato direto com os opositores ao regime, podem ser mais suscetíveis ao mecanismo de conversão. Já os militares de patentes médias provavelmente tenderão a aceitar melhor o mecanismo de acomodação, negociando com as lideranças do movimento o fim do conflito por motivos de custo-benefício material. Entretanto, os oficiais de alta patente comumente têm mais a perder com a alteração do *status quo* devido aos privilégios de sua posição social, o que os torna potenciais adversários para o mecanismo de coerção nãoviolenta. Afinal, a esporádica reinterpretação da situação política no decorrer do conflito nãoviolento pode não apenas apontar para qual dos quatro mecanismos a luta se encaminha, como também auxiliar em uma possível redefinição dos planos estratégicos, fortalecendo sobremaneira a grande estratégia adotada pelos opositores.

Faz-se necessário destacar ainda o peso da capacidade comunicativa do movimento de social nãoviolento para um favorável desenrolar do processo de mudança política. Como se pode imaginar, a diversidade de comunicações no decorrer de uma luta nãoviolenta é imensa, porém constata-se que alguns temas são recorrentes nas comunicações entre os membros do movimento e os demais grupos da população. Em que pese às inúmeras variações possíveis na prática, abaixo serão destacados os três principais formatos das comunicações de movimentos nãoviolentos que foram bem-sucedidos em suas contendas (MERRIMAN, 2009, p. 26):

Ênfase em Valores e Interesses Comuns. Com a finalidade de aumentar seu apoio no seio da sociedade, os ativistas devem compartilhar seus valores e interesses com diferentes públicos, porquanto a probabilidade de conseguir novos aliados cresce de acordo com a amplitude da difusão das causas do movimento social nãoviolento pela comunidade.

Visão Inclusiva. Quanto mais inclusivo às diversidades sociais, políticas, econômicas, culturais e étnicas for o discurso assumido e divulgado pelas lideranças do movimento social nãoviolento, maior a probabilidade de obter apoio dos múltiplos e multifacetados setores populacionais existentes. Configura-se de extrema importância para o crescimento da resistência contra o governo vigente a capacidade das suas lideranças de concatenar aspirações e perspectivas diversas, a fim de criar novos adeptos para as ações nãoviolentas também no interior dos pilares de apoio do governo.

Abster-se de ameaças. Para conquistar novas redes de pessoas favoráveis ao movimento de luta nãoviolenta, há a necessidade de que os potenciais apoiadores não se

sintam amedrontados ou prejudicados em aderir ao horizonte de ideias proposto pelos ativistas. Tendo em vista que se deve buscar facilitar ao máximo a adesão de novos indivíduos às fileiras do movimento, incluir ameaças nas comunicações aos, por ora, adversários políticos é contraproducente, podendo até mesmo recrudescer a repressão.

Ao se tratar da nãoviolência em sua prática, deve-se ter sempre em mente que ações nãoviolentas são meios ativos e diretos de transformação sociopolítica. Sua aplicação empírica se respalda na noção de que o poder não está em cargos específicos ou indivíduos especiais, mas sim de que o poder provém da população e se encontra disseminado principalmente em grupos e organizações sociais. Em última instância, um movimento nãoviolento desafiará a legitimidade e a capacidade dos indivíduos momentaneamente detentores dos cargos de mando, intentando a mudança dos padrões de comportamento e obediência das coletividades que compõem a sociedade. Seu objetivo será alterar as relações de poder político entre e no seio de setores e instituições sociais, agindo para convencer suas integrantes a colaborar na luta nãoviolenta em favor das metas almejadas.

Finalmente, dividido em etapas, o quadro subsequente reúne um apanhado geral dos fundamentos da ação nãoviolenta para o estabelecimento de um movimento que tenha como alvo político final a derrocada de um governo:

Quadro 03 – Estruturando um movimento social nãoviolento.

ETAPA	SÍNTESE	EXEMPLOS
<p>01 Avaliando as Circunstâncias & Levantando Informações</p>	<p>Avaliar o contexto histórico e a conjuntura política que caracterizam a sociedade na qual o movimento encontra-se imerso, com a finalidade de reunir o máximo de informações possíveis acerca do meio social no qual transcorrerá a disputa nãoviolenta e também sobre o regime político a ser enfrentado. No caso de ativistas que não sejam pacifistas, aqui será o momento de ponderar sobre a escolha da nãoviolência como principal meio de ação direta do movimento.</p>	<p>Levantamento de dados a respeito dos indicadores econômicos e sociais do país, dos principais partidos políticos e seus membros, das maiores empresas e seus ramos de atuação, das organizações da sociedade civil que atuam independentemente do Estado, das instituições capazes de aliança ou de auxílio ao movimento, etc.</p>

<p>02 Analisando o Adversário</p>	<p>De posse das informações da primeira etapa, analisar meticulosamente em quais das fontes de poder político (<i>autoridade; recursos humanos; habilidades e conhecimentos; fatores intangíveis; recursos materiais; sanções</i>) o governo tem suas bases mais sólidas. Atacar a estabilidade de tais bases deverá ser o propósito de boa parte das ações nãoviolentas planejadas pelos ativistas do movimento.</p>	<p>Na hipótese de um governo politicamente autoritário e economicamente reconhecido como exportador de petróleo, os ativistas deverão se concentrar em setores da burocracia estatal, das forças de segurança e de repartições cuja atividade esteja relacionada à cadeia produtiva do petróleo.</p>
<p>03 Estruturando o Movimento</p>	<p>O grupo de pessoas responsável pelas duas etapas anteriores deverá se valer do conhecimento adquirido para fixar seus objetivos políticos últimos (horizonte de sua <i>grande estratégia</i>). Em seguida, necessitará entrar em contato com possíveis aliados que estejam interessados tanto em colaborar na elaboração de um planejamento estratégico, quanto em participar do processo de luta política a ser deflagrado para atingir as estipuladas metas políticas. E mais, o grupo deverá refletir acerca de como será a divisão hierárquica do incipiente movimento e qual o grau de independência que será tolerado para tomada de decisões unilaterais por parte dos integrantes do movimento. A relação do movimento social nãoviolento com outros movimentos sociais e com partidos políticos também precisará ser predeterminada; bem como os parâmetros a serem seguidos para a divulgação do movimento à sociedade (<i>ênfase em valores e interesses comuns; visão inclusiva; abster-se de ameaças</i>).</p>	<p>Buscar reunir representantes de diferentes etnias, gêneros e classes ao incipiente movimento, com o intuito de diversificar sua representatividade social e açambarcar maior apoio da sociedade. Procurar cooptar pessoas de diversas ocupações profissionais para permitir ao movimento um acúmulo de <i>know-how</i>. Trazer ainda funcionários públicos ao movimento, visando aqueles que estejam envolvidos com as mais relevantes atividades político-econômicas do Estado. Pensar em formas de comunicação entre os participantes do movimento, tais como internet, rádio, televisão, etc.</p>
<p>04 Construindo o Planejamento</p>	<p>Realizar o planejamento estratégico (<i>grande estratégia; estratégia e plano estratégico; táticas; métodos</i>) do encadeamento das ações nãoviolentas a serem praticadas pelo movimento para atingir os fins políticos almejados. Desenvolver um <i>plano estratégico</i> composto por cursos de ação (<i>táticas</i>) com objetivos mais imediatos e factíveis que, se progressivamente alcançados por meio de ações nãoviolentas (<i>métodos</i>), aproximarão gradativamente os ativistas das metas mais amplas traçadas na grande estratégia. Selecionar os métodos de ação nãoviolenta mais adequados às circunstâncias locais, às informações político-econômicas adquiridas e aos recursos humanos e materiais disponíveis ao movimento nãoviolento. (Etapa dos <i>Princípios de Desenvolvimento</i>).</p>	<p>Responder a questões como: Qual o objetivo máximo do movimento e quais seus objetivos secundários? Quais os pontos fortes e fracos do governo? Quais os pontos fortes e fracos do movimento? Quais os meios efetivamente disponíveis para que a população oprimida adquira suficiente autoconfiança e força para manifestar seu descontentamento político? Como a população engajada pode continuar a satisfazer suas necessidades básicas, durante as ações nãoviolentas, sem deixar de participar do movimento?</p>

<p>05 Aplicando o Planejamento</p>	<p>Selecionar um momento político oportuno para o início das hostilidades e tomar a iniciativa dos enfrentamentos para melhor conduzi-los e controlá-los. Preferencialmente, as tarefas iniciais devem ser de baixo risco e lograr alta visibilidade para atrair grupos sociais indecisos quanto à participação no confronto nãoviolento. Inicialmente, prezar por ações nãoviolentas pontuais e simbólicas, separadas e simultâneas. Ainda que os níveis de repressão violenta estejam acima do esperado, conservar a disciplina nãoviolenta dos participantes para impedir possíveis atos violentos e sua repercussão negativa nas mídias e na opinião pública. Manter a população ciente de que existem numerosas vias pelas quais a colaboração com o movimento é possível, inclusive de maneira velada e por meio de atitudes do dia a dia. (Etapa dos <i>Princípios de Engajamento</i>).</p>	<p>Optar por uma cor de vestimenta para as aparições públicas dos manifestantes, disseminar o símbolo do movimento em locais públicos, fazer propaganda das diretrizes do movimento via redes sociais, criar uma rádio clandestina para repasses semanais dos avanços conseguidos, interromper o fornecimento de energia elétrica para certas instituições políticas ou econômicas, invadir salas da burocracia para obter documentos comprometedores, sabotar sistemas de computador das agências de inteligência, cooptar agentes das forças de segurança, entre várias outras opções combináveis.</p>
<p>06 Administrando o Processo de Transição</p>	<p>Reavaliar o planejamento estratégico em caso de recorrentes ações nãoviolentas malsucedidas. Após os primeiros passos bem-sucedidos do plano estratégico, considerar os mecanismos de transição nãoviolenta (<i>conversão; acomodação; coerção nãoviolenta; desintegração</i>) e a viabilidade de negociações com os adversários. Com o crescimento do movimento, ampliar o impacto das manifestações para paulatinamente restringir a governabilidade da cúpula política. Enfrentar pública e abertamente os governantes para demonstrar nitidamente o enfraquecimento de seu poder político e de sua legitimidade. Celebrar as vitórias do movimento para elevar o moral dos ativistas. Atentar aos desdobramentos políticos dos derradeiros dias para impedir um golpe militar. Negar legitimidade a uma troca de governo sem consulta popular por meio do prosseguimento das ações nãoviolentas. (Etapa dos <i>Princípios de Projeto</i>).</p>	<p>Continuar cooptando agentes das forças armadas e integrantes da burocracia estatal. Promover massivas manifestações de rua e fomentar ocupações, greves, abandono de cargos e postos de trabalho, não cumprimento de ordens nas hierarquias burocráticas e militares, etc. Buscar o controle de recursos essenciais como: bases militares, delegacias, estações de energia elétrica, instalações de tratamento de água, edifícios que controlam e armazenam os meios de transporte coletivo, entre outros. Se possível, criar instituições paralelas para prestar à população os serviços sociais básicos atribuídos ao Estado.</p>

Fonte: elaboração própria, embasada em autores constantes nas referências bibliográficas.

No subitem logo abaixo serão expostas algumas críticas à teoria consentimental do poder. Desenvolvidas por estudiosos da nãoviolência que também se interessam por outras leituras, os apontamentos têm em comum a intenção de colaborar com ideias que possam aperfeiçoar a sistematização de Gene Sharp ([1973] 2012) sobre a nãoviolência pragmática e sua teoria de poder pelo consentimento.

3.3. CRÍTICAS AOS FUNDAMENTOS DA AÇÃO NÃOVIOLENTA

Enquanto parte dos saberes da humanidade, o direito de resistência ou, conforme a teoria política contemporânea, a desobediência civil não foge à lógica cumulativa do conhecimento humano. Tanto é assim que, por meio de elementos conceituais até então não articulados com a nãoviolência, alguns autores procuraram ampliar e aprofundar o debate normativo a respeito da teoria de poder organizada por Gene Sharp ([1973] 2012). Tais elementos conceituais são provenientes de autores das Ciências Sociais e de abordagens sociopolíticas que não dialogam diretamente com a temática da nãoviolência, mas que tratam de questões relevantes para a discussão acerca dos fundamentos das ações nãoviolentas.

Inicialmente, retomando os elementos centrais da teoria do poder pelo consentimento, pode-se dizer que o poder é difuso e relacional:

Existem duas características cruciais do poder de acordo com a teoria do consentimento. A primeira é que o poder é difuso ou heterogêneo, ao invés de monolítico ou homogêneo. Em outras palavras, as fontes do poder estão dispersas por uma sociedade ao invés de concentradas numa única instituição ou grupo de instituições, como o Estado ou as forças armadas. Por essa razão, às vezes ela também é referida como sendo uma teoria 'pluralística' do poder. A segunda (e conectada) característica do poder, de acordo com essa teoria, é que ele é relacional ao invés de autogerado. A própria noção de consentimento, ou obediência, é relacional, dependendo da interação de dois ou mais grupos sociais. (ATACK, 2006, p. 89).

Em contraponto, a noção de *estrutura social* surge como principal conceito articulado para se apontar os limites da teoria política que embasa a nãoviolência pragmática. Brian Martin (1989, p. 216) identifica aspectos individualistas e voluntaristas na teoria de poder em questão, especialmente nos motivos elencados por Gene Sharp ([1973] 2012) para que a obediência dos cidadãos se prolongue no tempo. Tais motivos, alicerçados na psicologia social, são os seguintes: *hábito; medo de sanções; obrigação moral; interesse pessoal; identificação psicológica com o governante; zonas de indiferença; ausência de autoconfiança entre os cidadãos* (SHARP, 2012, p. 19-24). O principal problema apontado por Martin (1989, p. 216) reside no fato de que as razões assumidas por Sharp para a obediência pouco se referem aos constrangimentos impostos por conjuntos complexos de relações sociais regulares e organizadas ao ponto de assumirem certa dinâmica própria.

Ao conduzir criticamente sua argumentação, Brian Martin (1989, p. 215) se ampara na perspectiva de abordagens macrosociológicas estruturais, fornecendo como exemplo de seu

posicionamento a análise do capitalismo realizada por pensadores marxistas, tais quais Louis Althusser e Antonio Gramsci. Segundo Martin (1989, p. 216), as diferentes interações sociais, que constituem e reproduzem estruturas no ambiente societal, possuem certa dinâmica que também configura sistemas de poder e hierarquias sociais. Para o autor, não somente a regularidade das inter-relações próprias a uma estrutura social, mas também a correlação entre uma estrutura em particular e outros sistemas de poder, dificultam a organização de oposições políticas abertas e efetivas, nos moldes pensados por Sharp ([1973] 2012), ao resultar num conjunto imbricado de marcadores sociais (profissão, nível de escolaridade, renda, gênero, etnia, etc.) que engloba todos os indivíduos da sociedade.

O patriarcalismo, o capitalismo, a burocracia e as instituições estatais são exemplos de estruturas sociais, as quais possuem considerável complexidade e cuja introjeção nas pessoas dificulta sobremaneira uma simples rejeição voluntária ao poder oriundo de tais estruturas e a suas manifestações de coerção. Uma articulação entre certas instituições estatais e o capitalismo pode muito bem exemplificar a prévia argumentação teórica:

[...] Em princípio, não há nada que impeça os empregados de uma fábrica de simplesmente deixar seus trabalhos e estabelecer uma produção própria numa diferente localidade. Na prática, se a ‘diferente localidade’ for propriedade privada de alguém, a polícia poderá ser chamada para retirar à força os trabalhadores e possivelmente haverá pouco apoio da comunidade aos mesmos. Além disso, a fábrica inicial geralmente encontrará poucas dificuldades em contratar novos trabalhadores. [...] (MARTIN, 1989, p. 215).

Da mesma forma que o Estado e o capitalismo, a burocracia e o patriarcalismo também são sistemas sociais de poder e hierarquia que fortemente condicionam padrões de pensamentos, comportamentos, divisões de tarefas e atitudes dos agentes sociopolíticos.

Ainda assim, em distintos momentos de seu raciocínio avaliativo, Brian Martin (1989, p. 219-220) expressa sua visão positiva acerca do trabalho teórico de Sharp ([1973] 2012) e ressalta que alguns aspectos da teoria consentimental do poder tangenciam a questão das estruturas sociais. A despeito de suas observações críticas, Martin não pretende colocar abaixo a teoria política sistematizada pelo ativista, acadêmico e autor estadunidense. Ao contrário, o núcleo de suas críticas objetiva alertar que não se deve esperar da teoria do poder pelo consentimento a capacidade de abranger e interpretar, com as mesmas competência e

propriedade, todas as manifestações societais do poder. Como qualquer teoria científica, há conjunturas nas quais a teoria consentimental do poder será de maior valia, enquanto em outras circunstâncias ela provavelmente será preterida em favor de outras teorizações sobre o poder.

Para Brian Martin (1989, p. 216-219), iniciar o entendimento da relação entre dominantes e dominados por meio da ideia de consentimento resulta numa teoria que melhor interpreta a realidade empírica quando trata das relações de poder nas quais há um opressor evidente, motivo pelo qual “[...] Sharp regularmente se refere ao Estalinismo e ao Nazismo. Seus exemplos de desafios contra a autoridade comumente envolvem situações que são amplamente percebidas como opressivas pelo julgamento político do Ocidente contemporâneo. [...]” (MARTIN, 1989, p. 217). Como desdobramento da não incorporação de estruturas sociais e sistemas hierarquizados de poder em sua dinamicidade, a teoria política sistematizada por Sharp ([1973] 2012) deixa a desejar no que diz respeito a complexidade das interações horizontais entre os grupos sociais subordinados e, da mesma forma, diante das interações verticais entre tais grupos sociais subordinados e os grupos privilegiados da sociedade.

Afinal, a pergunta que sintetiza as dificuldades de operacionalização da teoria de poder que tem em seu cerne a noção de consentimento pode ser assim construída: como fazer para que a teoria em questão possa lidar com restrições estruturais sem tornar-se inviável para os ativistas quando de sua operacionalização? Principalmente a partir dos anos 2000, alguns pesquisadores da nãoviolência debruçaram-se sobre tal problemática, buscando preencher lacunas teóricas e práticas deixadas pela não incorporação efetiva de sistemas estruturados de poder e hierarquia na teoria do poder pelo consentimento. Inserido no panorama sucintamente delineado está o trabalho desenvolvido por Isak Svensson e Mathilda Lindgren (2011), um exemplar da recente tendência, no âmbito de estudos da nãoviolência, de combinar metodologias quantitativas e qualitativas para, partindo de levantamentos de dados empíricos, enriquecer a teoria da nãoviolência pragmática.

Primordialmente, Svensson e Lindgren (2011, p. 11-16) tinham em vista identificar se e quais fatores estruturantes das sociedades poderiam reduzir ou elevar a probabilidade de sucesso das intervenções nãoviolentas. Para tanto, a dupla de autores define *legitimidade* no sentido de obediência populacional aos comandos de autoridades governamentais, não simplesmente por motivos de interesse pessoal ou medo, mas também pela crença na

legalidade de sua autoridade e na retidão de seus mandos, gerando então um sentimento de lealdade às instituições e seus membros. Assim, a legitimidade pode ser partida em duas dimensões: (a) *legitimidade vertical*, que diz respeito ao consentimento da população à autoridade estatal e se respalda na disseminação social do citado sentimento de lealdade; (b) *legitimidade horizontal*, que se refere a capacidade de tolerância e aceitação mútua por parte dos diversos grupamentos sociais constituintes da comunidade, capacidade ligada diretamente ao posicionamento do Estado em reconhecer e se dirigir (ou não) a tais grupos sociais.

Isak Svensson e Mathilda Lindgren (2011, p. 16-21) valeram-se do banco de dados NAVCO²⁶ para analisar o período entre 1946 e 2006, delimitando um recorte de 87 conflitos estratégicos nãoviolentos em 57 países e, conforme a categorização do projeto POLITY²⁷, somente em Estados não democráticos. As justificativas do recorte envolvem: a relativa similaridade do sistema internacional para os Estados-nação do globo após a Segunda Guerra Mundial, permitindo um melhor controle de outros efeitos sistêmicos menores e mais localizados; a dificuldade em se comparar movimentos nãoviolentos deflagrados em ambientes políticos democráticos daqueles ocorridos em meios políticos não democráticos; e a literatura pré-existente a respeito da resistência civil em países de governos não democráticos, a qual serviu de base para o autor e a autora. Foram três as hipóteses testadas: (1) resistentes nãoviolentos terão menor probabilidade de sucesso se lutarem por sua autodeterminação territorial, ao invés de lutar pela mudança de poder governamental; (2) ativistas nãoviolentos terão menor probabilidade de sucesso quando sua identidade étnica diferir da identidade étnica dos governantes; (3) rígidas divisões étnicas no seio da comunidade contribuem para reduzir a probabilidade de sucesso das ações nãoviolentas.

Em suas conclusões, a dupla de autores confirmou suas três hipóteses. O sucesso de um enfrentamento estratégico e nãoviolento alcança 22% de probabilidade quando objetiva impactar numa mudança do regime político estatal, sendo que a probabilidade de sucesso cai

²⁶ *Nonviolent and Violent Conflict Outcomes* (NAVCO). Em português, numa tradução livre: *Resultados de Conflitos Nãoviolentos e Violentos*. Trata-se de um banco de dados publicado em 2008 por Erica Chenoweth e Maria Stephan, oriundo de extensa revisão bibliográfica. Ambas reuniram e sistematizaram informações acerca das mais relevantes *insurreições desarmadas* – para usar a expressão das pesquisadoras – dos séculos XX e XXI, definidas como séries contínuas de ações diretas estrategicamente planejadas tendo por fim objetivos políticos precisos. Foram aglutinadas pelo critério de possuírem amplas e impactantes metas políticas, tais como: mudança de regime político; oposição a ocupação territorial estrangeira; luta por autodeterminação de povos. Mais informações em: <http://www.navcodata.org/>

²⁷ Banco de dados para mensurações quantitativas e comparativas, cujo enfoque em questões centrais da escolha do executivo, das restrições à autoridade do executivo e das formas de competição política, entre outros aspectos, tem por finalidade ranquear os regimes políticos dos Estados avaliados numa escala que varia entre -10 (Monarquia Hereditária) e 10 (Democracia Consolidada). Mais informações em: <http://www.systemicpeace.org/polityproject.html>

para 4% nos casos em que as intervenções nãoviolentas tem por finalidade conquistar autodeterminação territorial. No mesmo sentido, nas situações que não apresentam segregação étnica entre governantes e governados, a porcentagem de sucesso dos desafios políticos chega aos 18%, contra 9% quando há polarização étnica entre os desafiantes nãoviolentos e os respectivos mandatários políticos desafiados. Por fim, a ausência ou a aceitação da diversidade étnica num meio societal permite que a probabilidade de sucesso da nãoviolência pragmática chegue a marca dos 24%, enquanto que profundos cortes étnicos no interior da sociedade implicam em meros 8% de probabilidade dos movimentos nãoviolentos atingirem as metas traçadas (SVENSSON & LINDGREN, 2011, p. 21-26).

Pelos dados demonstrados por Svensson e Lindgren (2011, p. 21-26), nota-se que fatores estruturantes de ambientes sociais afetam a probabilidade de sucesso das insurreições desarmadas em tais ambientes. Em outras palavras, a dupla de autores defende que sistemas de poder e hierarquização da sociedade interferem diretamente nas chances de lutas nãoviolentas obterem sucesso, expandindo ou limitando as possibilidades de atuação dos insurgentes. “[...] Em essência, nossos achados iniciais apoiam o argumento de que insurreições desarmadas não tendem a instigar mudança política quando tem como alvo a legitimidade horizontal do Estado – a identidade comum de uma comunidade estatal. [...]” (SVENSSON & LINDGREN, 2011, p. 22). Além do mais, o autor e a autora afirmam que a maior parcela dos conflitos nãoviolentos que se tornam violentos tem contendas territoriais ou étnicas envolvidas, porquanto a baixa influência política da população marginalizada faz com que os detentores dos cargos de mando ignorem suas demandas e reivindicações, encaminhando o embate político para cenários extremos (SVENSSON & LINDGREN, 2011, p. 26-29).

Considerando todo o exposto até aqui no presente subitem, cabe agora ponderar de maneira correlata a respeito dos raciocínios levantados. Ao refutar uma interpretação monolítica do poder, que o visualiza como sendo inerente a certos indivíduos ou cargos de mando, Brian Martin (1989) concorda com Gene Sharp ([1973] 2012) no que se refere a importância de organizações e grupos estabelecidos pela comunidade e mantidos sem a supervisão direta do Estado, que permitem melhor coordenação, comunicação e logística para os opositores ao regime político vigente. Dessa forma, Brian Martin (1989) constrói sua argumentação apontando que a concepção pluralística de poder proposta pelo ativista, acadêmico e autor estadunidense tem sido de grande valia para a operacionalização da nãoviolência pragmática, devido à sua perspectiva de fortalecimento do poder político dos

resistentes e da população em geral diante de suas autoridades políticas. Contudo, Martin (1989) prossegue no mesmo percurso teórico de Sharp ([1973] 2012), desenvolvendo-o e demonstrando que a complexidade da disseminação dos sistemas de poder e hierarquia pelos múltiplos e heterogêneos grupos sociais que compõem uma sociedade expõe um excesso de generalização ou uma simplificação demasiada da teoria consentimental do poder quando colocada em diálogo com abordagens sociológicas estruturais.

As referidas preocupações normativas de Martin (1989), no tocante ao relativo silêncio da teoria do poder pelo consentimento frente aos constrangimentos estruturais, aparecem empiricamente avaliadas e corroboradas pela análise comparativa de Svensson e Lindgren (2011). Suas considerações finais confirmam que a maior porcentagem de sucesso aparece nos movimentos sociais que empregam a nãoviolência pragmática como estratégia para confrontar politicamente o aparelho estatal e seus integrantes, ou seja, um desafio político contra a legitimidade vertical do Estado. Já as baixas porcentagens de sucesso surgem nos casos de embate por território e por reconhecimento de identidade étnica, isto é, contendas nãoviolentas contra a legitimidade horizontal do Estado.

Utilizando agora a lógica interpretativa de Martin (1989) para os resultados apontados pelo trabalho de Svensson e Lindgren (2011): o primeiro cenário – desafio político contra a legitimidade vertical do Estado – ilustra uma oposição nãoviolenta a uma estrutura social na qual a disseminação do poder e a cadeia de comando estão explícitas e podem ser facilmente identificadas; o segundo cenário – desafio político contra a legitimidade horizontal do Estado – exemplifica um rol de ações nãoviolentas contra sistemas de poder e hierarquização dos grupos sociais que não possuem lideranças declaradas ou centros irradiadores manifestos. Exemplarmente, será menos trabalhoso persuadir funcionários públicos a abdicarem de suas funções em favor de uma causa que trará benefícios a praticamente todos os grupos da comunidade, como se dá quando da mudança de um regime político autoritário para outro que seja democrático; do que persuadir estrangeiros ou pessoas de outras etnias a unir forças em prol de uma causa que será primariamente positiva ao grupo social diretamente responsável pelas reivindicações, como ocorre em cenários por autonomia territorial ou reconhecimento de direitos políticos por parte de minorias.

Em que pesem as muitas e significativas contribuições do autor estadunidense para a nãoviolência pragmática, articular as observações normativas de Brian Martin (1989) com as conclusões estatísticas de Isak Svensson e Mathilda Lindgren (2011) facilita perceber que a

própria visão do poder como plural e socialmente alastrado, como consta na teoria de Gene Sharp ([1973] 2012), implica numa complexidade do vínculo entre dominantes e dominados por sistemas difusos de poder e hierarquização societal, entre os quais o capitalismo e o patriarcalismo. Por sua vez, tais sistemas originam marcadores sociais (profissão, nível de escolaridade, renda, gênero, etnia, etc.) que perpassam transversalmente todos os grupos sociais, incluem toda a população e ainda destacam as desigualdades existentes entre os indivíduos da sociedade. Tais obstáculos complicam deveras a ordenação de uma oposição política, formada por parcelas dos heterogêneos grupos governados, que requer um mínimo de homogeneidade em suas reivindicações para obter a retirada coordenada do consentimento às autoridades governantes.

Com o ganho normativo oriundo das ponderações acima, fica claro que a teoria política das ações estratégicas e nãoviolentas pode ser enriquecida ao ser aproximada de outras correntes de pensamento. No mesmo sentido, percebe-se que há uma via de mão dupla, porque outras áreas da Ciência Política e da Teoria Política também podem ser enriquecidas pelas duas perspectivas da nãoviolência, enquanto abordagens da desobediência civil que defendem sua prática como meio singular de intervenção política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a Idade Média e a Modernidade, pensadores como Tomás de Aquino, Filipe de Hesse, Gregory Brück, Étienne de La Boétie e John Locke, apenas para citar alguns, já refletiam sobre o direito de resistência e as possibilidades de que magistrados inferiores ou, em alguns casos, pessoas comuns pudessem legitimamente se contrapor às ordens das autoridades políticas de alto escalão hierárquico. Mais recentemente, com a primazia do conceito de desobediência civil, as teorizações a respeito da resistência popular contra seus líderes políticos se seguiram com Henry David Thoreau, Lev Tolstoy, Mohandas Gandhi, Ronald Dworkin, Mangabeira Unger, Michael Walzer, entre outros.

Após as pesquisas desenvolvidas no decorrer da década de 1960, Gene Sharp passa a chamar atenção para uma nova leitura da desobediência civil. Sua perspectiva mantém a ausência de violência como característica preponderante, mas retira da desobediência civil qualquer traço religioso ou transcendental, aproximando-a ao menos de parte das justificativas teóricas estabelecidas pelos pensadores da Idade Média ao direito de resistência. No quesito prático, o desafio político proposto por Sharp valeu-se dos passos iniciais dados pelos pacifistas do século XIX no sentido de tornar a desobediência civil um meio singular, consciente e estratégico de ação direta. Destarte, porque privilegia ponderações acerca de sua execução empírica, a nãoviolência pragmática reúne uma teoria política que pode ser facilmente explicada e não requer erudição para ser absorvida pelos ativistas.

Retomando a bibliografia especializada, o âmbito de debate da nãoviolência aparece composto principalmente por acadêmicos, ativistas políticos de diferentes profissões e praticantes da nãoviolência como princípio. No mais, o foco substantivo tradicional de estudos sobre a ação nãoviolenta envolve primordialmente estratégia, técnicas de ação e mecanismos de transição nãoviolenta. Pode-se também delimitar um horizonte comum de parâmetros para pesquisas na área: (a) o agir nãoviolento representa uma posição distinta da violência e da política convencional; (b) ação violenta e ação nãoviolenta são quase sempre incompatíveis; (c) onde é possível mobilizar resistência violenta efetiva, é possível mobilizar resistência nãoviolenta efetiva; (d) reconhecimento de que os meios prefiguram os fins.

Simplificadamente, as origens teóricas diretamente ligadas às perspectivas hodiernas da nãoviolência podem ser atribuídas a Mohandas Gandhi e outros autores que o precederam e influenciaram; enquanto que a organização dos métodos de ação nãoviolenta como meios peculiares de ação política direta se deve, em grande medida, aos pensadores pacifistas do

século XIX e XX. Segundo estudiosos do assunto, a nãoviolência deve muito ao ensaio seiscentista de Étienne de La Boétie, especialmente sua percepção a respeito da força que o consentimento da população exerce na sustentação e na legitimação do poder político de tiranos. As contribuições de Henry David Thoreau também precisam ser ressaltadas, primordialmente sua concepção de que indivíduos devem desobedecer e posicionar-se contra leis injustas, ainda que tal comportamento resulte em punições por parte do Estado. O mesmo se pode dizer do conjunto dos livros de Lev Tolstoy, principalmente seu entendimento sobre o poderio da nãoviolência para alavancar transformações políticas; as reflexões que realizou sobre os escritos de La Boétie; e a influência de seu pensamento nas posteriores teorizações de Gandhi. Finalmente, não se pode deixar de citar Mohandas Gandhi, em especial por sua compreensão da luta nãoviolenta como capaz de combinar premissas teóricas com pressupostos práticos, gerando um meio coletivo de transformação sociopolítica efetiva.

Todos os autores citados no parágrafo precedente contribuíram, em maior ou menor medida, para os construtos teóricos de Gene Sharp. Por sua vez, as maiores contribuições de Sharp consistem na sistematização de uma teoria política, na organização de exemplos históricos dos métodos de ação nãoviolenta e nas formulações a respeito dos trâmites que envolvem seu desafio político. A nãoviolência pragmática assenta-se na noção, já presente no direito de resistência, de que o poder político emana do povo e, assim sendo, todas as autoridades políticas de uma sociedade necessitam do consentimento da população para manterem a legitimidade de suas posições de mando. Considerando um cenário no qual os cidadãos de um Estado estejam descontentes com seus líderes políticos, é possível estabelecer um movimento nãoviolento de resistência popular que exija, por meio de pressões políticas, econômicas, sociais, emocionais ou morais, a retirada das pessoas indesejadas daqueles cargos investidos de autoridade. Para tanto, os ativistas do movimento social em questão se valerão do planejamento e do encadeamento de intervenções políticas que não envolvem violência física e ocorrem fora dos parâmetros comuns de comportamentos políticos, econômicos e sociais: as ações nãoviolentas.

Conquanto a grande maioria dos envolvidos com a nãoviolência respaldem a definição de Sharp para a ação nãoviolenta, faz-se imprescindível mencionar que sua perspectiva pragmática foi alvo de críticas por parte dos pesquisadores que se mantiveram na vertente da nãoviolência como princípio. Embora vistos por seus apoiadores como desdobramentos positivos, especialmente por permitirem maior facilidade de difusão, acesso, mobilização e aplicação da luta nãoviolenta, os parâmetros racionalistas e materialistas que sustentam o

desafio político de Gene Sharp são tidos por defensores da ação nãoviolenta respaldada por princípios pacifistas como simples instrumentos que raramente levam a melhorias no longo prazo.

Fica evidente então que existem ao menos duas maneiras de se interpretar a nãoviolência, enquanto desdobramento peculiar da desobediência civil. Como consequência, somente é possível referir-se à nãoviolência, no singular, devido ao compartilhamento, por parte das duas vertentes da nãoviolência, dos fundamentos da ação nãoviolenta, já que os preceitos e os fins de suas intervenções políticas serão diversos. Oriunda de reflexões acerca da nãoviolência como princípio, a nãoviolência pragmática também participa da dinamicidade do mundo empírico e da contínua construção coletiva do conhecimento humano, posto que sua teoria política vem sendo objeto de reflexões críticas também por parte daqueles que advogam em seu favor.

Recentemente corroboradas por estudos quantitativos da presente década, observações normativas de fins dos anos 1980 já expunham a ideia de que a teoria de poder proposta por Gene Sharp tende a ser uma ferramenta conceitual mais eficiente em relações de poder nas quais há um opressor claro e manifesto. Sistemas sociais de poder e hierarquia tornam ainda mais complicado o estabelecimento de uma oposição política aberta e efetiva, nos padrões pensados para a prática da nãoviolência, por resultar num conjunto intricado de marcadores sociais (profissão, nível de escolaridade, renda, gênero, etnia, etc.) que abrange todos os indivíduos da sociedade. Por tudo isso, estruturas sociais podem não somente dificultar a organização política de pessoas e grupos em movimentos sociais, mas também interferir na probabilidade de sucesso das ações diretas de um movimento nãoviolento.

Finalmente, em razão da presença interna de duas perspectivas para a nãoviolência, não há como negar que seu atual campo de pesquisas é dual. Destarte, afirma-se aqui que a nãoviolência pode ser alternativamente entendida e praticada por seus adeptos de acordo com as seguintes questões: primeira – de caráter abstrato, referente à subjetividade dos ativistas – presença ou ausência da nãoviolência como um princípio norteador das ações políticas diretas, responsável por guiar o entendimento que os participantes do movimento social com alicerces na nãoviolência fazem do mundo sociopolítico no qual encontram-se imersos; segunda – de caráter prático, referente ao contexto histórico e à conjuntura política – se as metas políticas traçadas pelos membros do movimento nãoviolento privilegiam alterações efetivas e imediatas no *status quo* da distribuição de poder vigente na sociedade em que os ativistas

estão inseridos ou se priorizam metas mais gerais e de longo prazo para suas intervenções diretas.

A título de encerramento e pretendendo demarcar os pontos de vista da literatura especializada no assunto da nãoviolência, também com a finalidade de diferenciá-los dos posicionamentos do autor que vos escreve, vale deixar aqui algumas observações:

- Primeiramente, a proposta da nãoviolência privilegia mudanças na forma de governo e silencia a respeito de transformações em aspectos estruturais da sociedade, fazendo com que os processos históricos de cunho sociopolítico abordados pela bibliografia em questão, como aquele ocorrido na Sérvia de Slobodan Milosevic, tenham mais características de *insurreições* do que de *revoluções* – ao contrário do que aponta o título do documentário britânico sobre Gene Sharp;

- Em segundo lugar, provavelmente para ampliar o repertório dos métodos de ação nãoviolenta, os autores estudados aceitam uma definição minimalista de violência, desconsiderando dimensões do vocábulo que são especialmente importantes para grupos subalternos ou minoritários, por exemplo: a *violência psicológica* (no sentido de *coerção*) e a *discriminação* (no sentido de *segregação*);

- Em terceiro lugar, ao tratar da estruturação de um movimento social nãoviolento e de seu fortalecimento para ter capacidade de desafiar um governo, os autores pesquisados praticamente nada manifestam a respeito de como os potenciais ativistas podem tirar outros setores sociais da inércia política e fazê-los enxergar o governo contestado como efetivamente ilegítimo – o que constitui um problema considerável para uma proposta normativa que necessita de consensos entre o maior número possível de grupos sociais para qualificar e quantificar suas ações diretas;

- Por último, o enfoque das análises presentes nos escritos de Gene Sharp e dos demais autores certamente se preocupa em destacar o papel das associações e organizações civis para as ações nãoviolentas, mas o cerne teórico das mesmas análises para tratar das correlações entre Estado e sociedade civil tem como foco um indivíduo abstrato, o que – em conjunto com as três observações anteriores, ao meu ver – permite atribuir à literatura tratada uma ótica tal qual presente na filosofia política liberal.

Os apontamentos anteriores não desmerecem a nãoviolência enquanto objeto de análise, muito menos inviabilizam a continuidade de estudos acerca de sua bibliografia. Ao

contrário, abordar aqui a nãoviolência em seus aspectos teóricos e aplicados intencionou propiciar visibilidade a um tema que pode tanto enriquecer as pesquisas de outras áreas da Ciência Política e da Teoria Política, quanto aprimorar seu próprio cabedal normativo e prático por meio do diálogo com estudos sobre movimentos sociais ou ação coletiva, por exemplo. Além do mais, enquanto objeto de pesquisa complexo e multifacetado, a ação nãoviolenta possui uma variedade de tópicos que podem ser aprofundados em trabalhos específicos, como sua relação com agentes violentos não estatais ou com um flanco violento no seio do próprio movimento social nãoviolento, apenas para citar duas possibilidades. Enfim, levando em consideração as particularidades sociopolíticas brasileiras e latino-americanas, a nãoviolência desvela um vasto horizonte para se pensar os caminhos da participação popular direta na política.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, Peter; KRUEGLER, Christopher. “Chapter 2: The Principles of Strategic Nonviolent Conflict”. In: _____. **Strategic Nonviolent Conflict: The Dynamics of People Power in the Twentieth Century**. Westport: Praeger, 1994.
- ALONSO, Angela. “As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate”. **Lua Nova**. São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- AMADEO, Javier. “Teoria Política: Um Balanço Provisório”. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, p. 17-34, 2011.
- ARENDDT, Hannah (1970). **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARROW, Ruaridh. **How to Start a Revolution**. Londres: TVF International, 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=91kVIU3hKcU>>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- ATAACK, Iain. “Nonviolent Political Action and The Limits of Consent”. **Theoria**. Nova Milford, n. 111, p. 87-107, 2006.
- BEISSINGER, Mark. “Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions”. **Perspectives on Politics**. Bloomington, v. 05, p. 259-276, 2007.
- BOÉTIE, Étienne (1574). **Discurso sobre a Servidão Voluntária**. São Paulo: EDIPRO, 2017.
- BOND, Doug. “4 – Nonviolent Direct Action and the Diffusion of Power”. In: WEHR, Paul; BURGESS, Heidi; BURGESS, Guy (Eds.). **Justice Without Violence**. Boulder: Lynne Rienner, 1994.
- CAMBRIDGE DICTIONARY. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. Disponível em: <<http://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bm.html>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

- CHENOWETH, Erica; STEPHAN. “Chapter Three – Exploring Alternative Explanations for the Success of Civil Resistance”. In: _____. **Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.
- CLEMENTS, Kevin. “Principled Nonviolence: An Imperative, Not an Optional Extra”. **Asian Journal of Peacebuilding**. Seul, v. 03, p. 1-17, 2015. Disponível em: <http://tongil.snu.ac.kr/ajp_pdf/201505/01_Kevin%20P%20Clements.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- DAY, Joel; CHENOWETH, Erica; PINCKNEY, Jonathan. “Collecting Data on Nonviolent Action: Lessons Learned and Ways Forward”. **Journal of Peace Research**. Oslo, vol. 52, p. 129-133, 2015.
- FERES JR, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria Política Contemporânea: Uma Introdução**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- GODREJ, Farah. “Nonviolence and Gandhi's Truth: A Method for Moral and Political Arbitration. The Review of Politics”. **The Review of Politics**. Notre Dame, v. 68, p. 287-317, 2006. Disponível em: <http://users.polisci.wisc.edu/avramenko/methods/godrej_gandhi.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- GRAY, Stuart; HUGHES, Thomas. “Gandhi’s Devotional Political Thought”. **Philosophy East and West**. Honolulu, v. 65, p. 375-400, 2015. Disponível em: <<http://www.tmhughes.org/wp-content/uploads/2015/05/Gandhis-Devotional-Political-Thought.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- HOWES, Dustin. “The Failure of Pacifism and the Success of Nonviolence”. **Perspectives on Politics**. Cambridge, v. 11, p. 427-446, 2013.
- KING, Mary. “Nonviolent Struggle in Africa: Essentials of Knowledge and Teaching”. **Africa Peace and Conflict Journal**. Cidade Colón, v. 01, p. 19-44, 2008. Disponível em: <http://www.africa-upeace.org/images/pdfs/APCJ%20Vol%201%20No%201-ecopy/APCJ_Dec2008_Vol1_Num1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- GURZA LAVALLE, Adrian; ISUNZA, Ernesto. “A Trama da Crítica Democrática: Da Participação à Representação e à *Accountability*”. **Lua Nova**. São Paulo, n.84, p. 353-364, 2011.

- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926 - 1937)**. São Paulo, Boitempo, 2017.
- LIPSITZ, Lewis; KRITZER, Herbert. “Unconventional Approaches to Conflict Resolution: Erikson and Sharp on Nonviolence”. **Journal of Conflict Resolution**. College Park, v. 19, p. 713-733, 1975.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo: Ensaio Relativo à Verdadeira Origem, Extensão e Objetivo do Governo Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LÜCHMANN, Lígia. “Associações, Participação e Representação: Combinações e Tensões”. **Lua Nova**. São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011.
- MARTIN, Brian. “Gene Sharp’s Theory of Power”. **Journal of Peace Research**. Oslo, v. 26, p. 213-222, 1989.
- MARTIN, Brian. “Paths to Social Change: Conventional Politics, Violence and Nonviolence”. In: SUMMY, Ralph (Ed.). **Nonviolent Alternatives for Social Change**. Oxford: Eolss Publishers, 2006.
- MARTIN, Brian. “The politics of Gene Sharp”. **Gandhi Marg**. Nova Délhi, v. 35, p. 201-230, 2013.
- MCCARTHY, Ronald; KRUEGLER, Christopher. **Toward Research and Theory Building in the Study of Nonviolent Action** (Monograph Series n.7). Boston: AEI, 1993.
- MERRIMAN, Hardy. “Theory and Dynamics of Nonviolent Action”. In: STEPHAN, Maria (Ed.). **Civilian Jihad: Nonviolent Struggle, Democratization, and Governance in the Middle East**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.
- NAGLER, Michael. **The Search for a Nonviolent Future: A Promise of Peace for Ourselves, Our Families, and Our World**. Makawao: Inner Ocean Pub, 2004.
- PAREKH, Bhikhu. **Gandhi's Political Philosophy: A Critical Examination**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1989.
- PAREL, Anthony. **Gandhi's Philosophy and the Quest for Harmony**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

- PHILLIPS, Anne. “O que há de errado com a democracia liberal?”. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 06, p. 339-363, 2011.
- POPOVIC, Srdja; MILIVOJEVIC, Andrej; DJINOVIC, Slobodan. **Nonviolent Struggle: 50 Crucial Points**. Belgrado: CANVAS, 2006.
- RODRÍGUEZ, Angélica; ANABITARTE, Aitor. “Revoluciones de Color, Noviolencia y Movimientos Sociales: Otpor en Serbia”. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**. Barcelona, n. 105, p. 89-116, 2014.
- ROHLING, Marcos. Locke e a Doutrina do Direito de Resistência. **Revista PERI**. Florianópolis, v. 04, p. 114-135, 2012.
- ROTHBARD, Murray. “A Filosofia Política de Étienne de La Boétie”. In: BOÉTIE, Étienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises – Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1197>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- ROWELL, Simon. “School for Revolutionaries: CANVAS Modernizes Nonviolent Resistance”. **Kennedy School Review**. Cambridge, v. 12, p. 58-61, 2012.
- SCHOCK, Kurt. “Nonviolent Action and Its Misconceptions: Insights for Social Scientists”. **PS: Political Science and Politics**. Washington, v. 36, p. 705-712, 2003. Disponível em: <https://peacelearner.files.wordpress.com/2011/04/schock_nonviolent_action_misconceptions.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- SCHOCK, Kurt. “Nonviolent Social Movements”. In: RITZER, George (Ed.). **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Oxford: Blackwell, 2007.
- SCHOCK, Kurt. “The Practice and Study of Civil Resistance”. **Journal of Peace Research**. Oslo, v. 50, p. 277-290, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258155481_The_practice_and_study_of_civil_resistance>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- SCHOCK, Kurt. **Unarmed Insurrections: People Power Movements in Nondemocracies**. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2005.
- SHARP, Gene (1993). **Da Ditadura à Democracia**. Boston: AEI, 2010.

- SHARP, Gene (1973). **The Politics of Nonviolent Action**. Boston: Porter Sargent Publishers, 2012.
- SKINNER, Quentin. “16 – O Dever de Resistir”. In: _____. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- STEPHAN, Maria; CHENOWETH, Erica. “Chapter Three: Exploring Alternative Explanations for the Success of Civil Resistance”. In: _____. **Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.
- STEPHAN, Maria; CHENOWETH, Erica. “Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict”. **International Security**. Cambridge, v. 33, p. 07-44, 2008.
- STIEHM, Judith. “Nonviolence is Two”. **Sociological Inquiry**. Ypsilanti, v. 38, p. 23-30, 1968.
- SVENSSON, Isak; LINDGREN, Mathilda. “Community and Consent: Unarmed Insurrections in Non-Democracies”. **European Journal of International Relations**. Brighton, v. 17, p. 01-38, 2011.
- SZEP, Jason (Ed.). **Chronology – Myanmar’s troubled political history**. Reuters: World News. Edição: Índia, 2010. Disponível em: <<http://in.reuters.com/article/idINIndia-52282220101019>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- THOREAU, Henry (1849). **Desobediência Civil**. São Paulo: EDIPRO, 2016.
- URBINATI, Nadia. “O que Torna a Representação Democrática?”. **Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006.
- WEBER, Max (1919). “IV. A Política como Vocação”. In: GERTH, H. Heinrich; MILLS, C. Wright (Orgs.). **Max Weber – Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.
- WEBER, Thomas. “Nonviolence is Who? Gene Sharp and Gandhi”. **Peace & Change**. Pocatello, v. 28, p. 250-270, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229964472_Nonviolence_Is_Who_Gene_Sharp_and_Gandhi>. Acesso em: 12 jul. 2016.

•YOUNG, Iris. “Representação política, identidade e minorias”. **Lua Nova**. São Paulo, n.67, p. 139-190, 2006.

ANEXO 1 – 198 MÉTODOS DE AÇÃO NÃOVIOLENTA²⁸

I. Métodos de Protesto Nãoviolento e Persuasão

Declarações formais

1. Discursos públicos
2. Cartas de oposição ou de apoio
3. Declarações de organizações e instituições
4. Declarações públicas assinadas
5. Declarações da acusação e de intenção
6. Comunicações de petições em grupo ou em massa

Comunicação com uma audiência mais ampla

7. *Slogans*, caricaturas e símbolos
8. *Banners*, cartazes e comunicações exibidas
9. Folhetos, panfletos e livros
10. Jornais e revistas
11. Discos, rádio e televisão
12. Escritas com fumaça no céu ou na terra

Representações em grupo

13. Delegações
14. Prêmios satíricos

²⁸ A listagem, que originalmente conta com definições e exemplos históricos, foi extraída do segundo volume da obra magna de Gene Sharp ([1973] 2012).

15. Grupos de lobby

16. Piquetes

17. Simulacros de eleições

Atos públicos simbólicos

18. Exibição de bandeiras e cores simbólicas

19. Uso de símbolos

20. Oração e culto

21. Entrega de objetos simbólicos

22. Nudez em protesto

23. Destruição de propriedade própria

24. Luzes simbólicas

25. Mostra de retratos

26. Pintura como forma de protesto

27. Novos sinais e nomes

28. Sons simbólicos

29. Reclamações simbólicas

30. Gestos rudes

Pressões sobre os indivíduos

31. “Atormentar” autoridades

32. Insultar autoridades

33. Confraternização

34. Vigílias

Teatro e música

35. *Sketches* cômicos e pegadinhas

36. Performances de jogos e música

37. Canto

Procissões

38. Marchas

39. Desfiles

40. Procissões religiosas

41. Peregrinações

42. Cortejos

Homenagem aos mortos

43. Luto político

44. Simulacros de funerais

45. Funerais demonstrativos

46. Peregrinação a locais de sepultamento

Assembleias públicas

47. Assembleias de protesto ou de apoio

48. Reuniões de protesto

49. Reuniões camufladas de protesto

50. Aulas públicas

Retirada e renúncia

51. Abandono de recinto

52. Silêncio

53. Renúncia a homenagens

54. Virar as costas

II. Métodos de Não Cooperação

Métodos de Não Cooperação Social

Ostracismo de pessoas

55. Boicote social

56. Boicote social seletivo

57. Greve de sexo

58. Excomunhão

59. Interdições

Não cooperação com os eventos sociais, costumes e instituições

60. Suspensão de atividades sociais e esportivas

61. Boicote a assuntos sociais

62. Greve estudantil

63. Desobediência social

64. Retirada de instituições sociais

Retirada do sistema social

65. Permanência em casa

66. Não-cooperação pessoal total

67. Fuga de trabalhadores

68. Santuário²⁹

69. Desaparecimento coletivo

²⁹ Refúgio de indivíduos, considerados importantes por seus adversários políticos, em locais nos quais eles não poderão ser tocados sem necessariamente implicar em violações religiosas, morais, sociais ou legais (SHARP, 2012, p. 204-210).

70. Emigração em protesto (Hégira)

Métodos de Não Cooperação Econômica: Boicotes Econômicos

Ação por parte de consumidores

71. Boicote de consumidores

72. Não-consumo de mercadorias boicotadas

73. Política de austeridade

74. Retenção de aluguel

75. Recusa de alugar

76. Boicote nacional de consumidores

77. Boicote internacional de consumidores

Ação por parte dos trabalhadores e produtores

78. Boicote de trabalhadores

79. Boicote de produtores

Ações por intermediários

80. Boicote de fornecedores e manipuladores

Ação de proprietários e gerentes

81. Boicote de negociadores

82. Recusa a alugar ou vender imóveis

83. Locaute³⁰

84. Recusa de assistência industrial

85. “Greve geral” de comerciantes

Ação por parte dos titulares de recursos financeiros

³⁰ Situação na qual os empregadores fecham os locais de trabalho ou recusam-se a fornecer os meios necessários ao labuto dos trabalhadores (SHARP, 2012, p. 235-236).

86. Retirada de depósitos bancários
87. Recusa de pagamento de taxas, encargos e multas
88. Recusa de pagamento de dívidas ou de juros
89. Corte de fundos e de crédito
90. Recusa de fornecer receita
91. Recusa do dinheiro de um governo

Ação de governos

92. Embargo doméstico
93. “Lista negra” de comerciantes
94. Embargo de vendedores internacionais
95. Embargo de compradores internacionais
96. Embargo de comércio internacional

Métodos de Não Cooperação Econômica: Greves

Greves simbólicas

97. Greve de protesto³¹
98. Paralisação rápida (Greve relâmpago)

Greves agrícolas

99. Greve de camponeses
100. Greve de trabalhadores agrícolas

Greves de grupos especiais

101. Recusa de trabalho impresso
102. Greve de prisioneiros

³¹ Paralisação pré-anunciada que se desenrola por tempo pré-estabelecido, por meio da qual os trabalhadores exprimem sua insatisfação acerca de determinada questão (SHARP, 2012, p. 259-261).

103. Greve de artesãos

104. Greve profissional

Greves industriais comuns

105. Greve de estabelecimento

106. Greve de indústria

107. Greve por simpatia

Greves restritas

108. Greve detalhada

109. Greve de recusa

110. Operação tartaruga

111. Operação padrão³²

112. Informe de “doença”

113. Greve por demissão

114. Greve limitada

115. Greve seletiva

Greves multi-industriais

116. Greve generalizada³³

117. Greve geral

Combinações de greves e fechamentos econômicos

118. *Hartal*³⁴

³² Similar à *operação tartaruga*, porém aqui a redução da produtividade do trabalho será meticulosamente planejada e terá como desculpa técnica a máxima eficiência no cumprimento de leis trabalhistas, regras de sindicatos e normas de segurança do local de labuto. Como resultado, os trabalhadores produzirão somente o mínimo necessário dentro dos padrões legais vigentes (SHARP, 2012, p. 271).

³³ No caso de muitos dos setores-chave da economia de um Estado contabilizarem trabalhadores em greve, mas o número de grevistas não constituir a maioria de trabalhadores dos ditos setores, pode-se adjetivar a greve como generalizada (SHARP, 2012, p. 275).

119. Desligamento econômico³⁵

Métodos de Não Cooperação Política

Rejeição da autoridade

120. Retirada ou contingenciamento de fidelidade

121. Recusa de apoio público

122. Literatura e discursos defendendo a resistência

Não-cooperação dos cidadãos com o governo

123. Boicote de corpos legislativos

124. Boicote às eleições

125. Boicote de emprego e cargos no governo

126. Boicote aos departamentos governamentais, agências e outros órgãos

127. Retirada de instituições de ensino governamentais

128. Boicote de organizações apoiadas pelo governo

129. Recusa de assistência aos agentes da lei

130. Remoção de sinais próprios e marcadores

131. Recusa em aceitar funcionários nomeados

132. Recusa a dissolver instituições existentes

Alternativas dos cidadãos à obediência

133. Respeito relutante e lento

134. Não-obediência na ausência de supervisão direta

³⁴ Usado por Mohandas Gandhi no processo de independência da Índia. Assemelha-se a uma greve geral, porém envolve também fechamento deliberado de todos os estabelecimentos comerciais de uma dada região. Costuma ter a duração de vinte e quatro horas, às vezes sendo estendidas para quarenta e oito horas (SHARP, 2012, p. 277-278).

³⁵ Suspensão de todas as atividades de certo setor econômico ou, em última instância, de todos os setores econômicos de um país (SHARP, 2012, p. 278-279).

- 135. Não-obediência popular
- 136. Desobediência disfarçada
- 137. Recusa de uma assembleia ou reunião dispersar-se
- 138. Ocupação sentada
- 139. Não-cooperação com o serviço militar obrigatório e deportação
- 140. Ocultação, fuga e identidades falsas
- 141. Desobediência civil a leis “ilegítimas”

Ação de funcionários do governo

- 142. Recusa seletiva de assistência por assessores do governo
- 143. Bloqueio de linhas de comando e informações
- 144. Retardamento e obstrução
- 145. Não-cooperação administrativa geral
- 146. Não-cooperação judiciária
- 147. Ineficiência deliberada e não-cooperação seletiva de agentes da lei
- 148. Motim

Ação governamental doméstica

- 149. Evasões semilegais e atrasos
- 150. Não-cooperação por unidades governamentais

Ação governamental internacional

- 151. Mudanças na representação diplomática e outras representações
- 152. Atraso e cancelamento de eventos diplomáticos
- 153. Retenção do reconhecimento diplomático
- 154. Rompimento das relações diplomáticas

- 155. Retirada de organizações internacionais
- 156. Recusa de participação em organismos internacionais
- 157. Expulsão de organizações internacionais

III. Métodos de Intervenção Nãoviolenta

Intervenção psicológica

- 158. Auto exposição aos elementos
- 159. Jejum
 - (a) Jejum de pressão moral
 - (b) Greve de fome
 - (c) Jejum da *Satyagraha*³⁶

160. Julgamento reverso³⁷

161. Assédio nãoviolento

Intervenção física

- 162. Ocupação sentada
- 163. Ocupação de pé
- 164. Ocupação de meios de transporte
- 165. Ocupação de rios
- 166. Ocupação de usinas
- 167. Ocupação rezando
- 168. Ataques nãoviolentos

³⁶ Postulado por Mohandas Gandhi como último meio de luta nãoviolenta, tal forma de sofrimento voluntário tem por meta tocar a consciência do malfeitor para seus pensamentos ou atos equivocados. Gandhi reconhecia a maior eficácia do jejum caso o malfeitor fosse próximo do jejuante ou, ao menos, compartilhasse de seu *background* sociocultural (SHARP, 2012, p; 367-368).

³⁷ Quando um acusado se defende usando argumentos que expõem as falhas dos próprios acusadores ou de seu sistema de crenças, comportamentos, leis, etc. (SHARP, 2012, p. 368-369).

169. Ataques aéreos nãoviolentos

170. Invasão nãoviolenta

171. Interrupção nãoviolenta

172. Obstrução nãoviolenta

173. Ocupação nãoviolenta

Intervenção social

174. Estabelecimento de novos padrões sociais

175. Sobrecarga de instalações

176. Interferência retardatória

177. Intervenção com discursos

178. Teatro de guerrilha

179. Instituições sociais alternativas

180. Sistema alternativo de comunicação

Intervenção econômica

181. Greve reversa³⁸

182. Greve com permanência no local de trabalho

183. Ocupação nãoviolenta de terra

184. Desafio a bloqueios

185. Falsificação politicamente motivada

186. Compra preventiva

187. Apreensão de bens

³⁸ Ato de trabalhar como forma de protesto. Por exemplo, cidadãos desempregados que executam obras públicas de sua região em protesto contra os altos índices de desemprego ou trabalhadores que labutam além de sua cota diária para demonstrar a pertinência de seus pedidos por maiores salários (SHARP, 2012, p. 402-403).

188. *Dumping*³⁹

189. Patrocínio seletivo

190. Mercados alternativos

191. Sistemas de transporte alternativo

192. Instituições econômicas alternativas

Intervenção política

193. Sobrecarga dos sistemas administrativos

194. Revelação das identidades de agentes secretos

195. Busca por ser preso

196. Desobediência civil de leis “neutras”

197. Trabalho sem colaboração⁴⁰

198. Dupla soberania e governo paralelo

³⁹ Prática de vender mercadorias com preço abaixo do estipulado pelo mercado comercial (SHARP, 2012, p. 411).

⁴⁰ Pretendendo impedir a consolidação de alterações indesejadas em sua sociedade, os cidadãos não reconhecem uma nova lei, uma nova forma de governo ou um novo governo, de maneira a manter persistentemente todo seu cotidiano de acordo com a lei, a forma de governo ou o governo anterior (SHARP, 2012, p. 421-423).